

RELATÓRIO & CONTAS 2021



ÁGUAS PÚBLICAS
DO ALENTEJO

Grupo Águas de Portugal

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	5
A – A EMPRESA.....	8
1. QUEM SOMOS.....	8
1.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	8
1.2. DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA.....	9
1.3. CADEIA DE VALOR.....	10
1.4. ESTRUTURA ACIONISTA, ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	11
1.5. CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS.....	15
1.6. SÍNTESE DE INDICADORES.....	16
2. RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES.....	19
3. DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	20
B – RELATÓRIO DE GESTÃO.....	23
1. LINHAS ESTRATÉGICAS.....	23
2. ENQUADRAMENTO.....	25
2.1. CONTEXTO MACROECONÓMICO.....	25
2.2. O SETOR A NÍVEL MUNDIAL.....	28
2.3. O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL.....	31
2.4. ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO.....	35
2.5. A ENERGIA NO GRUPO ADP.....	38
3. O NEGÓCIO.....	46
3.1. INTRODUÇÃO.....	46
3.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	47
3.3. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS.....	48
4. SUSTENTABILIDADE.....	49
4.1. ENQUADRAMENTO.....	49
4.2. STAKEHOLDERS / PARTES INTERESSADAS.....	50
4.3. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO.....	51
4.4. ATIVIDADE OPERACIONAL.....	57
4.5. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO.....	95
4.6. Económica e Financeira.....	100
4.7. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INOVAÇÃO.....	105
4.8. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO.....	111
4.9. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	111
5. PERSPECTIVAS FUTURAS.....	135
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	138
8. ANEXO AO RELATÓRIO.....	139
9. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS.....	140
C – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2021	141
1. CONTAS INDIVIDUAIS.....	141
2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	145
3. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	211
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	213

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2021 fica incontornavelmente assinalado pela manutenção do impacto muito relevante no modo de vida que nos havíamos habituado decorrente da pandemia pela COVID-19, mas também por importantes desenvolvimentos e novos desafios.

A aposta na vacinação massiva da população permitiu um desanuviamento das restrições e tensões associadas e sinais de dinamização da atividade económica, muito embora a evolução a partir do final do ano nos recorde que a situação pandémica não se encontra ultrapassada e que não podemos baixar a guarda.

Também a pluviosidade do ano hidrológico 2020/2021 combinada com a chegada de muitas intervenções aos aglomerados mais críticos em termos de escassez do recurso água, retirou uma pressão muito significativa a parte dos nossos sistemas de abastecimento de água que servem as áreas de maior escassez hídrica. Sem prejuízo, assistimos a novas frentes de preocupação, seja das repercussões dos fenómenos climáticos como de outras dinâmicas, que exigiram diligências várias, designadamente em torno da evolução do nível da albufeira de Santa Clara, mas também do aumento das manifestações em termos de alguns parâmetros da qualidade da água e do rebaixamento da produtividade de captações em novas partes do território.

O ano de 2021 foi marcado por temperaturas extremas com os últimos sete anos como os sete mais quentes da história, segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM). As cheias recorde no Rio Negro, em Manaus, a seca na América do Sul e as enchentes na Europa foram alguns dos exemplos; temperaturas recordes no Vale da Morte, nos Estados Unidos, e na Europa são sinais dos padrões da mudança climática, tornando devidamente fundamentadas as preocupações com sistemas de alerta, a que se juntam ondas de calor, chuvas, inundações e incêndios.

É por isso relativamente consensual que vivemos tempos de incerteza em que, em particular entidades com especiais responsabilidades com serviços essenciais e infraestruturas críticas, dediquem particular atenção à preparação das respostas a eventos ou incidentes de maior impacto, num contexto em que também as organizações vão ter que se tornar mais ágeis.

É na persecução desta ambição, em paralelo com um novo olhar para o nosso modelo de negócio, que 2021 constituiu um ano de implementação de um conjunto importante de iniciativas que vínhamos preparando, designadamente:

- a) As que decorrem da aprovação do Manual de Governo que integra uma preocupação de maior horizontalidade para a nossa organização, incluindo uma maior autonomia e responsabilidade nas chefias intermédias, em simultâneo com uma revisitação das direções de operações e manutenção, de processos de negócio críticos como compras e gestão da documentação, mas também do sistema de controlo interno e de atenção acrescida para a gestão de risco;
- b) O arranque da implementação de importantes plataformas de suporte aos processos de operação e manutenção, reforçando a aposta na digitalização em simultâneo com a definição dos termos para a elaboração de um plano estratégico para os sistemas de informação a realizar em 2022, visando garantir o alinhamento das iniciativas em curso com os desenvolvimentos do modelo de negócio e os desafios que enfrentamos, em especial o reforço da monitorização e da segurança de informação;



- c) A internalização da exploração de um conjunto de 24 sistemas de saneamento de águas residuais em simultâneo com um novo procedimento de contratação para a exploração dos demais, insere-se na estratégia definida em 2020 de reforçar conjunto de competências num domínio que assiste a importantes desafios e oportunidades;
- d) A definição da estratégia e arranque da implementação da 3.ª fase do plano inicial de investimentos em infraestruturas, com preocupação de conciliar a maximização da elegibilidade na captação de apoios financeiros com a prioridade na sua execução, e onde mereceu especial referência o lançamento de procedimentos de contratação para a realização dos respetivos estudos, num valor superior a 2 milhões de euros;
- e) O reforço de meios que irá ter continuidade em 2022, tendo em conta a aprovação no final de 2021 do respetivo plano de atividades e orçamento, visa criar condições acrescidas de segurança, qualidade do trabalho e um maior equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- f) O início de reconhecimento e valorização dos nossos trabalhadores na persecução da estrutura organizacional revisitada e do referencial atualizado de dimensionamento, através designadamente da nomeação de responsáveis de área e de supervisores de sistemas, reconhecimento e valorização das especificidades dos técnicos de manutenção, muito cientes ainda do que ainda não conseguimos efetuar, em especial relativamente a técnicos superiores e a técnicos operativos, relativamente aos quais se encontram em curso iniciativas corporativas de estudo e diligências sem paralelo;
- g) O aprofundamento e a dinamização de parcerias, desde uma maior colaboração com os Municípios utilizadores no melhor diagnóstico e resolução em situações de interface entre sistemas, visando em especial a melhoria do serviço às populações, mas também orientados para o estabelecimento de novas áreas de atividade e colaboração, procurando capitalizar para o território um conjunto de oportunidades em especial da agenda da descarbonização e da economia circular, incluindo projetos de inovação.

O ano de 2021 constituiu ainda um ano de continuidade na implementação do empreendimento que os parceiros Estado e Municípios nos incumbiram em 2009, com evidente e assinalável evolução em termos de garantias acrescidas de qualidade e quantidade no abastecimento de água e no saneamento de águas residuais, mas também de olhos postos no futuro, desde logo nas intervenções planeadas ainda por realizar e nos importantes passos destinados a integrar os desenvolvimentos que assistimos em termos de modelo de negócio e respostas a cenários de maior exigência, como os que resultam dos fenómenos associados às alterações climáticas e de crise pandémica que atravessamos.

É de olhos postos no futuro e na importância da continuidade de um conjunto de desenvolvimentos que entrou na fase de ultimate a atualização do nosso estudo de viabilidade económica e financeira, após estabilização da atualização do plano inicial de investimentos em infraestruturas e conclusão do plano de atividades e orçamento para 2022, que neste caso veio tornar evidente a oportunidade de atualização do referido instrumento.

A conjugação de uma agenda de desenvolvimento com um contexto muito complexo só tem sido possível com o elevado nível de compromisso com as populações e com o território por parte dos colegas, onde e em especial o espírito de missão se tem sobreposto ao da função.

A persistência, o sentido de bem servir as populações do nosso território, tem permitido ultrapassar esses constrangimentos e garantirmos a continuidade dos serviços essenciais que prestamos, conforme tivemos oportunidade de assinalar quando

utilizamos a expressão NÃO PARAMOS, pois não podemos mesmo parar, porque se faltar alguém não podemos também ser mesmo nos.adp.

Um ambiente especial foi também evidente na elevada participação, 85%, no diagnóstico de clima organizacional, como no conjunto de mensagens de onde temos procurado retirar os devidos ensinamentos. Desde logo de agradecimento por acreditarem como nós neste instrumento. Mas fundamentalmente de responsabilidade para a gestão de topo pela confiança depositada, pelo que, e cientes disso temos reforçado a atenção a um conjunto de preocupações, que originou um desafio interno em torno de uma agenda de bem-estar, de todos, para todos.

Este ambiente de confiança torna particularmente evidente a necessidade de contrariarmos a erosão remuneratória e diminuição de competitividade na atração e retenção de capital humano, num momento em que a nossa indústria assiste a importantes desenvolvimentos e somos chamados a responsabilidades acrescidas para responder aos complexos desafios sociais que enfrentamos.

É, pois, a partir de um percurso de exigência, que aumentá o mérito dos importantes resultados alcançados, que nos pretendemos projetar para melhor preparar o futuro, com uma visão integrada dos desafios ambientais e de saúde pública com que o mundo, o nosso território e as nossas comunidades se confrontam. Esta é também a inspiração no legado do Dr. Joaquim Marques Ferreira a quem tivemos a oportunidade de prestar a homenagem pública merecida que o território lhe quis conceder.

Para finalizar, o Conselho de Administração entende que o nosso desempenho em 2021 só foi possível graças ao grande empenho de todos os colegas, à excelente colaboração das Câmaras Municipais e ao apoio dos Acionistas AdP SGPS e AMGAP, da Comissão de Parceria e do Fiscal Único e ainda das diversas Instituições da Administração Pública, nomeadamente a ARH Alentejo (Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.), ARH do Tejo e Oeste (Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, I.P.), CCDR Alentejo (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo), ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) que no âmbito das suas competências específicas muito têm contribuído e colaborado para a importante melhoria dos níveis de desempenho dos serviços essenciais que prestamos às populações do nosso território e a todos os que nos visitam.

O Presidente do Conselho de Administração



(Francisco Narciso)



A – A EMPRESA

I. QUEM SOMOS

I.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A (AgdA) é uma sociedade anónima de direito privado e capitais públicos criada na sequência do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e 21 Municípios, tendo-lhe sido cometida a "...exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública..."

Com a assinatura dos Aditamentos aos contratos de Parceria e de Gestão, em 22 de dezembro de 2015, passaram a ser abrangidos 20 concelhos, a saber, Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

Missão

No âmbito da sua Missão, a AgdA procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

Visão

A AgdA pretende ser reconhecida como empresa de referência pela qualidade, continuidade e eficiência dos serviços que presta, numa região com necessidades especiais, devidas essencialmente a problemas de escassez de recursos hídricos e à dispersão populacional.

Valores

A AgdA assume como valores: Espírito de Servir; Excelência; Integridade; Responsabilidade e Rigor.

1.2. DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

A empresa surge na sequência do Contrato de Parceria Pública para a gestão, de forma integrada, dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, celebrado a 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e os municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

Com este Contrato de Parceria é criado o SPPIAAlentejo, que se decompõe no Sistema Integrado de Abastecimento de Água e no Sistema Integrado de Águas Residuais atualmente abrangendo todos os municípios subscritores do Contrato de Parceria inicial, com exceção de Ferreira do Alentejo, que não subscreveu o aditamento ao contrato assinado entre as partes em 22 de dezembro de 2015, tendo sido delegado na entidade gestora da parceria, a AgdA., a prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais nos concelhos abrangidos, através do Contrato de Gestão assinado na mesma data entre as partes.

Esta parceria visa garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços de águas em "alta", numa região com necessidades especiais, nomeadamente problemas de escassez de recursos hídricos e alguma dispersão populacional.

Objetivos do Contrato de Parceria celebrado:

- i. Garantir de forma regular, contínua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;
- ii. Através de um investimento total de 270 milhões de euros, incluindo o reinvestimento, dos quais cerca de 157 milhões de euros já foram realizados, promover a conceção, reparação e renovação e assegurar a construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público e à recolha, ao tratamento e à rejeição de águas residuais;
- iii. Assegurar a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, a cerca de 245 mil habitantes, em 17% do território nacional, de forma a promover a saúde pública, o bem-estar das populações, o aumento do emprego local, a proteção do ambiente e a sustentabilidade económico-financeira do setor;
- iv. Contribuir para o desenvolvimento regional, para o ordenamento do território, para a qualidade de vida das populações e para a salvaguarda do património ambiental.

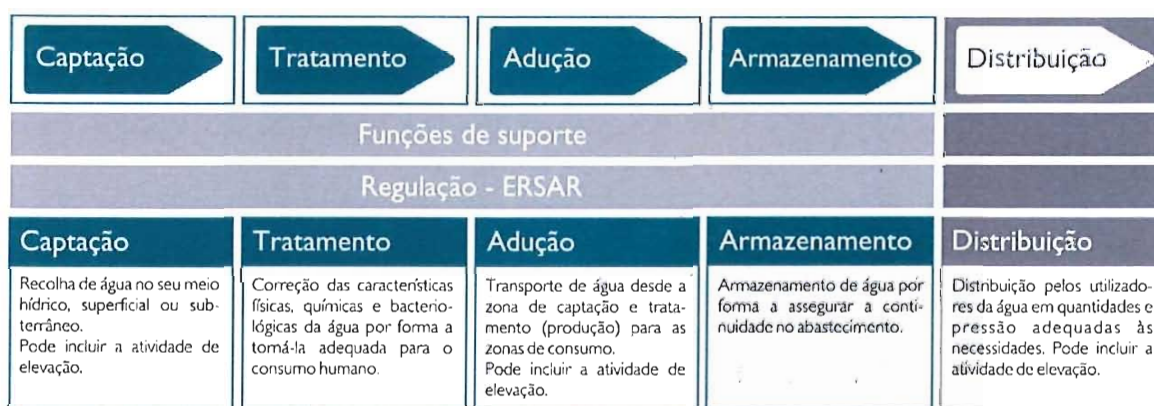


1.3. CADEIA DE VALOR

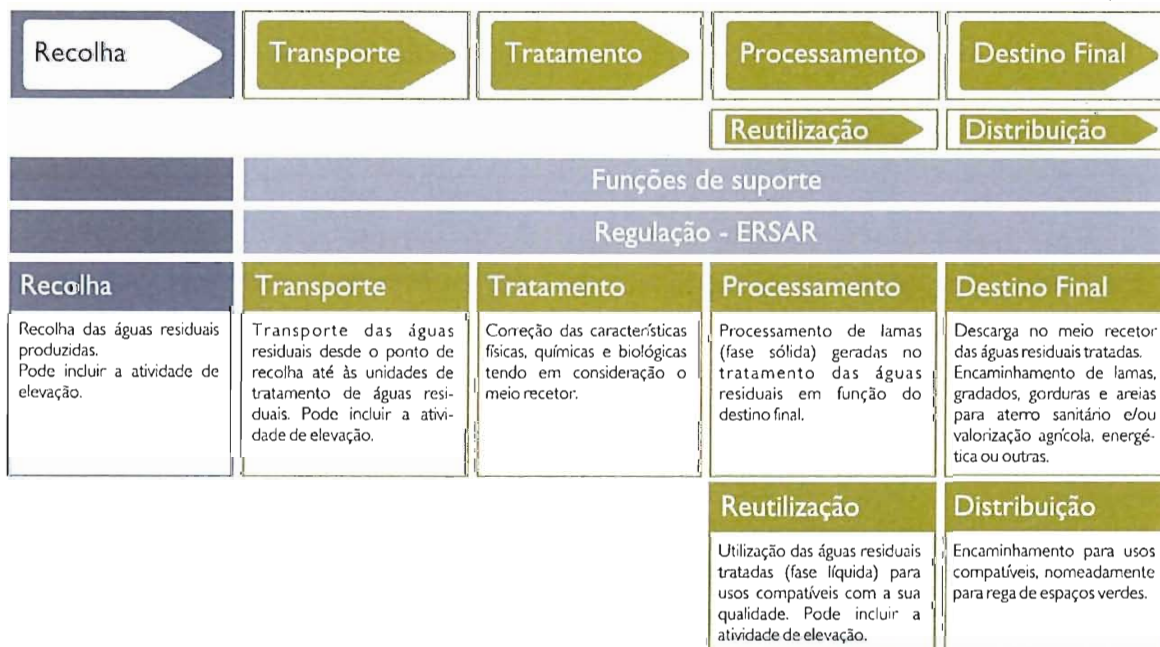
A empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

Operação - Água



Operação - Saneamento



I.4. ESTRUTURA ACIONISTA, ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

I.4.1. ESTRUTURA ACIONISTA

Na qualidade de entidade gestora da parceria, através da qual foi constituído o SPPIAAlentejo, os parceiros Estado, através da AdP SGPS e o conjunto dos 20 municípios que atualmente integram o SPPIAAlentejo, através da AMGAP, repartem o capital social em respetivamente, 51% e 49%, conforme quadro seguinte:

ESTRUTURA ACIONISTA				
ACCIONISTA	%	N.º Ações Classe A	Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51%	923 406	4 617 030	4 617 030
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública no Alentejo	49%	887 194	4 435 970	4 435 970
TOTAL	100%	1 810 600	9 053 000	9 053 000

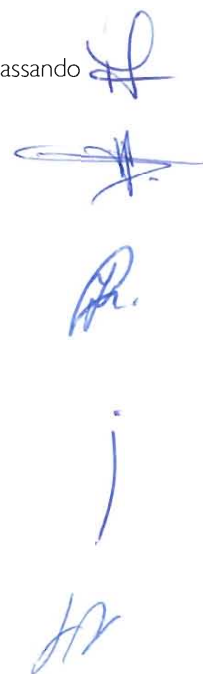
I.4.2. ÓRGÃOS SOCIAIS

▾ Mesa da Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º I do artigo 14.º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas e eleitos em Assembleia Geral por um período de três anos:

Na reunião de Assembleia Geral de 15 de março de 2021 foram eleitos os órgãos sociais para o triénio 2021-2023 passando a mesa a ter a seguinte constituição:

- *Presidente:* Dr. António Manuel Ascensão Mestre Bota
- *Vice-Presidente:* Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes
- *Secretária:* Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira



▾ Conselho e Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três ou cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais. O Presidente poderá, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo designar um Vice-Presidente que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

Na reunião de Assembleia Geral de 15 de março de 2021 foram eleitos os órgãos sociais para o triénio 2021-2023 passando o Conselho de Administração a ter a seguinte composição:

- *Presidente Não Executivo:* Dr. Francisco José Pinto Silva Narciso
- *Vice-Presidente Executivo:* Eng.ª Simone Ferreira Pio
- *Vogal Executivo:* Eng.º João Manuel Galhardo Maurício
- *Vogal Não Executivo:* Dr. Álvaro dos Santos Beijinha
- *Vogal Não Executivo:* Dra. Mariana de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro

▾ Fiscal Único

Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único Suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis. Para o mandato de 2019/2021, e na sequência da Assembleia Geral de 8 de abril de 2019, foi eleito um Fiscal Único e um Fiscal Único Suplente.

- *Fiscal Único Efetivo:* PriceWaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda., OROC n.º 183, inscrito na CMVM sob o n.º 20161485, representada por Dr. José Alves Bizarro Duarte (ROC n.º 1957)
- *Fiscal Único Suplente:* Dr. Carlos José Figueiredo Rodrigues, ROC n.º 1737, inscrito na CMVM sob o n.º 20161347.

1.4.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para o exercício da atividade cometida através do Contrato de Gestão e respetivo aditamento, foi criada uma estrutura organizativa com um conjunto de órgãos funcionais para apoio à gestão da empresa, responsáveis pela definição e implementação das políticas, pela gestão dos recursos humanos e pela avaliação e controlo das atividades desenvolvidas.

Na sequência da revisitação efetuada em 2020, a estrutura organizacional foi reforçada nos órgãos em linha, como também ao nível das Direções de Operação e de Manutenção, no sentido de reforçar a proximidade e a capacidade de resposta.



Os órgãos de apoio ou *staff* têm como principais atribuições:

Designação	Principais atribuições
Sustentabilidade Empresarial	- Promover e coordenar as atividades relativas às obrigações dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do Contrato de Parceria e dos compromissos assumidos pela empresa; - Análise do Risco: Gestão do risco empresarial; Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; - Promoção de Estudos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I) em toda a cadeia de valor.
Comunicação e Educação Ambiental	- Elaboração do plano de comunicação da empresa e coordenação da comunicação interna e externa; - Gestão das iniciativas de comunicação institucional da empresa e das relações com os órgãos de comunicação social; - Definição, em articulação com as entidades parceiras, dos <i>standards</i> de imagem da empresa e controlo da sua aplicação, nomeadamente nas viaturas, nas obras em curso e nas instalações; - Atividades de comunicação de âmbito escolar e sensibilização ambiental de acordo com a estratégia e plano de comunicação.
Gestão de Origens	- Identificar e implementar as melhores soluções para origens de água, em termos de quantidade, qualidade e segurança, sejam origens subterrâneas e superficiais, sejam outras alternativas, bem transmitir conjunto de requisitos para adequação do processo de tratamento; - Apoiar a elaboração, manutenção e implementação do Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas;

Designação	Principais atribuições
	- Apoiar a elaboração e cumprimento do plano de monitorização da qualidade da água nas origens, na água fornecida para consumo humano e nas descargas de águas residuais; - Apoiar a elaboração, manutenção e implementação dos planos de segurança e de seca/contingência, incluindo a articulação com a comunidade e entidades interessadas; - Apoiar a elaboração, manutenção e implementação de plano de reutilização e de eficiência hídrica, ao nível da entidade gestora e na promoção e articulação com as principais partes interessadas; - Apoiar a identificação e implementação das melhores soluções de proteção e preservação das origens da entidade gestora e de entidades fornecedoras do sistema, incluindo gestão de licenças de captação e perímetros de proteção; - Apoiar a gestão ativa das origens, incluindo nas manobras de operação.
Secretário da Sociedade	- Zelar pelo cumprimento das obrigações da Sociedade, sob a orientação do Presidente do Conselho de Administração, em matéria de elaboração e arquivo de atas do Conselho de Administração, bem como o expediente a elas relativo e registo comercial dos atos sociais a ele sujeitos; - Assegurar o apoio logístico às reuniões do Conselho de Administração e aos membros do Conselho de Administração e difundir as respetivas deliberações.
Jurídico-Legal	- Elaborar pareceres/interpretações sobre a aplicação do Contrato de Gestão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos; - Assessoria nos processos de concurso e sua avaliação; - Resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada.
Secretariado e Apoio	Apoio administrativo na atividade regular e societária, das agendas e da correspondência recebida e expedida, incluindo gestão de arquivo.

No que respeita aos órgãos de primeira linha, as principais atribuições podem apresentar-se como se segue:

Designação	Principais atribuições
 Direção Administrativa e Financeira	- Participação na preparação dos planos a médio e longo prazo para a empresa, com incidência na estratégia e política tarifária, na fixação de objetivos e na afetação de custos; - Assegurar a gestão financeira da empresa; - Assegurar a contabilidade geral e analítica; - Elaboração e execução do orçamento da empresa e sua atualização; - Assegurar a gestão patrimonial dos bens da empresa, bem como o direito de utilização das infraestruturas municipais; - Gestão dos processos inerentes às relações de trabalho; - Gestão de processos de aquisição de bens e serviços e gestão do parque automóvel da empresa.
Direção de Engenharia e Gestão de Ativos	- Acompanhar o Plano de Investimentos de novas empreitadas, de obras de ampliação e reabilitação de infraestruturas, gerindo a sua execução em termos de prazo, custo e qualidade; - Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso; - Elaborar, acompanhar e desenvolver projetos de engenharia nas várias especialidades da empresa; - Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso, assim como as demais prestações de serviços necessárias.
Direção de Manutenção	- Propor uma política de gestão da manutenção, ao nível de planeamento e controlo, gestão de recursos, gestão de serviços e avaliação de resultados; - Propor um planeamento e executar as ações de manutenção preventiva, corretiva, condicionada e sistemática dos ativos da empresa, com o objetivo de garantir a qualidade de serviço; - Propor uma política de gestão de energia, com o objetivo da maximização de eficiência energética nas infraestruturas; - Monitorizar os consumos energéticos da empresa e desenvolver um plano de eficiência energética; - Planear e executar ações para otimizar processos e reduzir consumos desnecessários.  

Designação	Principais atribuições
Direção de Operação	· Coordenação e execução das ações de operação e comando da captação, tratamento, adução e abastecimento de água para consumo incluindo a coordenação geral dos centros de operação; · Coordenação das ações de operação e comando da recolha, tratamento, rejeição e medição de efluentes, incluindo a coordenação geral dos centros de operação; · Realização das atividades de manutenção previstas nas rotinas de operação; · Coordenação e execução da gestão de resíduos; · Execução de estudos para melhoria do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais; · Supervisão e comando da operação através de telegestão e telemetria; · Gestão do parque de equipamentos de medição caudal.

I.5. CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS

No exercício de 2021, a empresa não participou ou realizou operações de alienação de participações sociais.

Pagou quotizações nas seguintes entidades:

- NERBE / AEBAI – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral;
- CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro - Alimentar do Alentejo;
- APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas.

A AgdA não dispõe de sucursais.








I.6. SÍNTESE DE INDICADORES

Os quadros que se seguem procuram avaliar de forma sintética a evolução da atividade operacional, de investimento e financeira entre os anos de 2019 e 2021:

INDICADORES ACTIVIDADE			
	2021	2020	2019
1. Investimento total (Milhares de Euros) ⁽¹⁾	11 414	17 253	23 763
2. N.º Médio de Trabalhadores (sem órgãos sociais)	128	127	123
3. N.º de Trabalhadores em 31 de Dez. (sem órgãos sociais)	147	126	131
4. N.º de Órgãos Sociais	9	9	9
5. Volume de Água Captada (10 ³ m ³ /ano)	21 924	21 683	21 185
6. Volume de Água Produzida (10 ³ m ³ /ano)	20 861	20 841	20 329
7. Volume de Água Fornecida (10 ³ m ³ /ano)	20 108	19 888	19 418
8. Volume de Água Faturada (10 ³ m ³ /ano)	20 101	19 770	19 363
9. Volume de Efluente Recolhido (10 ³ m ³ /ano)	12 981	11 180	10 234
10. Volume de Efluente Tratado (10 ³ m ³ /ano)	12 338	10 603	9 685
11. Volume de Efluente Faturado (10 ³ m ³ /ano) ⁽²⁾	7 926	6 763	5 755
12. Energia Consumida (KWh/ano)	23 786 584	23 022 145	21 334 525
13. Energia Consumida (Milhares de Euros)	2 724	2 970	2 942
14. Número de Captações de Água em funcionamento	324	324	354
15. Extensão da Rede em funcionamento (Km)			
- Abastecimento	1 181	1 131	1 080
- Saneamento	118	118	117
16. Número de ETA em funcionamento	16	17	18
17. Número de ETAR em funcionamento	102	101	104
18. Número de Estações Elevatórias em funcionamento			
- Abastecimento	81	78	77
- Saneamento	38	37	34
19. Número de Reservatórios em funcionamento	283	276	275
20. Municípios Abrangidos			
- Abastecimento	20	20	20
- Saneamento	20	20	20
21. Municípios Servidos			
- Abastecimento	20	20	20
- Saneamento	20	20	20
22. População Abrangida			
- Abastecimento	200 964	200 964	199 683
- Saneamento	175 063	175 063	174 588
23. População Servida			
- Abastecimento	199 341	199 341	199 201
- Saneamento ⁽³⁾	175 063	174 028	173 554

⁽¹⁾ Investimento sem capitalização de encargos

⁽²⁾ Faturados à tarifa contratualizada

⁽³⁾ Foi considerada a população servida independentemente da faturação

INDICADORES FINANCEIROS

	2021	2020	2019
1. Capital Social Realizado	9 053 000	9 053 000	7 841 500
2. Capital Próprio	10 775 163	10 152 449	8 714 905
3. Ativo Líquido Total	176 059 937	161 006 654	154 811 437
4. Investimento ⁽¹⁾	11 413 710	17 252 670	23 763 191
5. Recebimentos de Apoios Comunitários	8 809 304	12 520 928	13 249 145
6. Passivo Total	165 284 772	150 854 205	146 096 532
7. Dívida de clientes total	6 045 464	5 567 814	6 063 570
8. Dívida de clientes municipais vencida	2 919 183	2 348 255	2 252 893
9. Endividamento	55 754 545	53 636 091	55 090 636
10. Volume de Negócios	18 081 024	16 123 418	15 007 638
11. Vendas	12 590 534	11 617 170	11 291 434
12. Prestação de Serviços	5 490 490	4 506 248	3 716 204
13. Desvios de Recuperação de Gastos	-724 456	-418 310	1 428 835
14. Gastos Operacionais	34 002 213	36 576 960	44 040 042
15. Gastos Operacionais Ajustados ⁽²⁾	28 689 272	32 870 344	40 766 996
16. EBIT	1 389 264	1 326 537	1 237 429
17. EBIT Ajustado ⁽³⁾	2 113 719	1 744 847	-191 406
18. EBITDA	5 626 751	3 133 860	3 068 464
19. EBITDA Ajustado ⁽³⁾	6 351 206	3 552 171	1 639 629
20. Resultados Financeiros	-555 523	-625 537	-628 171
21. Resultados Antes de Impostos	833 740	701 000	609 258
22. Resultado Líquido do Exercício	622 714	560 638	479 907
23. Tarifa média de Abastecimento de Água	0,626	0,584	0,581
24. Tarifa média de Águas Residuais	0,693	0,666	0,646

⁽¹⁾ Sem capitalização de encargos

⁽²⁾ Deduzidos de subsídios ao investimento e outros rendimentos

⁽³⁾ Sem desvios de recuperação de gastos

INDICADORES GESTÃO

	2021	2020	2019
1. Margem EBITDA ⁽¹⁾	35,13%	22,03%	10,93%
2. Gastos operacionais ajustados /EBITDA ajustado ⁽¹⁾	1357%	1884%	-21299%
3. Capital Empregue (M€)	77,607	66,848	68,074
4. Autonomia Financeira	94,22%	90,10%	88,27%
5. Liquidez Geral	135,41%	77,04%	93,83%
6. Solvabilidade	59,92%	58,58%	52,91%
7. Fundo Manéio (M€)	3,606	-3,658	-1,120
8. ROE	5,78%	5,52%	5,51%
9. ROA	0,35%	0,35%	0,31%
10. Dívida Financeira (M€)	55,755	53,636	55,091
11. Debt to Equity	517%	528%	632%
12. Net Debt (M€)	55,109	53,233	54,673
13. Net debt to EBITDA ajustado ⁽¹⁾	26	31	-286
14. PMP (dias)	89	77	93
15. PMR (dias)	122	126	261

⁽¹⁾ Para cálculo dos indicadores não foram considerados os desvios de recuperação de gastos

2. RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

➤ Sistema Integrado Qualidade, Ambiente e Segurança (QAS)

Na sequência da auditoria efetuada em junho de 2021, foi possível obter a renovação da certificação em Qualidade, Ambiente e Segurança, cujo conhecimento tivemos já no início de 2022, tendo constituído ainda uma oportunidade de consolidar e aperfeiçoar o sistema integrado já implementado.

Neste âmbito merece especial relevo a conclusão com sucesso da transição da certificação ao Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho das normas NP 4397:2008 / OHSAS 18001 para a ISO 45001:2018, o que vem atualizar e reforçar o nosso compromisso.

➤ Sistema e Gestão da Energia (SGE)

A utilização da energia constitui atualmente uma das maiores preocupações das organizações, seja pelo impacto económico, mas também pelo compromisso com a sustentabilidade. Tendo em vista apoiar a ambição reforçada do Grupo de atingir a neutralidade energética em 2030, encaramos como fundamental a implementação de metodologias que permitam usar a energia de uma forma tão eficiente quanto possível.

Foi por isso com enorme satisfação que recebemos a confirmação da obtenção a 17 de fevereiro de 2021 da certificação por parte da APCER – Associação Portuguesa de Certificação no Sistema de Gestão de Energia de acordo com a Norma ISO 50001:2018 para um conjunto de instalações e infraestruturas.

Esta certificação junta-se à certificação energética da nossa frota obtida no final de 2020 no âmbito de um projeto piloto em colaboração com a ADENE- Agência para a Energia Procurando uma mobilidade eficiente para a transição energética.

➤ Política de Integridade do Grupo AdP, Código de Ética e Conduta AdP e Carta de Compromisso

O Grupo AdP associou-se ao dia internacional do combate à corrupção através da apresentação pública da Política de Integridade, Código de Ética e Conduta e assinatura de carta de compromisso da Política de Integridade visando sinalizar a amplitude da nossa missão e nosso vínculo moral e cívico na prossecução do interesse geral, cientes da importância do tema e da necessidade de salvaguarda dos padrões mais elevados de conduta ética na prestação de um serviço público essencial à vida humana, à proteção da saúde pública e à preservação do ambiente.

No mesmo sentido, também no final do ano formalizámos pedido de adesão à Global Compact Network Portugal e remetemos comunicação de compromisso no mesmo sentido dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

3. DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

O início do ano é assinalado com o arranque de projetos experimentais de produção e utilização de Água para Reutilização (ApR) em atividades agrícolas, o REUSE II e o AQUA VINI, que reforçaram a nossa aposta na promoção do seu potencial para uma gestão integrada e proteção dos recursos hídricos na região, num momento em que é crescente a preocupação com a eficiência hídrica e necessidade de diversificar as origens de água, em especial no Alentejo.

O relatório de análise de desempenho e avaliação de medidas mitigadoras da ETAR de Vendas Novas, recebido no final de 2020, ao tornar evidente a relação causal entre os incumprimentos das descargas à saída da nossa instalação ao aumento de efluentes de características industriais a partir do verão de 2019, tornam evidente a importância da aposta no reforço da monitorização, como da articulação entre todas as entidades e de um trabalho de proximidade com as atividades económicas, em prol da proteção do ambiente. Menos compreensível foi perante uma série de evidências, tenha recaído sobre nós um processo contraordenação ambiental, entidade sobre a qual recaiu desde a primeira hora, importantes consequências e um vasto conjunto de diligências e estratégias alternativas, com consequentes e expressivos encargos para mitigar as suas repercussões, sinal evidente da evolução que também neste domínio importa assegurar.

Torna-se evidente a necessidade de um olhar mais atento e abrangente para a vertente de saneamento de águas residuais nos nossos dias, alavancado não só pela maior consciência coletiva para a necessidade da preservação do meio ambiente e da biodiversidade e a sua associação com a nossa saúde e bem-estar, decorrente do arrastar da crise pandémica pela COVID-19 que continuou a recordar-nos a sua presença e a necessidade de não baixarmos a guarda.

Prosseguiram as conversações formais entre os representantes do Estado e dos Municípios tendo em vista a preparação de uma proposta de revisão quinquenal dos termos da parceria, tendo a entrada na fase decisiva sido remetida para a estabilização do estudo de viabilidade económica e financeira, após o processo da necessária confirmação da atualização do plano inicial de investimentos em infraestruturas com todos os municípios e o alinhamento do referido EVEF com o processo de orçamental de 2022.

O mês de abril assinala também o início do estudo destinado a identificar parte da resposta à dinâmica registada na área litoral norte do SPPIA Alentejo, induzida em especial pela conjugação das pressões de novos empreendimentos e das dinâmicas na Zona Industrial e Logística de Sines e áreas limítrofes com os fenómenos associados às alterações climáticas, onde merece especial atenção os sinais de dificuldade num conjunto de importantes sistemas de captações de água. Este estudo ainda a decorrer, insere-se num conjunto mais vasto, incluindo hidrogeológicos e projetos, em procedimentos de contratação que ultrapassam os 2 milhões de euros ao longo do ano, destinados a suportar a 3.ª fase de execução do plano inicial de investimentos em infraestruturas que foi possível estabilizar já no decorrer do mês de outubro.

Cientes do compromisso de *adequar, em tempo útil, o Capital Humano do Grupo, desde a atração, contratação e retenção, até à qualificação, mobilidade e reconhecimento do mérito*, constante do nosso Quadro Estratégico de Compromisso, também no mês de abril foram promovidas novas e importantes diligências destinadas a melhorar as condições remuneratórias dos trabalhadores do Grupo Águas de Portugal, as quais foram reforçadas em particular no decorrer do mês de junho e quando

da apresentação do plano de atividades e orçamento para 2022, em paralelo com a implementação das medidas que a evolução entretanto registada veio a possibilitar.

A aprovação do Manual de Governo da Sociedade em maio constituiu um marco para a implementação de um conjunto de iniciativas destinadas a aprofundar características como agilidade e participação, decorrentes da revisitação dos organogramas das direções de operações e manutenção num período de importantes desenvolvimentos e robustecimento. O mês termina com um roteiro com a Senhora Secretária de Estado do Ambiente em torno de importantes intervenções e iniciativas que temos vindo a promover no território no domínio do saneamento.

O mês de junho é assinalado pela nossa participação no *Water World Forum for Life*, que teve a água como ponto de partida para abordar, de uma forma transversal, a sustentabilidade ambiental e as boas práticas na preservação do ambiente e que marcou um período em que a discussão sobre a problemática da água se veio a alargar a outras partes do nosso território.

A evolução do nível da albufeira de Santa Clara e todo o contexto associado motivaram o desenvolvimento de um estudo e iniciativas que juntaram a Agência Portuguesa do Ambiente, o município de Odemira e a Associação de Beneficiários do Mira que se têm prolongado por 2022, no âmbito das quais merece também especial referência o convite para integrarmos o Conselho Estratégico desta Associação e um grupo de reflexão em torno do uso sustentável da água promovido pelo município de Odemira, que reforçam a importância das comunidades acompanharem mais de perto esta problemática. Para além do estudo elaborado internamente, remetido em julho, destinado a identificar um conjunto de medidas de salvaguarda para assegurar o abastecimento público, merece também referência a avaliação do nível de segurança hídrica do SPPIAA, num momento em que a Agência Portuguesa do Ambiente veio a público já no final do ano apresentar o ponto de situação do estudo de avaliação das disponibilidades hídricas atuais e futuras e aplicação do índice de escassez WEI+, iniciativa conjunta com a academia e especialistas nacionais, de onde se releva a importante redução já registada dos escoamentos, assim como os cenários de significativas reduções nas bacias hidrográficas do Mira e do Sado.

Julho é assinalado pela homenagem pública ao Dr. Joaquim Marques Ferreira, recordando, enaltecendo e valorizando no presente todo o seu legado da conservação da natureza, do ambiente e da água no Alentejo, e cujo percurso por coincidir com os nossos 10 anos de atividade, entendemos também associar. Num programa envolvendo um percurso de cerca de 3 horas e mais de 200 km, tivemos a oportunidade de assinalar a conclusão de importantes intervenções, mas também assinar o contrato de concessão relativo à captação e ao sistema do Enxoé, para finalizarmos numa cerimónia pública de homenagem com a presença do Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e da Senhora Secretária de Estado do Ambiente, que incluiu uma tertúlia com a participação de um conjunto de personalidades de relevo, partimos dos antecedentes e contexto subjacente à constituição da parceria pública para projetarmos o futuro.

A aprovação e submissão do programa de neutralidade energética do Grupo Águas de Portugal à tutela constitui um marco que importa assinalar no mês de agosto, em alinhamento com o compromisso da descarbonização, a partir do qual foram promovidas um conjunto de iniciativas de mobilização dos parceiros municipais e entidades no âmbito da nossa missão de responsabilidade com a promoção do desenvolvimento do território, onde tem sido possível partilhar também o nosso percurso, mas também a nossa ambição e visão em termos de desenvolvimento do nosso modelo de negócio.

O mês de setembro é assinalado pela realização da auditoria do sistema de qualidade, ambiente e segurança que se veio a traduzir já no final do ano com a notícia da renovação desta certificação, que incluiu a conclusão da transição da certificação ao

Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho da normas NP 4397:2008 / OHSA 18 001 para a ISO 45 001:2018, aspeto particularmente marcante numa fase em que se desenvolvem importantes iniciativas destinadas ao robustecimento da organização e revisitação de processos de negócio. Igualmente relevante foi a participação na preparação das manifestações de interesse nas agendas mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência onde foi evidente a dinâmica da inovação e mobilização de parcerias por parte das empresas do Grupo AdP, tendo o contexto do nosso território e a articulação entre setores merecido também particular interesse em candidaturas promovidas por entidades externas.

É já em outubro que se inicia a conclusão do importante sistema de abastecimento de água do Guadiana Sul, através da consignação da empreitada de reabilitação da ETA do Enxoé, num dos mais exigentes procedimentos de contratação, assim como se inicia o pleno funcionamento do sistema de águas residuais da Comporta, intervenção com importante simbolismo pelos antecedentes e contributo para a preservação do ecossistema estuarino do Rio Sado. É também conhecido o Despacho do Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática destinado a conceder um apoio do Fundo Ambiental para compensar os elevados dispêndios com o transporte de água por autotanques que historicamente temos incorrido, e que atingiram particular expressão em 2019.

O final do ano de 2021 é assinalado pela conclusão e aprovação do plano de atividades e orçamento para 2022, o qual veio reforçar a importância e oportunidade da conclusão das conversações relativas à revisão dos termos da parceria para o quinquénio em curso que termina em 2025.



É também neste período que se envia para a tutela o Programa C + de valorização orgânica de lamas, que assinala a ambição do Grupo Águas de Portugal na agenda da economia circular, através do potenciar a valorização orgânica do nosso território, indispensável também para contrariar a erosão dos solos. A apreciação deste programa é acompanhada por uma nova fase de contatos tendentes a identificar parceiros regionais e encontrar eventuais sinergias e pontos de confluência.

É já em dezembro que consolidamos conjuntamente com as demais empresas do Grupo o compromisso com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, através da Política de Integridade do Grupo AdP.

É ainda neste período que assistimos a importantes marcos em duas estratégicas interligações de sistemas hidráulicos para o nosso território. A conclusão da interligação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva ao Sistema de Morgavel e desenvolvimentos ao projeto de interligação à albufeira de Monte da Rocha.




B – RELATÓRIO DE GESTÃO

I. LINHAS ESTRATÉGICAS

Decorrente da Missão definida e da Visão Estratégica, foi estabelecida uma Política de Gestão Integrada, com um conjunto de grandes objetivos, coerentes e interativos, contribuindo para a prossecução da Missão.

A AgdA está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como o tratamento de águas residuais, aos 20 Municípios, de um modo responsável, ambientalmente sustentável e num grupo de trabalho seguro e saudável para todas as pessoas que trabalham sob o seu controlo, num clima de bem-estar e confiança entre clientes, acionistas, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

Assim, num quadro de sustentabilidade económica e social pretendemos:

- i. Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores, restantes partes interessadas e comunidade;
- ii. Avaliar e verificar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização;
- iii. Promover a ecoeficiência das suas atividades de forma a prevenir a poluição, diminuindo o consumo dos recursos naturais, de matérias-primas e de energia, e promovendo a reutilização de reciclagem;
- iv. Avaliar as implicações ambientais da atividade;
- v. Avaliar e controlar continuamente a Higiene e Segurança, promovendo a identificação, a avaliação e o controlo dos perigos e riscos de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e das instalações, incluindo acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, pela implementação de medidas de prevenção e monitorização eficazes;
- vi. Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as atividades da empresa;
- vii. Envolver e promover a participação de todos os colaboradores da AgdA e dos que trabalham em seu nome, de modo a garantir o seu compromisso a Sustentabilidade Empresarial;
- viii. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e a sua motivação, pela sua formação, atualização e sensibilização permanentes, assegurando e melhorando as condições laborais e sociais, em conformidade com os requisitos da norma SA 8000;
- ix. Subscrever e cumprir o Código de Conduta e Ética do Grupo AdP.

Todas e cada uma das atividades principais da empresa serão desenvolvidas em condições de total respeito pelo ambiente e pela qualidade de vida das populações atuais e das gerações vindouras, com especial ênfase na preocupação pela garantia das melhores condições de trabalho dos colaboradores e da qualidade do serviço prestado, procurando, simultaneamente:

- i. Promover ações de melhoria contínua da atividade, em todas as áreas de intervenção da empresa, a fim de assegurar que a AgdA seja reconhecida como uma empresa segura, saudável e transparente em todas as suas áreas de atividade e influência, e promover o bem-estar e satisfação dos colaboradores da empresa em todos os aspetos pessoais, profissionais e humanos e, ainda, garantir a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento das normas ambientais, laborais, sociais e fiscais em vigor;
- ii. Responder às exigências dos acionistas da empresa, assegurando o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade económica e financeira, de acordo com os requisitos do Contrato de Parceria, quer pelo melhor desempenho das competências atuais quer pela expansão geográfica.

2. ENQUADRAMENTO

2.1. Contexto macroeconómico¹

A pandemia Covid-19 continuou a afetar profundamente a atividade económica em 2020 e 2021, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos têm vindo a condicionar o crescimento do PIB. As projeções apresentadas assumem que as restrições irão manter-se. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

Global

A economia mundial prossegue uma trajetória de recuperação, embora os estrangulamentos persistentes do lado da oferta, a subida de preços das matérias-primas e o aparecimento da variante Ómicron do coronavírus (COVID-19) continuem a pesar sobre as perspetivas de crescimento no curto prazo. Em 2021, a recuperação da atividade económica e do comércio a nível mundial foi menos regular do que o anteriormente esperado.

O crescimento global para o ano 2021 estima-se em 5,9% e é esperado um crescimento de 4,4% para 2022 (3,8% para 2023) após um decréscimo global de 3,5% em 2020). Este exercício de projeção incorpora efeitos de restrições à mobilidade, encerramento de fronteiras e impactos sanitários decorrentes da propagação da variante Ómicron.

Entretanto, outros fatores adversos condicionaram a atividade e o comércio e exerceram pressões ascendentes sobre os preços. As tensões nas redes de produção mundiais intensificaram-se no decurso de 2021, tendo afetado sobretudo as economias avançadas de grande dimensão e o setor da indústria transformadora (especialmente a indústria automóvel). A turbulência no mercado imobiliário residencial da China e a maior restritividade da política monetária em algumas economias de mercado emergentes limitaram ainda mais a velocidade de recuperação. Por último, a subida dos preços das matérias-primas conduziu à acumulação de pressões inflacionistas em todo o mundo.

Espera-se que os estrangulamentos do lado da oferta comecem a atenuar a partir do segundo trimestre de 2022 e que se desvançam totalmente até 2023. A trajetória futura da pandemia continua a constituir o principal risco a afetar as projeções de referência para a economia mundial.

Zona do Euro

A economia da área do euro continua a registar uma recuperação. O crescimento apresenta uma moderação, mas espera-se que a atividade recupere fortemente de novo no decurso deste ano. Prevê-se que a continuação da recuperação económica seja impulsionada por uma procura interna robusta. O mercado de trabalho está a melhorar, com mais pessoas empregadas e menos em regimes de manutenção de postos de trabalho. Tal apoia a perspetiva de um aumento do rendimento das famílias e do consumo. A poupança acumulada durante a pandemia também apoiará o consumo. A atividade económica apresentou

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

uma moderação no último trimestre de 2021 e é provável que este crescimento mais lento se estenda ao início de 2022. Espera-se agora que, no primeiro trimestre de 2022, o produto ultrapasse o nível registado antes da pandemia.

Embora a crise da COVID-19 tenha continuado a pesar significativamente nas finanças públicas em 2021, as projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema mostram que o saldo orçamental segue já uma trajetória de melhoria. Tendo atingido um pico de 7,2% do PIB em 2020, estima-se que o rácio do défice tenha caído para 5,9% em 2021 e projeta-se que continue a cair para 3,2% em 2022, estabilizando depois disso num valor ligeiramente inferior a 2% no final do horizonte de previsão em 2024.

Espera-se que o crescimento registre uma forte recuperação ao longo de 2022. As projeções macroeconómicas elaboradas por especialistas do Eurosistema de dezembro indicam que o crescimento real anual do PIB se situará em 5,1% em 2021, 4,2% em 2022, 2,9% em 2023 e 1,6% em 2024.

A inflação registou nova subida, situando-se em 4,9% em novembro de 2021. Permanecerá acima de 2% durante a maior parte de 2022. Espera-se que a inflação permaneça elevada no curto prazo, mas que decresça no decurso de 2022. As projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema apontam para uma inflação anual de 2,6% em 2021, 3,2% em 2022, 1,8% em 2023 e 1,8% em 2024.

O Conselho do BCE considera que os riscos para as perspetivas económicas se apresentam globalmente equilibrados. As taxas de juro de mercado permaneceram globalmente estáveis desde a reunião de outubro do Conselho do BCE. A criação de moeda na área do euro aumentou em outubro de 2021, refletindo uma maior incerteza relacionada com a pandemia de COVID-19 e medidas de apoio em termos de políticas.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2021 são os seguintes:

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

	Estimativa 2021	Ano 2020
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	4,80%	-8,40%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,00%	-7,10%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	0,90%	-0,10%
Taxa de desemprego	6,60%	7,00%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,30%	0,42%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 4,8% em 2021, seguida de um crescimento de 5,8% em 2022, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024, 3,1% e 2,0%, respetivamente. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. A inflação aumenta em 2021 e 2022, para 0,9% e 1,8%, respetivamente, fixando-se em 1,1% e 1,3% nos dois anos seguintes, com um perfil muito influenciado pela evolução dos preços dos bens energéticos. A inflação excluindo bens energéticos aumenta gradualmente ao longo do horizonte de projeção, situando-se em 1,5% em 2024.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços relacionados com o turismo. Adicionalmente, assume-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, se dissipam a partir da segunda metade de 2022.

A trajetória projetada de crescimento económico é suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e por maiores recebimentos de fundos da União Europeia. O Produto Interno Bruto (PIB) retoma o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022, mas no final do horizonte permanece abaixo da tendência projetada antes da ocorrência da pandemia. O crescimento médio do PIB em Portugal no período de 2022-24 é de 3,6%, o que compara com uma projeção do Eurosistema de 2,9% para a área do euro.

As condições monetárias e financeiras na área do euro deverão permanecer favoráveis. O balanço do BCE em percentagem do PIB da área do euro fixou-se em cerca de 70% no terceiro trimestre de 2021, 30 pp acima do valor pré-pandémico, o que está largamente associado ao programa temporário de aquisição de ativos devido à emergência pandémica (PEPP – *pandemic emergency purchase programme*). As taxas de juro de curto prazo aumentam ligeiramente a partir de 2023, mas mantêm-se muito baixas. A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa permanece em torno de 2% no horizonte de projeção.

Região do Alentejo

A região do Alentejo conta com uma história marcada pelo património e cultura que lhe conferem identidade e autenticidade, e um potencial de afirmação competitiva, diferenciadora e sustentável, em atividades consolidadas, mas também em nichos de especialização produtiva. Parte assim de produtos de reconhecida excelência como a cortiça, a prazeres com saber e sabor em domínios como artesanato, gastronomia, vinhos ou azeites, mas também a heranças intemporais em termos de património e cultura.

A sua posição de charneira conferem ao desenvolvimento de infraestruturas de acessibilidade e conectividade uma importância central para a atração de investimento a partir de Zona Industrial e Logística de Sines, onde novas oportunidades têm vindo a ser potenciadas, mas também do aeroporto de Beja, desde o suporte logístico à indução de novas atividades conexas, desde a construção de aeronaves e componentes à sua manutenção, mas também ao seu desmantelamento e articulação com outras atividades relevantes.

Também a maior disponibilidade de água a partir do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva tem permitido uma importante expansão da atividade agrícola, mas também o desenvolvimento da agroindústria.

Os 170 km de zona costeira das mais preservadas da Europa, com diversificado potencial de recursos marinhos para o desenvolvimento de um conjunto vasto de novas atividades, ampliam ainda o potencial turístico e de atração de população desta importante parcela do território.

É, pois, num contexto de dinamismo e de maior aposta em acrescentar parcerias, designadamente com os territórios vizinhos, que se deve identifica um potencial passível de contrariar tendências de recessão demográfica prolongada.

2.2. O setor a nível mundial²

A água está no centro do desenvolvimento sustentável, constituindo um recurso para todos. Este mesmo pressuposto está no centro do Objetivo 6 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento até 2030.

Não apenas para fazer frente às alterações climáticas, servindo como elo entre a sociedade e o meio ambiente, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, para a produção de energia e alimentos e para a construção de ecossistemas saudáveis. Em suma é crucial para a sobrevivência das espécies.

Todavia, a escassez deste bem tem tendência para se agravar até 2050. Este facto decorre não só do aumento da população mundial, como da procura cada vez maior dos segmentos industrial e doméstico, sobretudo nas economias emergentes.

Significa, portanto, que é urgente promover o equilíbrio entre a oferta e disponibilidade deste recurso e a procura e necessidade das comunidades, em todo o mundo.

Paralelamente, o recurso água não pode ser visto isoladamente do saneamento, na medida em que, conjuntamente são vitais para a melhoria da saúde das populações, sobretudo através da redução a carga global de doenças, para a educação e para a produtividade e crescimento económico das regiões.

Aqui chegados, convém ter em mente que, três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável, mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico e que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano. Estes são factos indesmentíveis a que acrescem outros.

Apesar de, nas últimas décadas, se ter assistido a uma melhoria em alguns indicadores, de que é exemplo, a redução para metade do número de pessoas no mundo sem acesso a uma fonte melhorada de abastecimento de água, ainda se constata que, apenas, cerca de um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

Mesmo nas regiões desenvolvidas, apesar de existir acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Com efeito, poucas empresas no setor cobrem o nível de custos de operação e são poucas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Paralelamente, é urgente criar resiliência nos sistemas que possam resistir aos eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, sem descurar a fragilidade patente em regiões com níveis de escassez de água.

Todos estes desafios, para além de muito difíceis, são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo.

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o World Bank Water Global Practise, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Para além do referido, e porque é globalmente aceite que a solução/resolução passa não só pela tecnologia, mas também pelas pessoas e pelos processos. Sendo este sector abundante em dados, mas com muitas lacunas informação. O esforço neste âmbito é o compromisso das partes interessadas, no sentido de descobrir que tipo de informação se pretende e, consequentemente quais os dados necessários para produzir a mesma.

Em termos tecnológicos, um dos principais focos é a instrumentação, que instalada e implementada de forma adequada permite a correta operação e manutenção dos sistemas e com isso obter qualidade na informação.

A pandemia COVID19

A pandemia do COVID-19 levantou questões para o setor de abastecimento de água e saneamento globalmente. A velocidade e a extensão da propagação da pandemia fizeram com que as respostas a essas perguntas urgissem. Embora as operadoras forneçam os serviços num contexto nacional, as preocupações e os *insights* científicos e operacionais são relevantes além-fronteiras.

A Associação Internacional da Água (IWA) convocou uma Task Force de seus membros logo no início de 2020, para fornecer ao setor um ponto de referência oficial em relação às questões científicas e operacionais relevantes.

Apoiada por informações e contribuições fornecidas pelas concessionárias, a Task Force da IWA COVID-19 preparou orientações sobre as lições aprendidas durante a pandemia da COVID-19. O objetivo da orientação foi capturar as melhores práticas, para que as lições aprendidas pudessem ser implementadas durante as próximas fases de pandemia. Também ficou evidente que a experiência adquirida, permitirá às entidades operadoras dotar e aumentar a sua capacidade de resposta face a outras circunstâncias desafiadoras futuras.

Para além do referido, vários exemplos surgiram a nível mundial:

- A EurEau - Federação Europeia das Associações Nacionais dos Serviços de Água, que representa 70 mil entidades gestoras e meio milhão de profissionais do setor da Água, reagiu através da criação duma plataforma específica para troca de informações entre países permitindo, numa fase inicial, agilizar decisões essenciais ao sector, o que possibilitou uma reação eficaz.

- A Assembleia Geral da EurEau reuniu periodicamente para fazer a comparação e partilha de dados sobre o estado de cada país a nível do abastecimento de água, tratamento de águas residuais e o impacto financeiro nas operações da Entidades Gestoras; ou
- A delineação de trabalho em rede com os Comités Especializados da EurEau (EU1 - Água para Consumo Humano, EU2 - Águas Residuais, e EU3 - Economia e Legislação), que contam com a contribuição de elementos de cariz técnico dos vários países, entre os quais membros das Comissões Especializadas da APDA, de forma, a criar pontes e canais entre as diversas organizações.

As conclusões obtidas à data são que o setor da água no quadro europeu respondeu de uma forma eficaz, não se verificando anomalias significativas nos serviços, de que Portugal constitui um exemplo.

No universo do Grupo AdP merece especial referência à parceria estabelecida pela AdP Internacional com o Banco Mundial no projeto "Covid Just-in-Time", iniciativa que procura apoiar entidades gestoras de abastecimento e saneamento na resposta à emergência no contexto da pandemia de Covid-19, incluindo no seu âmbito um quadro de referência para a elaboração de Planos de Emergência de Operadores dos Serviços de Água e o apoio a operadores de diferentes países, principalmente em África e na América Latina.





2.3. O abastecimento e o saneamento em Portugal³

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

PANORAMA NACIONAL

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
9,7 milhões de habitantes servidos	8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
96% de alojamentos servidos	86% de alojamentos servidos
186 litros: consumo médio diário de água por habitante	8,7 milhões de habitante servidos com tratamento
Tarifa média ponderada: 0,5519EUR/m ³	86% de alojamentos servidos com tratamento
Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,53%	1,9 milhões de m ³ de águas residuais tratadas diariamente
	Tarifa média ponderada: 0,5393EUR/m

Dados: RASARP 2021 - ERSAR

O ano de 2021 foi marcado pelo fim do período temporal do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014 – 2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

Este plano estratégico promovia, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor.

Com o término do Plano foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que passará a incluir no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

³ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série: IWA COVID-19 Task Force - International Water Association (iwa-network.org); <https://www.apda.pt/pt/noticia/3204/disponivel-sessao-gravada-de-a-pandemia-covid-19-e-o-abastecimento-de-agua/>

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que se elencam e que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

- Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro: estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, quando atribuídos por concessão, e aprova as respetivas bases. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação.
- Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro: consagra o regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação;
- Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho: regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas. Com a última redação dada pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho;
- Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril: estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Com a última redação dada pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março;
- Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro: estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores;
- Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho: define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2016 de 4 de novembro;
- Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril: aprovou a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por "PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais";
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho: aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (Comissão Permanente da Seca), que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.
- Despacho n.º 5316/2020, de 7 de maio: Cria o grupo de trabalho do plano estratégico para o setor de abastecimento de água e gestão de águas residuais e pluviais, para o período de 2021-2030 (GT PENSAARP 2030).

No contexto de Pandemia, Portugal, em linha com a União Europeia adotou um conjunto de medidas no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional. De entre estas medidas destacam-se as de apoio à tesouraria das empresas, que se espera apresentem consequências positivas ao nível da manutenção do emprego e dos rendimentos, como forma de tentar sustentar a procura interna e manter a economia em funcionamento.

Inserem-se também nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento. Âmbito em que se inserem as atividades do Grupo AdP. No dia 22 de março de 2020, o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática determinou a forma como os serviços essenciais devem ser assegurados neste período (Despacho 3547-2020).

Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, foi determinado que as entidades e empresas gestoras dos sistemas deveriam definir as equipas necessárias para assegurar a continuidade e a ininterruptabilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano.

No sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os/as trabalhadores/as envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19), foram emitidas orientações pela ERSAR, que as entidades gestoras tiveram de implementar.

O Grupo AdP

O Grupo AdP é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Detido pelo Estado, constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização. Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

A 31 de dezembro de 2021, o Grupo AdP era constituído por 19 empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

O ano de 2021 continuou marcado pela Pandemia. Já desde 2020 que o Grupo se preparou, quer no âmbito dos Planos de Contingência, quer nos planos operacionais e de emergência para a gestão dos riscos e das contingências inerentes a este tipo de situação, tendo garantido o abastecimento de água e o tratamento das águas residuais de forma segura e fiável.

Em todas as empresas estão desenvolvidos e implementados planos de contingência no âmbito da infeção pelo novo coronavírus, elaborados de acordo com a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde e integrando medidas excecionais de gestão de risco para garantir a segurança e a fiabilidade dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

A gestão da energia e a redução de encargos associados constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em 2021, a frota operacional do Grupo AdP renovou a certificação energética ao abrigo do programa Move+ da ADENE. Neste âmbito, a frota operacional do Grupo, que integra viaturas movidas a combustível convencional e 100% elétricos, alcançou a classe de eficiência energética B, numa escala de F (menos eficiente) a A (mais eficiente). A estratégia de descarbonização do Grupo prevê que se alcance em 2030 a classe energética A.

Ainda integrado no Programa Zero a AdP assinou a 22 de dezembro um protocolo de cooperação colaboração com vista ao aproveitamento de antigas áreas mineiras ambientalmente remediadas para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso "Business Ambition for 1.5°C" da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em 2021 o Grupo AdP subscreveu o manifesto "Rumo à COP26" agora assinado por mais de 80 empresas-membro do BCSD Portugal, no âmbito da 26.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) que decorreu de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021 em Glasgow.

O desenvolvimento das suas capacidades e competências no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo AdP, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

2.4. Enquadramento regulatório

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais. Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

No que diz respeito à regulação ambiental, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

As entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo tarifário e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade gestora de um sistema de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade das tarifas e dos tarifários com as disposições contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Com a publicação da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, ocorreram alterações aos estatutos da entidade reguladora em matéria tarifária.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

Em 2021, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

O Grupo AdP manteve também durante o ano de 2021 a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destaca-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta do Guia Técnico n.º 27 – Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores – 4ª geração do sistema de avaliação em novembro de 2021.

Durante 2021, realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária para o segundo período tarifário dos SMM cujos contratos assim o determinavam, perspetivando que os mesmos se concluíam até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 124/2021, de 30 de dezembro.

Parceria Estado-Autarquias

A AgdA é um sistema municipal, e exerce, através de contrato de gestão, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “alta”, celebrado no contexto de parceria entre o Estado e as autarquias.

Esta parceria rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 90/2009, de 9 de abril, e n.º 194/2009, de 20 de agosto, nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

A AgdA está sujeita a regulação da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e à supervisão da Comissão de Parceria – entidade criada ao abrigo do contrato de parceria outorgado, constituída por representantes do Estado e por representantes das autarquias, cuja missão é exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos Municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

As tarifas em “alta”, nos termos do contrato de gestão, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada anualmente nos termos dos respetivos contratos. À Comissão de Parceria está atribuída a responsabilidade de aprovar estas tarifas e à ERSAR a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo.

A AgdA é regulada por custos eficientes aceites, que incluem os gastos operacionais de exploração e manutenção dos seus sistemas, as amortizações do investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Durante 2021, a atualização das tarifas aplicadas na faturação pela AgdA, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e aprovadas pela Comissão de Parceria.

O contrato de parceria gera a mesma remuneração contratual que os contratos de concessão dos SMM.

O contrato da AgdA estabelece que tem direito ao registo e à recuperação dos DRG gerados, por via tarifária, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração contratual dos capitais próprios para o ano.

Em 31 de dezembro de 2021, estavam registados em balanço o valor de 189 253,85 euros de DRG de natureza superavitária, decorrentes das atividades da empresa.

Regulação da qualidade do serviço

A AgdA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

O volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2019, foi disponibilizado pela ERSAR em janeiro de 2021.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da AgdA.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

A AgdA que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a AgdA deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a AgdA implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela AgdA são também incluídos no RASARP.

O volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2020, foi divulgado pela ERSAR em setembro de 2021.

Em 2021, a AgdA continuou a implementar as orientações emitidas pela ERSAR, no sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os/as trabalhadores/as envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19).

Regulação da interface com o utilizador

A AgdA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela entidade reguladora. Para esse efeito a AgdA dispõem de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

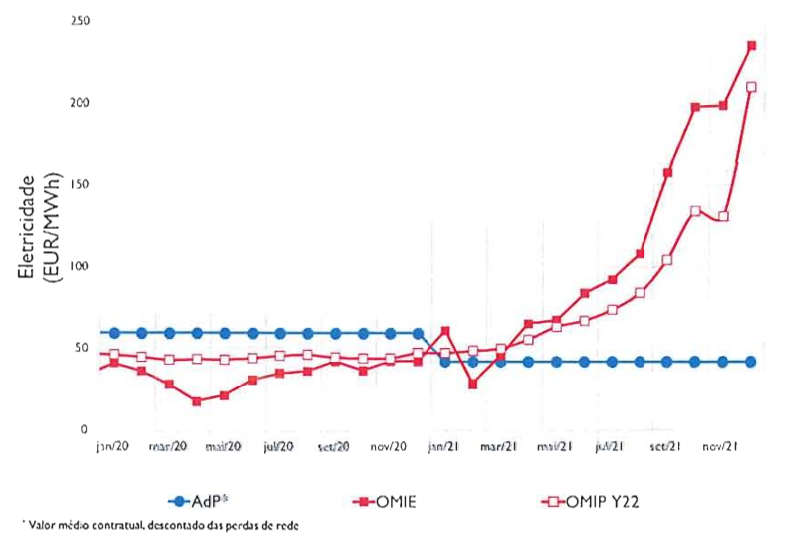
Durante o ano de 2021 verificou-se uma taxa de resposta a reclamações de 100%, sendo que o valor correspondente ao cumprimento dos prazos de resposta, para efeitos de indicador da entidade reguladora, foi de 70%.

2.5. A energia no Grupo AdP

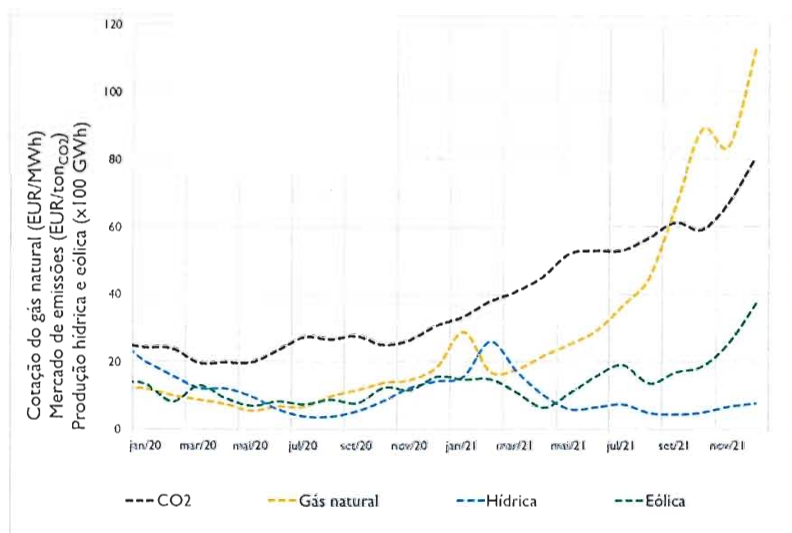
O preço da energia elétrica em Portugal

Em 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (de 33,99 €/MWh em 2020), tendo as cotações no OMIE atingido valores máximos históricos, em particular ao longo do 2.º semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia no mercado ibérico nos anos de 2020 e 2021.



Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destacam-se o aumento quase exponencial do preço do gás natural (+364,7%) e o aumento da cotação média do CO₂ (+116,0%), que atingiram valores máximos históricos de 138,48 EUR/MWh e de 89,00 EUR/ton CO₂ para as cotações do gás natural e do CO₂, respetivamente.



Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

VARIAÇÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA (MERCADO DIÁRIO)

País	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021/ 2020
Portugal	111,99	33,99	230%
Alemanha	96,85	30,47	218%
França	109,17	32,20	239%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2022, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

VARIAÇÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA (MERCADO DE FUTUROS)

País	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021/ 2020
Portugal	90,04	44,51	102%
Alemanha	90,15	43,67	106%
França	96,68	46,09	110%

No ano de 2021, o consumo nacional foi de 49.512 GWh, superior em 1,4% face a 2020. De notar que 2020 foi o ano com menor consumo da década em resultado do confinamento provocado pela pandemia do Covid-19.

O consumo foi satisfeito em 59,7% com produção de origem renovável, ligeiramente superior aos 59,0% verificados em 2020. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -4,8% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,93 (-4,1% face a 2020) - e a produção de energia eólica foi de +7,1%.

A produção térmica, entre 2020 e 2021, apresentou um decréscimo de 11,6% no gás natural e um decréscimo de 18,2% na cogeração, também a produção com base em carvão reduziu em 67,5%, sendo de apenas 1,4% a sua importância no consumo de 2021. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 9,6% do consumo, superior ao verificado em 2020, 3,0%. Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2021 foi de 15,67° C, inferior em 0,55° C relativamente a 2020, o que terá aumentado as necessidades de consumo por aquecimento.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

De acordo com a ERSE, em 2021 as TAR subiram apenas nos fornecimentos em baixa tensão (+6,2%). Em 2022 as TAR terão uma redução muito significativa: -94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta do facto dos CIEG (Custo de Interesse Económico Geral) se traduzirem em 2022 num benefício para o sistema.

Em 2020, o Grupo celebrou um contrato de fornecimento de eletricidade em AT, MT e BTE - para 2021 e 2022 - com uma redução média de -30,7% face ao contrato vigente em 2020, tirando partido da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020.

O ano de 2021 ficou marcado por uma subida ímpar dos preços de energia, o que impediu o sucesso da contratação antecipada do Grupo com um preço base exigente, que se materializou em 2 processos de concurso, obrigando ao lançamento de um terceiro concurso sem preço base, mas apenas por um ano, de que resultou o atual valor contratualizado (+163,7% face ao contrato terminado em 2021).

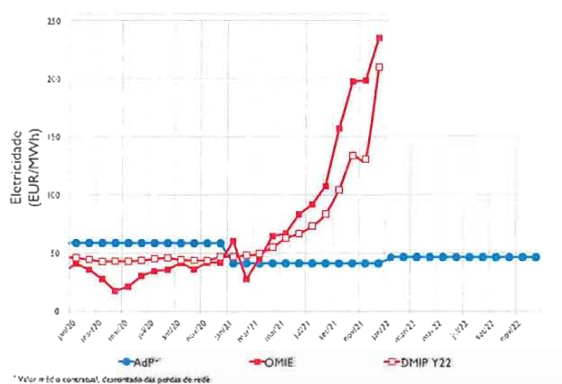
Em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado entre 2020 e 2022, fruto de uma redução acentuada em AT, MT, e BTE no fornecimento em 2021 e 2022 (obtido através de concurso de compras centralizadas que teve como inovação apresentar preço base) e de um aumento em BTN no fornecimento para 2022, acompanhado da forte redução das TAR em 2022, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo se reduza em 33,58 milhões de euros entre 2020 e 2022 (-44,9%).

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento.

O ano de 2021 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo originado pelas poupanças acumuladas, à evolução dos preços das matérias-primas e da energia, com constrangimentos nas cadeias de abastecimento na sequência da reabertura das economias. A partir de meados de 2021 essa evolução acentuou-se, e foi mais evidente para o preço do gás natural, que no mês de dezembro de 2021 registou um valor médio 999,0% superior ao valor médio registado do ano de 2020. Este aumento deve-se sobretudo às restrições à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa. No conjunto do ano de 2021, o preço do gás natural registou um aumento de 364,7%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre. Em resultado, no ano de 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (tendo sido 33,99 €/MWh em 2020).

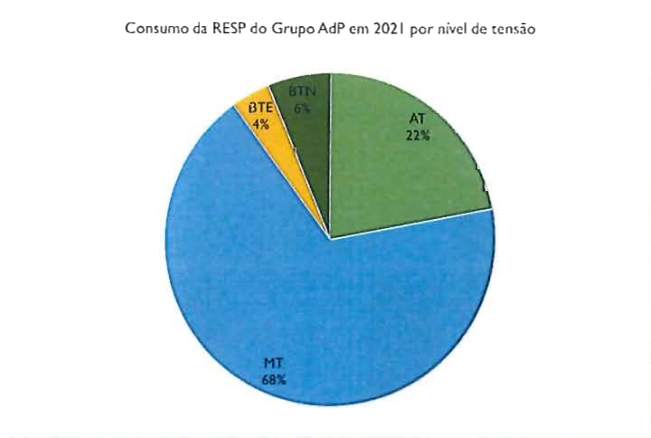
A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE, o preço do futuro de energia para 2022 (OMIP Y22) e a curva dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022.



Refira-se que, com base nos dados de faturação (quase finais), os consumos elétricos do Grupo AdP reduziram entre 2021 e 2020, cifrando-se neste ano em 736,37 GWh (-1,3% do que em 2020).

Destes, 710,07 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a -1,6% do que em 2020 e 26,30 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+7,8% do que em 2020). Este valor de 710,07 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 708,12 GWh e do fornecimento pela REN no âmbito do projeto piloto de Reserva de Regulação de 1,95 GWh.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2021 por nível de tensão: 22,0% em alta tensão (AT), 68,0% do consumo é em média tensão (MT), 3,8% em baixa tensão especial (BTE) e 6,2% em baixa tensão normal (BTN).



No ano de 2021 merece destaque a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados de 2021 apontam para uma produção de 36,60 GWh/ano (+2,5% face a 2020). Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 5,0% do seu consumo total de energia (foi de 4,8% em 2020).

Registo ainda para a produção de energia para venda à RESP que, em 2021, totalizou 10,30 GWh (-8,8% do que em 2020).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2020 foi de 699,77 GWh, que representa uma variação de -1,5% do que em 2020, em que o saldo foi de 710,30 GWh.

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.858 toneladas, o que representa um aumento de -282 toneladas face a 2020 (+3,1%).

Em termos nacionais e relativamente a 2021, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

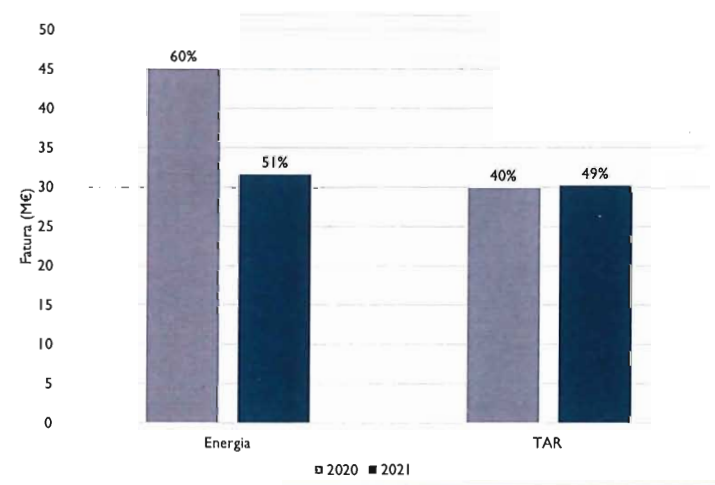
O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2021, 6.513 pontos de ligação à RESP (9 em Alta Tensão, 999 em Média Tensão, 384 em Baixa Tensão Especial e 5.121 em Baixa Tensão Normal), o que representa um crescimento de +0,9% face a 2020 (+60 novos pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.239 registaram consumos durante o ano de 2021, representando 95,8% ativos.

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em pontos de ligação quer em consumo de energia elétrica.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, atingiu em 2021 os 61,67 milhões de euros (-18,0% do que em 2020), que corresponde a cerca de -13,53 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior, resultado conjugado da redução do preço médio de compra de energia (-17,3%) e da diminuição do consumo da RESP (-1,6%).

Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2021 foi cerca de 86,60 €/MWh (foi de 104,70 €/MWh em 2020), correspondendo a uma redução média de -17,3% face a 2020, representando o custo de aquisição de energia 51,1% (versus 60,1% em 2020).

Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 44,41 e 62,32 €/MWh, para 2021 e 2020, respetivamente (-28,7%).



Para o ano de 2022 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 31 de dezembro de 2022 para todos os níveis de tensão) o valor médio deverá situar-se em torno dos 57,38 €/MWh (versus 86,60 €/MWh em 2021 e 104,7 €/MWh em 2020), representando uma redução face a 2021 de -33,7%, maioritariamente influenciado pela descida das tarifas de acesso a redes; a combinação da descida do preço da energia de mercado verificada entre 2021 e 2020 e a descida das tarifas de acesso a redes entre 2022 e 2021 representa uma redução do preço médio do Grupo AdP entre 2022 e 2020 de -45,2%.

Os valores estimados para 2022 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que eventuais alterações no perfil terão efeitos no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Existe uma correlação direta entre os consumos e a atividade; refira-se que os dados apurados até à presente data apontam para um volume de caudais fornecidos de água para consumo humano e caudais tratados de águas residuais, que geram despesas com consumo de energia elétrica, de 1.235,3 milhões de m³ (+1,2% do que em 2020), sendo diferenciada entre as atividades, uma vez que se registou um aumento de +1,3% nos caudais de água (680,5 versus 671,5 milhões de m³) e um aumento de +0,9% nos caudais de saneamento (554,8 versus 549,6 milhões de m³).

Assim, os dados preliminares globais do consumo específico apontam para uma variação de -9,5% face a 2020 (0,596 l kWh/m³ em 2021, versus 0,6590 kWh/m³ em 2020), estimando-se que seja de 0,6654 kWh/m³ e de 0,5111 kWh/m³ para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais, respetivamente.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2021, os 128 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,1 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 176 mil litros de combustíveis de origem fóssil e que representa uma redução de 593 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,4% (-86,47tep), e o consumo elétrico foi de 299 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -395 toneladas (-84,5%).

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

No ano de 2021 a frota automóvel do Grupo AdP (1.421 veículos) consumiu cerca de 2,8 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) e que representa uma variação de 11,1% face a 2020 – primeiro ano da pandemia e em que foram consumidos 2,50 milhões - e uma variação de -2,9% face a 2019 (onde se consumiram 2,9 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 7.579 l/dia (em 2020 o consumo médio diário foi de 6.803 l/dia, tendo sido de 7.806 l/dia em 2019).

O consumo de combustíveis em 2021 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,0 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +25,1% face a 2020 (2,381 milhões de euros, sem IVA incluído) e de 4,4% face a 2019 (2,856 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero – e comparando os valores de dezembro de 2021 com os valores de dezembro de 2020, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 29,2 cents/l (+22,7%) para o gasóleo e de 28,0 cents/l (+19,4%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +9,1% no gasóleo e de 7,9% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2021 cerca de 33,5 milhões de km (o que representa cerca de 836 vezes o perímetro da Terra).

A estratégia do Grupo AdP

Como se sabe, o Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. E paralelamente é o maior consumidor público de energia elétrica.

Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados em 2020 (5%).

Desta forma, o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, assente na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo. Com este programa o Grupo pretende atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um mix integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (2021 a 2025 e 2026 a 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 – Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta será implementado um conjunto de medidas com vista à redução das emissões do Grupo.

3. O NEGÓCIO

3.1. INTRODUÇÃO

Compete à empresa, enquanto Entidade Gestora da Parceria, a exploração e gestão dos serviços de águas, abrangendo a captação, o tratamento, a adução e o fornecimento aos municípios de água para consumo público, bem como a recolha, tratamento e a rejeição de águas residuais canalizadas pelos municípios.

Compete-nos ainda a conceção, o projeto e a construção das infraestruturas e das instalações necessárias à exploração e à gestão dos Serviços de Águas relativos ao SPPIAALENTEJO, bem como a reparação, renovação, manutenção e aquisição, de acordo com as exigências técnicas.

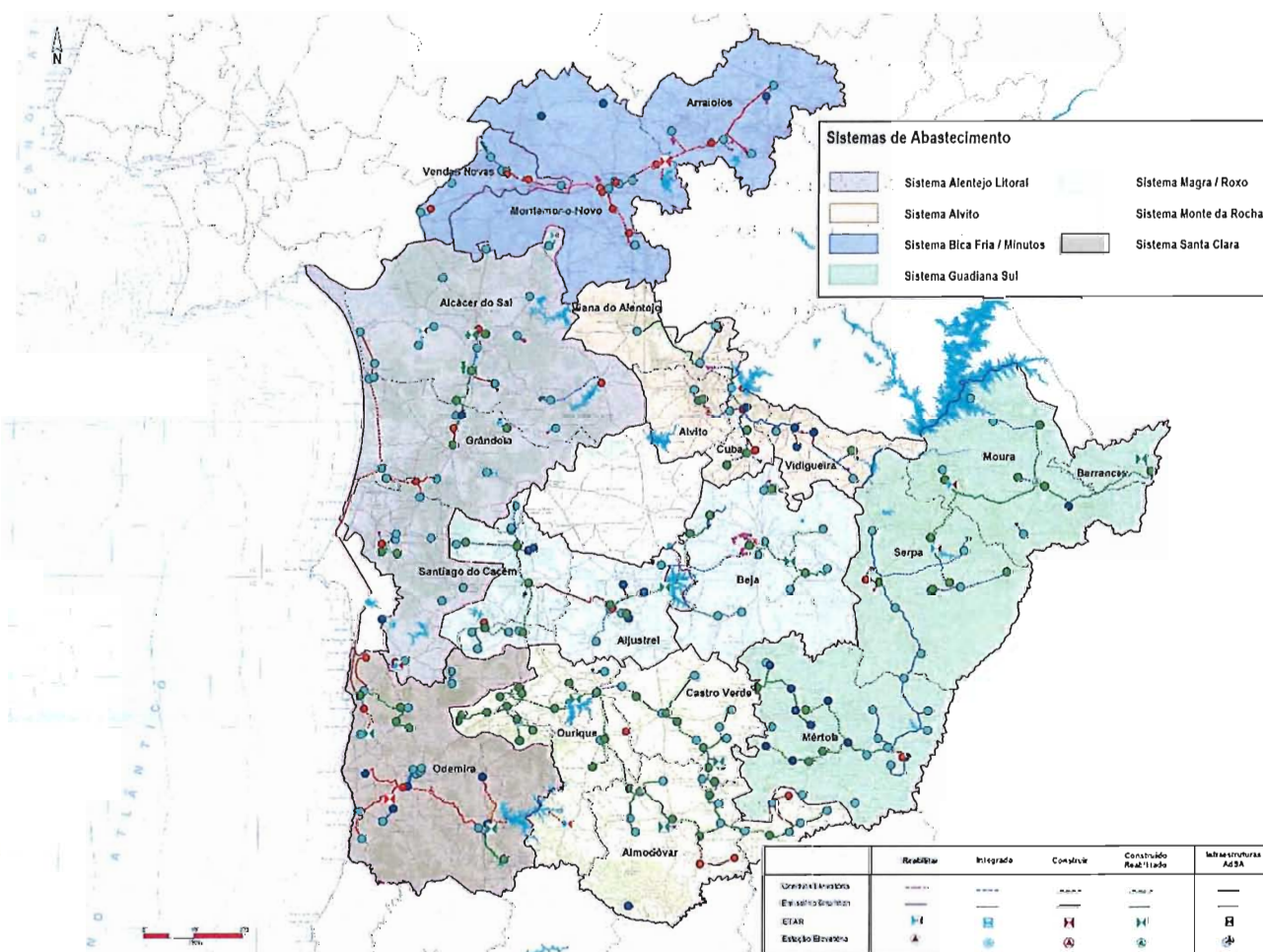
Cientes das oportunidades proporcionadas pelos importantes desenvolvimentos ao nível dos serviços de águas em resposta aos desafios sociais decorrentes dos fenómenos associados às alterações climáticas e dos objetivos de descarbonização, temos vindo a dedicar particular atenção ao potencial do território para a promoção de atividades como a produção de energia, a valorização orgânica de lamas de ETAR e o tratamento de ApR.

Na sequência da aposta no estabelecimento de parcerias com as atividades económicas foi identificada a oportunidade de alargamento da atividade ao fornecimento de água bruta, otimizando e rentabilizando infraestruturas existentes.

3.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

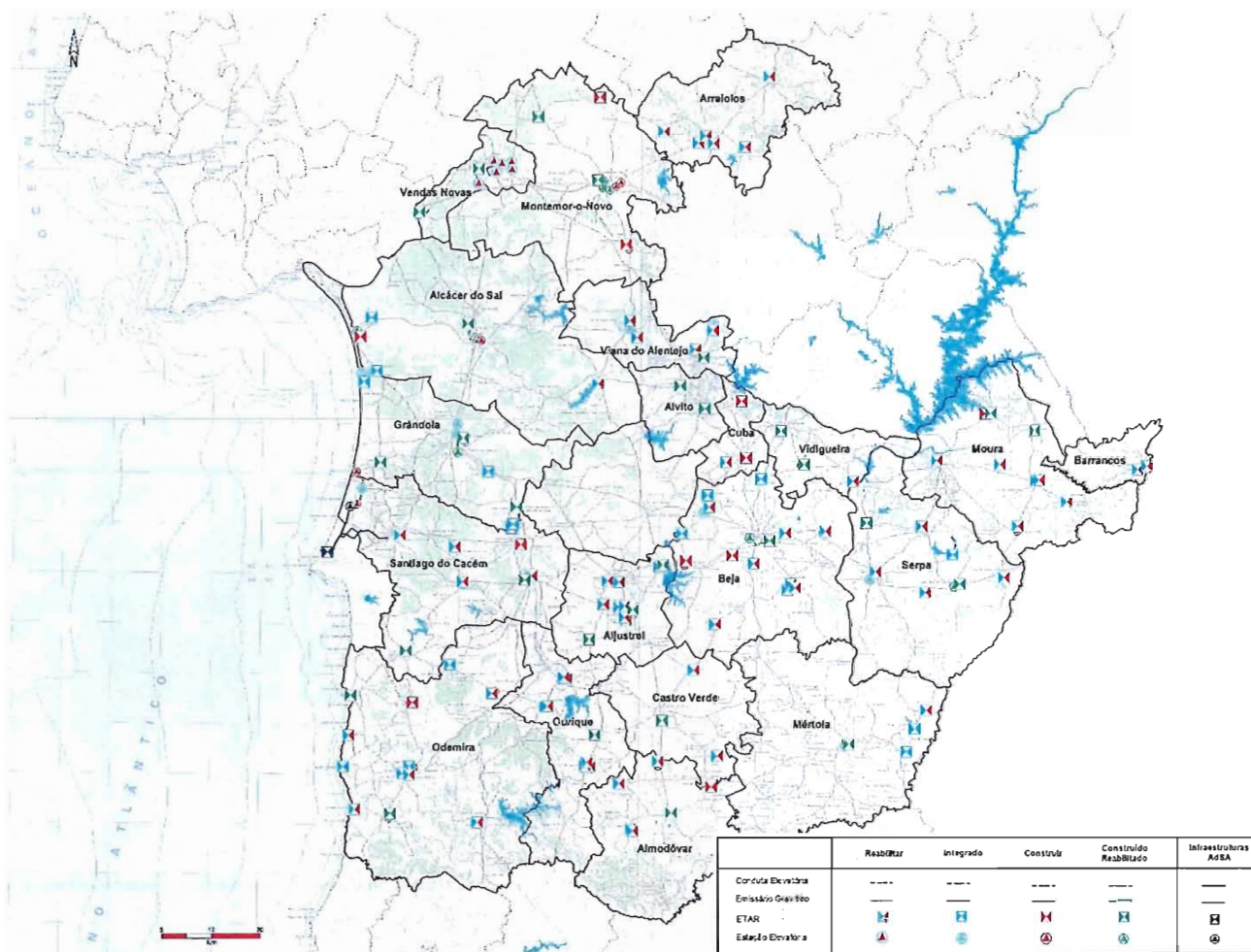
Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja efetuado o fornecimento para abastecimento de água, em alta, a aglomerados com mais de 100 habitantes residentes e sedes de freguesia e ainda a aglomerados com mais de 50 e menos de 100 habitantes residentes, mas que não distem mais de 500 metros dos troços de condutas adutoras.

Face à dimensão do território, dispersão dos aglomerados urbanos e localização e natureza das principais origens de água, a solução técnica adotada assenta numa estrutura de 7 sistemas de abastecimento de água: Bica Fria / Minutos, Alvito, Guadiana Sul, Magra / Roxo, Monte da Rocha, Santa Clara e Alentejo Litoral.



3.3. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja assegurado pela alta a recolha e tratamento das águas residuais geradas no SPPIA Alentejo em aglomerados cujas projeções populacionais estimem mais de 300 habitantes residentes em 2025, tendo a solução técnica adotada sido estruturada em 126 sistemas.



4. SUSTENTABILIDADE

4.1. ENQUADRAMENTO

A água é um recurso essencial à existência da vida no nosso planeta e ao desenvolvimento sustentável, com importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e assumindo um papel cada vez mais destacado no quadro da urgência da ação climática.

O Grupo AdP tem a Sustentabilidade no seu ADN e prossegue uma missão de serviço público, com uma visão de longo prazo, assente num modelo organizacional robusto e numa cultura ética forte, sustentando a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

A profunda transformação que ocorreu em Portugal nas últimas décadas no setor do abastecimento de água e do saneamento veio elevar o padrão de qualidade e a cobertura destes serviços, estabelecendo e promovendo condições de saúde pública, de desenvolvimento económico e coesão regional e de preservação do ambiente.

Através das nossas empresas de base regional e integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos *stakeholders*, também elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS.

Na gestão da água o trabalho nunca está terminado e sobressai, em especial neste setor de serviços públicos essenciais, a enorme responsabilidade de antecipar cenários, avaliar riscos, desenvolver soluções e agir consequentemente.

Assim, cientes da responsabilidade que nos é dada pela nossa missão e por sermos o grupo empresarial com maior impacto na vida dos portugueses, reforçamos a nossa capacidade de resposta aos desafios acrescidos associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente.

Assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade em ambos os planos da ação climática: no que respeita à adaptação, dando ênfase à resiliência dos sistemas, ao estabelecimento de um modelo de economia circular que promova a eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e ainda à sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente.

Quanto à mitigação, temos por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030, através do programa ZERO, que envolve todas as empresas e atividades do Grupo e integra a redução dos consumos energéticos e o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável.

A nossa estratégia de sustentabilidade até 2025 está apresentada no relatório de sustentabilidade consolidado do grupo Águas de Portugal.

4.2. STAKEHOLDERS / PARTES INTERESSADAS

A AgdA está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



▣ Deveres especiais de prestação de informação

A AgdA procura cumprir com todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

4.3. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO

A AgdA e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a AgdA se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2021 foi concluída a primeira fase do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação, e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.

- **Ambiente de Controlo**

Deve refletir a importância CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **Avaliação dos Riscos**

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos

objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

- **Atividades de Controlo**

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

- **Informação e comunicação**

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que

todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

- **Monitorização de Atividades**

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCl ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

No âmbito da primeira fase do projeto, em 2021 na AgdA foi dada continuidade ao mapeamento dos 15 processos iniciais, identificados os eventos de riscos e os controlos implementados na sua mitigação. Pese embora trabalho já desenvolvido, a conclusão do mapeamento da totalidade de processos apenas será concluída no início de 2022.

Tendo sido finalizada a revisão do Manual de Controlo Interno do Grupo AdP e das Métricas de avaliação do SCl definidas, por forma a melhor adequá-los à realidade das empresas do Grupo AdP e acomodar os conhecimentos adquiridos ao longo da implementação da primeira fase do projeto, prevê-se a sua aprovação na empresa no início de 2022, passando as MRC dos processos já mapeados, a fazer desde já, parte integrante do referido Manual de Controlo Interno.

Foi efetuada uma análise preliminar à maturidade do Controlo Interno da AgdA, através da sistematização das respostas obtidas nos questionários submetidos, de modo a identificar o nível de conhecimento e a sensibilidade a esta matéria.

No seguimento, encontra-se prevista a continuação da revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, será efetuado um teste à avaliação das métricas de avaliação do sistema de controlo interno definidas, por

forma a obter uma visão preliminar da situação dos respetivos sistemas de controlo interno;

Concluída a implementação do modelo, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente os chave) obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se os cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da AgdA sobre o desempenho do SCl.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

As alterações acima indicadas conjugadas com a revisão e do Modelo de Gestão de Risco em vigor no Grupo AdP e na AgdA, prevista para 2022, permitirão ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

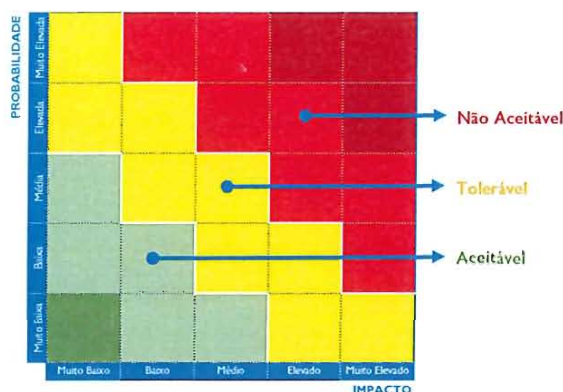
A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCl encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:

CLASSES	GOVERNAÇÃO	ESTRATÉGIA	OPERACIONAL	CONFORMIDADE	REPORTE
CATEGORIAS	Corporate Governance	Ambiental	Ativos	Compliance	Reporting
	Planeamento Estratégico	Envolvente Externa	Gestão Financeira		
		Tecnológico / Digital	Recursos Humanos		
			Supply Chain		
			Relações Contratuais		

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela AgdA, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser

assegurada pela AgdA e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Considerando a avaliação do risco efetuada em 2021, alguns dos principais riscos a que a AgdA se encontra exposta, são os seguintes:

- Energético – Risco de uma ineficiente gestão / otimização do potencial energético nas instalações e insuficiente recursos a novas fontes renováveis, colocando em causa o cumprimento da legislação / regulamentação energética vigente;
- Gestão da Saúde Pública – Risco de consequências adversas para a Saúde Pública, decorrentes de falhas, acidentes a nível técnico ou humano ao longo da cadeia de abastecimento ou de saneamento;
- Compras e Pagamentos – Risco de incumprimentos de e para com fornecedores ou ocorrência de fraudes, com consequentes ruturas de stock e perdas financeiras, decorrente do inadequado ou ineficiente processo de compras de bens e serviços críticos para o negócio da Organização.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

De acordo com a metodologia implementada, concluída a avaliação do risco efetuada pela empresa, o Conselho de Administração avalia a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, que devem ser monitorizados periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

4.4. ATIVIDADE OPERACIONAL

4.4.1. ORIGENS

O ponto de partida é a estratégia de combinação de origens superficiais e subterrâneas que esteve subjacente à definição das soluções técnicas associadas aos sistemas de abastecimento de água, complementado com um conjunto de captações redundantes e aposta na reutilização num território em grande parte historicamente habituado a conviver com a escassez do recurso água.

A consolidação das soluções tem-se vindo a desenvolver a partir do melhor conhecimento das disponibilidades hídricas e da evolução da procura e complementado pelo desenvolvimento de importantes iniciativas como o Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas, concluído em 2019, pelo Plano de Segurança da Água em conclusão, assim como de planos de contingência e a definição em 2020 de um plano complementar de origens onde se integrará também a estratégia de reutilização.

A diversidade das origens e contextos é particularmente evidente na quantidade de captações superficiais e subterrâneas associadas aos sistemas de abastecimento de água do SPPIAALENTEJO, que integram o nosso Plano de Controlo de Qualidade da Água.

N.º CAPTAÇÕES DO SPPIAALENTEJO

Sistema	Municípios	Números de captações		Total Município
		Superficiais	Subterrâneas	
Alvito	Cuba	1	2	3
	Viana do Alentejo	0	2	2
	Vidigueira	0	6	6
Bica Fria / Minutos	Arraiolos	0	17	17
	Montemor-o-Novo	0	19	19
	Vendas Novas	0	12	12
Guadiana Sul	Barrancos	1	0	1
	Mértola	0	18	18
	Moura	0	5	5
	Serpa	1	11	12
Litoral	Alcácer do Sal	3	25	28
	Grândola	0	18	18
	Santiago do Cacém	0	21	21
Magra / Roxo	Aljustrel	1	0	1
	Beja	1	15	16
	Almodôvar	1	18	19
Monte da Rocha	Castro Verde	0	10	10
	Ourique	3	3	6
Santa Clara	Odemira	8	17	25
Total...		20	219	239

➤ Disponibilidades hídricas

O armazenamento hídrico das albufeiras foi, de uma forma geral, inferior à média, essencialmente devido às condições meteorológicas que caracterizaram o ano 2021, com défice de precipitação e valores das temperaturas médias e máximas acima do normal.

Não obstante o referido, quatro das seis principais origens superficiais utilizadas para produção de água para abastecimento público possuem ligação ao EFMA (Roxo, Alvito, Enxoé e Magra), pelo que apesar das condições adversas, não se verificou qualquer constrangimento uma vez que a albufeira de Alqueva apresenta um nível de armazenamento médio que oferece garantias quanto à continuidade do serviço.

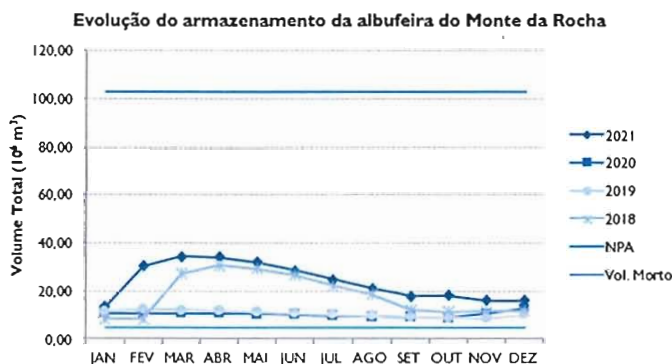
Em síntese, é possível verificar no quadro abaixo o ponto de situação relativo às disponibilidades hídricas a 31 de dezembro dos últimos 4 anos.

Albufeira	Bacia hidrográfica	2018		2019		2020		2021	
		hm3	%	hm3	%	hm3	%	hm3	%
Alvito	Sado	100,70	76,00	86,29	65,12	104,29	78,71	94,00	70,94
Enxoé	Guadiana	8,41	80,89	5,02	48,25	5,33	51,30	8,43	81,06
Monte da Rocha	Sado	11,62	11,39	10,29	10,02	12,39	12,08	15,96	15,53
Roxo	Sado	36,66	38,28	15,89	16,50	26,77	27,79	17,60	18,27
Santa Clara	Mira	286,08	58,98	239,90	49,46	209,72	43,24	203,29	41,91

Fonte: AdP

Para além da tendência decrescente na disponibilidade existente na albufeira de Santa Clara, importa reforçar a persistência nos níveis extremamente baixos de volume armazenado na albufeira de Monte da Rocha. No que se refere à albufeira de Santa Clara, deve destacar-se o espaço de diálogo estabelecido entre as várias partes envolvidas, nomeadamente a AgdA, o município de Odemira, a Associação de Beneficiários do Mira, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Direção-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural no desenvolvimento de ações de curto e médio prazo para criar as condições mais adequadas para a exploração da albufeira, de modo a salvaguardar o uso prioritário abastecimento público.

Assim, a principal preocupação no decorrer do ano 2021 continuou a centrar-se na albufeira do Monte da Rocha, uma vez que foi mantido um nível de armazenamento muito baixo, tal como se pode observar no gráfico abaixo.



A variação de nível da referida albufeira não foi muito acentuada pelo facto de terem sido implementadas medidas de contenção dos volumes captados para rega, por forma a garantir o volume necessário para realização do abastecimento público.

A albufeira do Enxóe continuou a apresentar problemas de qualidade, pelo que se manteve a necessidade de recorrer à albufeira de Brinches (EFMA) para produção de água para abastecimento público.

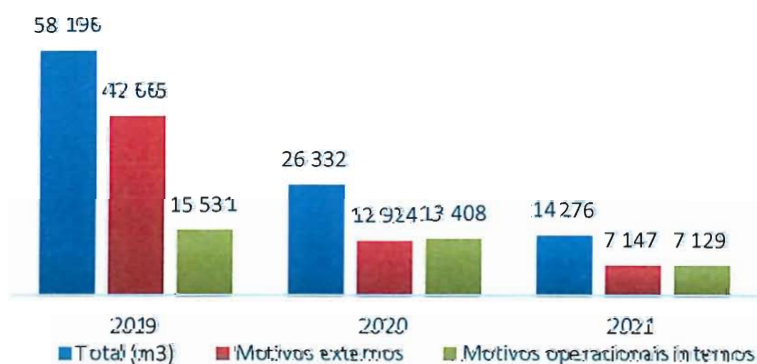
No que concerne às disponibilidades hídricas subterrâneas salienta-se que a precipitação ocorrida durante o ano hidrológico 2020/2021 não foi suficiente para a recuperação do nível piezométrico das massas de água, pelo que se mantiveram as dificuldades acrescidas na garantia do abastecimento com recurso a captações subterrâneas nas seguintes zonas: margem direita do concelho de Mértola e interior de Odemira. Nestas situações, foi necessário recorrer ao transporte de água por autotanque para garantir o normal abastecimento da população.

Relativamente à qualidade da água em captações subterrâneas, continuaram a verificar-se concentrações elevadas de alguns parâmetros já considerados como críticos.

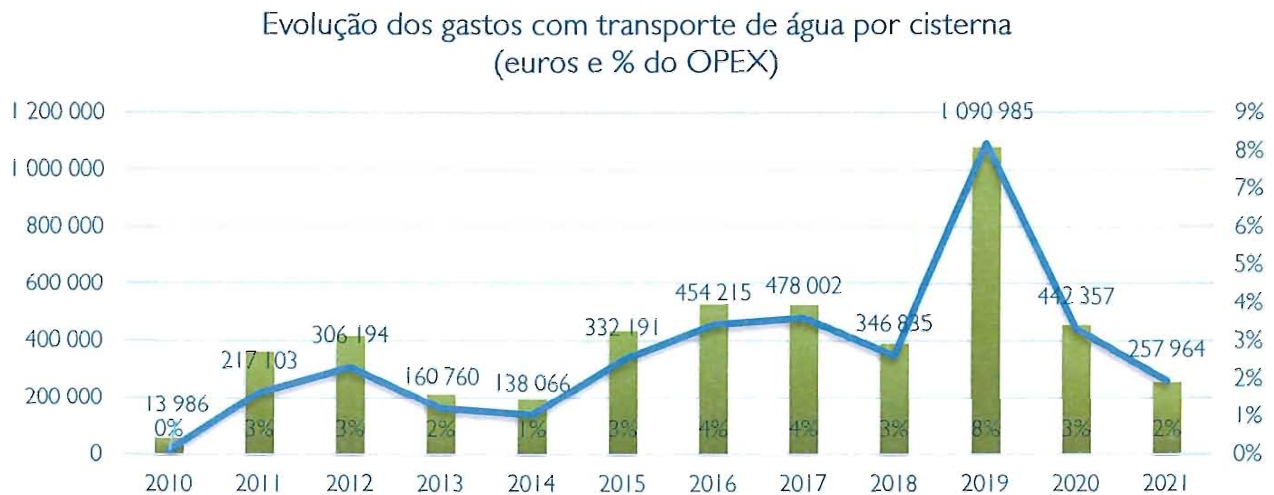
Município	Parâmetros críticos
Alcácer do Sal	Sódio; Dose Indicativa Total
Grândola	Fluoretos
Mértola	Selénio
Montemor-o-Novo	Nitratos
Odemira	Cloretos; Fluoretos; Sódio
Santiago do Cacém	Cloretos; Fluoretos
Vendas Novas	Dose Indicativa Total

No sentido de assegurar o abastecimento, e para fazer face às restrições de natureza qualitativa e quantitativa, permanece a necessidade de efetuar o transporte de água, o qual, registou uma redução significativa, cerca de 46% em relação a 2020, em resultado da conclusão de algumas empreitadas que permitiram a alteração da origem de água de alguns sistemas, bem como de uma atuação mais proativa da empresa junto dos municípios na identificação de consumos excessivos e também de uma melhoria relativa das condições climáticas.

Transporte de água - valor acumulado (m³)



No gráfico abaixo é possível aferir a evolução dos gastos com transporte de água por cisterna.



Tendo em vista capitalizar o melhor conhecimento e a ligação aos parceiros municipais e cientes que o aumento da resiliência e segurança hídrica passa em muito pelo aumento da eficiência e contenção de usos do bem escasso que é a água, junto das comunidades, procedemos à preparação de uma iniciativa junto de conjunto de pequenos aglomerados onde limitações deste recurso se têm feito sentir, envolvendo entidades como a ADENE – Agência para a Energia, a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, a EMAS – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja e a IES|SBS – Instituto de Empreendedorismo Social | Social Business School dirigida a utilizadores, técnicos municipais e outros públicos para melhor compreender a utilização deste bem.

Também no sentido do estreitar a proximidade com as comunidades foi dada continuidade à cooperação com as atividades económicas relevantes para a resposta a incidentes ambientais e de uma forma geral na melhoria do estado das massas de água, através designadamente da dinamização de uma maior colaboração e uma visão integrada, em linha também com as responsabilidades com o desenvolvimento do território.

4.4.2. OPERAÇÃO

No decorrer do ano 2021 a estrutura da Direção de Operação foi alterada, tendo passado a integrar quatro Centros Operacionais e 8 Áreas de Gestão, de acordo com a seguinte distribuição:

- Centro Operacional Noroeste:
 - a. Área de Gestão Bica Fria / Minutos: Vendas Novas, Arraiolos e Montemor-o-Novo;
 - b. Área de Gestão Litoral: Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém
- Centro Operacional Centro:
 - a. Área de Gestão SAA Magra e Roxo: Aljustrel, Beja;
 - b. Área de Gestão SAR Beja e Aljustrel: Aljustrel, Beja;
 - c. Área de Gestão Alvito: Cuba, Alvito, Viana do Alentejo, Vidigueira;

➤ Centro Operacional Este:

- a. Área de Gestão Guadiana: Barrancos, Moura, Serpa, Mértola;

➤ Centro Operacional Sul:

- a. Área de Gestão Monte da Rocha: Almodôvar, Castro Verde, Ourique;
b. Área de Gestão Santa Clara: Odemira.

A exploração dos 15 subsistemas autónomos de abastecimento de água do concelho de Mértola manteve-se em *outsourcing* de operação e manutenção.

No que diz respeito ao saneamento, foi mantido o *outsourcing* para operação e manutenção da totalidade dos sistemas até ao dia 7 de novembro. A partir desta data, 34 infraestruturas passaram a ser exploradas diretamente pela empresa, das quais 24 são ETAR e 10 são estações elevatórias, mantendo-se as restantes 111 com exploração em regime de *outsourcing* por um novo prestador de serviços.

Como atividade transversal, destaca-se o início da implementação da plataforma de gestão operacional – NAVIA, no ano 2021. A implementação de tal ferramenta constitui uma mais-valia para a atividade operacional, uma vez que irá permitir:

- Garantir um suporte informático a todos os processos operacionais, realizando a interface, em tempo real, com os intervenientes na operação das infraestruturas;
- Estabelecer uma plataforma comum e única para todos os utilizadores, implementando o *workflow* associado à operação e o seu acompanhamento em tempo real;
- Constituir uma base de dados única que garanta a consistência, a disponibilidade e o tratamento de todos os dados operacionais;
- Disponibilizar ferramentas de reporte e quadros de indicadores.

A implementação do NAVIA apresenta, em termos gerais, as seguintes etapas:

1. Realização de dois pilotos, um para o SAA Beja, e outro para o SAR Beja e Aljustrel, com implementação e teste com os operadores no terreno;
2. Transposição das parametrizações efetuadas para as restantes infraestruturas da empresa;
3. Integração do NAVIA com outros softwares já utilizados.

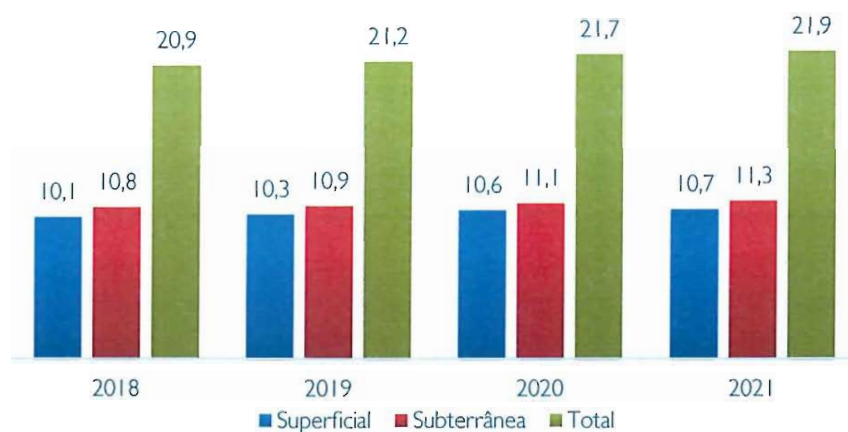
A base da implementação do NAVIA assenta na informatização de todas as infraestruturas e equipamentos, em árvores de localizações, sendo posteriormente as mesmas dotadas de variáveis de controlo parametrizadas e tarefas operacionais. Na sequência do desenvolvimento da árvore de localização para os sistemas-piloto, teve lugar a formação dos técnicos da AgdA, tendo em vista a aquisição de competências ao nível da criação de variáveis e parametrização de tarefas. Assim, no final do ano, já foi possível iniciar o teste de registo de algumas variáveis em suporte NAVIA na ETA da Magra. Todo este trabalho de implementação será articulado com o prestador de serviços que opera um conjunto de infraestruturas de abastecimento e saneamento.

4.4.2.1. ABASTECIMENTO ÁGUA

Volume de Água captado, tratado e fornecido

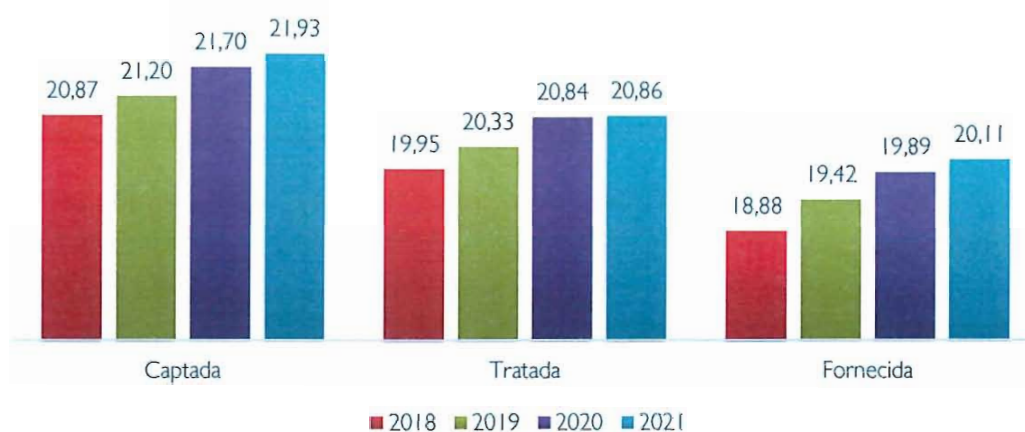
No ano 2021 foram captados 21,924 milhões de m³ de água, sendo 49% de origem superficial e 51% de origem subterrânea, em linha com a estratégia preconizada.

Evolução do volume de água captado (106 m3)



Do volume total captado, foram tratados 20,861 milhões de m³ e fornecidos aos municípios cerca de 20,107 milhões de m³ de água.

Volume de água captada, tratada e fornecida (106 m3)



A partir da análise do gráfico pode verificar-se uma tendência crescente dos volumes de água fornecidos, verificando-se em 2021 um incremento de 1,1% por comparação com o ano anterior.

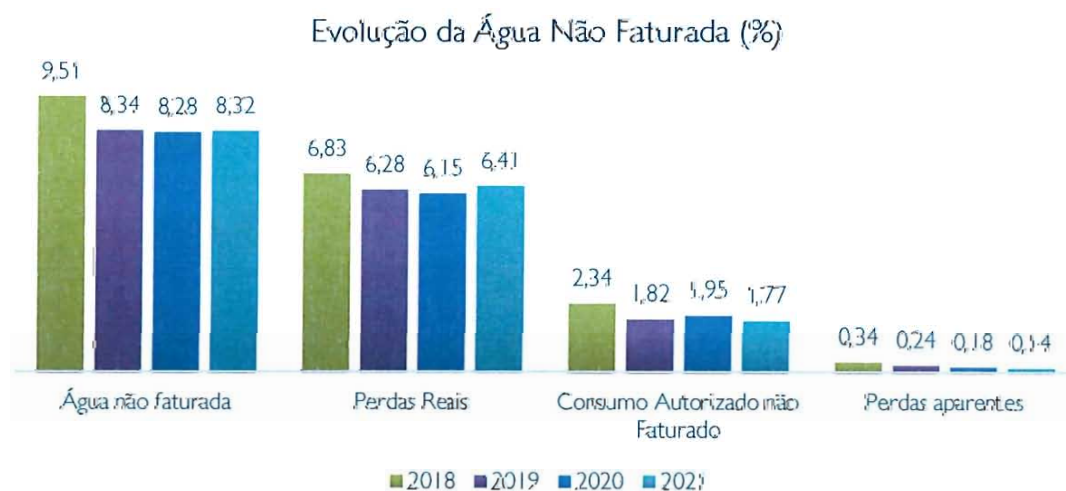
☞ Água Não Faturada

A água não faturada constitui a diferença entre o volume de água captada e o volume de água faturado, sendo desagregada da seguinte forma:

- Consumo autorizado não faturado: consiste no volume utilizado pela própria entidade, ou seja, trata-se do volume relativo a lavagens de filtros, purgas dos decantadores, descarga de flotadores e higienização de reservatórios e condutas;
- Perdas aparentes: são todas as perdas contabilizadas por erros de medição ou acertos de leituras por haver contadores em pontos não coincidentes com os pontos físicos de entrega;
- Perdas reais: constituem o somatório das fugas nas condutas de água bruta e no tratamento, com as fugas nas condutas de adução e as fugas e extravasamentos nos reservatórios.

Assim, no ano 2021 o volume correspondente à água não faturada foi de 1,823 milhões de m³, ou seja 8,32%, o qual se subdividiu da seguinte forma:

- Consumo autorizado não faturado: 0,388 milhões de m³ (1,77%);
- Perdas aparentes: 0,031 milhões de m³ (0,14%);
- Perdas reais: 1,405 milhões de m³ (6,41%).



O aumento da componente "água não faturada" está diretamente relacionado com a tendência verificada na componente "perdas reais", a qual está essencialmente associada ao volume de água perdido em intervenções em condutas. Refira-se que em 2021 o número de intervenções foi de 568, por comparação 350 em 2020.

Em 2021, o volume de perdas reais por unidade de comprimento de conduta foi de 3,38 m³/km/dia, situação que se traduz num índice de "qualidade de serviço boa", de acordo com os critérios definidos pela ERSAR.

Qualidade da Água

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento de água, desde os recursos hídricos utilizados até aos 131 pontos de entrega à entidade gestora em "baixa", constitui uma das principais preocupações, seguindo-se para este efeito uma política de boas práticas de operação das infraestruturas. Neste sentido, temos implementados os seguintes planos de controlo de qualidade da água:

- Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), que permite avaliar continuamente a qualidade da água fornecida, garantindo a sua conformidade com os valores legalmente estabelecidos, cuja conceção e implementação é fiscalizada pela ERSAR;
- Plano de Controlo Operacional (PCO), com o objetivo de verificar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento de água e detetar atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas eficazes;
- Plano de Controlo de qualidade das origens efetuado no âmbito dos respetivos contratos de concessão de captação.

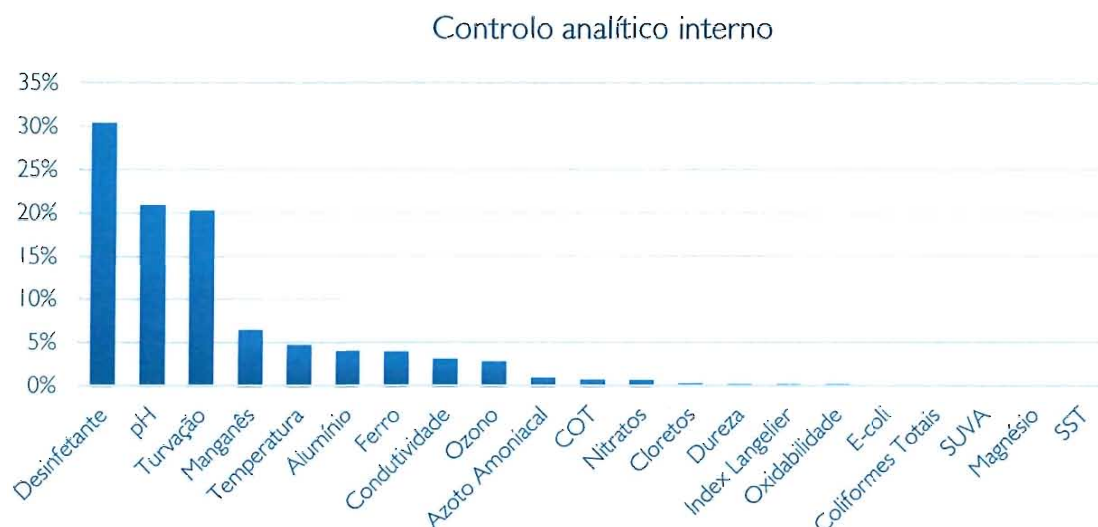
A execução das análises relativas ao PCQA e ao Plano de Controlo de Qualidade das Origens é garantida na íntegra por um laboratório externo, com métodos devidamente acreditados para o efeito. O controlo analítico associado ao PCO encontra-se fracionado por grupos de parâmetros, sendo a sua concretização partilhada entre um laboratório externo, o laboratório interno e os técnicos operativos que asseguram as rotinas de operação locais.

Apesar das dificuldades de recursos motivadas pelos efeitos da pandemia de COVID-19, o cumprimento da frequência de amostragem associado ao PCQA, PCO e Plano de Controlo de Qualidade das Origens foi de 100%.

À semelhança do sucedido em 2020, embora com uma ténue melhoria nas bacias hidrográficas do Guadiana e do Sado, em 2021 continuou a verificar-se uma situação de seca hidrológica, sendo evidentes os respetivos impactos ao nível da qualidade da água. No que se refere às origens superficiais, a degradação esteve essencialmente relacionada com o aumento da concentração de matéria orgânica. Relativamente às captações subterrâneas, o maior impacto continuou a fazer-se sentir em alguns parâmetros químicos, tendo sido mantido o condicionamento de utilização para abastecimento público de água das captações de Espírito Santo e São João dos Caldeireiros, e decretado um novo condicionamento para a utilização das captações de Penedos, no concelho de Mértola. Ao nível da qualidade da água, é ainda de referir que continuou a ser quantificado um pesticida (Mecoprope) na água dos canais de Santa Clara, sendo que ao nível da origem se confirmou que tal contaminação é inexistente. Assim, concluiu-se que se tratava de uma situação localizada em determinadas zonas dos canais, e que poderá resultar da utilização desta substância em terrenos adjacentes a essas zonas.

▾ Plano de Controlo Operacional

No ano de 2021 foram realizadas pelo Laboratório de Controlo Operacional e das equipas de operação, cerca de 114 917 determinações analíticas.



Houve a necessidade de recorrer a laboratório externo para assegurar a execução do controlo analítico dos parâmetros cuja metodologia de determinação não se encontra implementada no laboratório de Controlo Operacional interno, designadamente Trihalometanos, Cloritos, Cloratos, Bromatos, Arsénio, Selénio, Chumbo, Fluoretos, Fitoplâncton e Mecoprope.

▾ Plano de Controlo de Qualidade da Água

A percentagem de água segura constitui um indicador da qualidade da água fornecida, sendo o seu cálculo realizado com base no produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação.



(+) valor estimado, sujeito a revisão decorrente do surgimento de novos incumprimentos associados a 2021, ou do processo de validação pela ERSAR.

A tendência de melhoria deste indicador está essencialmente relacionada com o cumprimento total da frequência de amostragem, visto que no que concerne ao número de incumprimentos se verificou um ligeiro aumento no ano 2021.

A redução verificada ao nível do indicador "percentagem de água segura", a partir do ano 2019 teve as seguintes causas:

- maior degradação da qualidade da água bruta, na sequência do período prolongado de seca hidrológica, com consequente impacto ao nível da qualidade da água fornecida;
- obrigatoriedade de análise de novos parâmetros;
- alteração da legislação em vigor em 2019, a qual implicou uma intensificação da frequência de determinação dos parâmetros críticos (execução do PCQA com base na avaliação de risco, integrando critérios que definem os parâmetros a controlar e a frequência de amostragem em função do histórico da qualidade da água, das características da água bruta, dos tratamentos aplicados e das demais especificidades de cada sistema de abastecimento).

Devido ao atraso na conclusão das empreitadas associadas aos subsistemas mais problemáticos, a que não foi alheio o contexto de pandemia de COVID-19, continuou a não ser possível resolver grande parte das situações críticas existentes ao nível da qualidade. Tendo em conta o desenvolvimento das intervenções preconizadas, prevê-se que no ano de 2022 será possível inverter a tendência observada, voltando a atingir-se um nível próximo da qualidade de excelência.

Produção de lamas

Foram produzidas nas ETA e encaminhadas para destino final cerca de 717 toneladas de lamas resultantes dos processos de clarificação da água.



A diferença registada ao nível da quantidade de lamas encaminhadas para destino final está relacionada com o facto de no ano 2020 ter sido efetuada a limpeza dos tanques de lamas das ETA do Enxóe e Almogrove, sendo que tal atividade não foi realizada em 2021. Por outro lado, a redução do funcionamento da ETA do Roxo continua a causar impacto na quantidade de lamas produzidas.

▢ Outras atividades a destacar

Outras atividades a destacar relativamente ao ano 2021 são:

- Adaptação da avaliação de risco do Plano de Segurança da Água – vertente qualidade, de acordo com as novas diretrizes da autoridade de saúde e da ERSAR. Continuação da avaliação relativa à vertente quantidade. A implementação do referido plano irá privilegiar a atitude preventiva relativamente à reativa, numa perspetiva de melhoria contínua da qualidade do serviço;
- Consolidação das metodologias e rotinas implementadas no laboratório de Controlo Operacional, situação que irá possibilitar um acompanhamento da evolução de alguns parâmetros críticos dos sistemas, permitindo que a adoção das medidas corretivas seja efetuada em tempo útil;
- Acompanhamento da instalação e do arranque do novo sistema de desnitrificação de S. Matias (Beja) que permitiu eliminar os incumprimentos do parâmetro Nitratos associados ao referido sistema;
- Realização de ensaio com carvão ativado granular, nas ETA de S. Teotónio e Almogrove (Odemira), com o objetivo de verificar a respetiva eficácia na remoção do parâmetro Mecoprope. Os resultados obtidos foram satisfatórios, pelo que se irá estender a aplicação do carvão ativado granular testados a outros filtros das ETA alvo de ensaio;
- Acompanhamento dos municípios na gestão de perdas em baixa através da monitorização de caudais noturnos;
- Concretização de um mecanismo de comunicação com os municípios de tendências persistentes de captações excessivas, tendo em vista a identificação e resolução mais célere dos problemas na rede em baixa e minimização das situações de transporte de água;
- Continuação da realização do cadastro dos caudalímetros associados às captações, tratamento e elevatórias.



4.4.2.2. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

▢ Volumes Recolhidos e Rejeitados

No decorrer do ano 2021 foram recolhidos nos sistemas de saneamento de águas residuais 12,981 milhões de m³ de águas residuais, dos quais foram exportados para tratamento no sistema de saneamento de águas residuais da empresa Águas de Santo André 0,407 milhões de m³, correspondentes às águas residuais da cidade de Santiago do Cacém. Estima-se que do volume total recolhido tenham sido tratados e rejeitados para os meios hídricos recetores cerca de 12,338 m³.

Deve salientar-se que cerca de 60% das ETAR ainda não dispõem de dispositivos de medição de caudal, pelo que os respetivos volumes foram estimados com base nos volumes de água fornecida. Até 2020 a estimativa foi efetuada considerando 40% de perdas na baixa e um fator de afluência de 90%, ou seja, estimando-se que nestas situações o caudal recolhido fosse 54% do volume de água fornecido em alta às povoações servidas pelo ponto de recolha, valor que a experiência evidenciou como abaixo dos efetivamente recolhidos. Assim, para o ano 2021 foi efetuada uma atualização dos pressupostos de base, para realização da estimativa dos volumes recolhidos, passando a considerar-se 20% de perdas na baixa e mantendo o fator de afluência de 90%.



Importa igualmente destacar o arranque do funcionamento da ETAR da Comporta, no dia 1 de outubro, que recolhe e trata as águas da localidade com a mesma designação, que constituía uma das situações de contencioso DARU.

▢ Qualidade da Água Residual Rejeitada

Garantir a qualidade dos efluentes descarregados no meio recetor constitui um dos principais objetivos, tendo em vista a minimização dos impactos nos ecossistemas e dos riscos para a qualidade de vida das populações, para além do cumprimento das obrigações legais aplicáveis.

As variações significativas na qualidade e quantidade das afluências às ETAR têm efeitos negativos no desempenho do sistema de tratamento, podendo comprometer o cumprimento dos normativos de descarga. Desta forma a implementação de um

plano de monitorização robusto, bem como a adoção de boas práticas de exploração das infraestruturas são essenciais para que se consigam alcançar os objetivos definidos.

Neste sentido, encontram-se implementados os seguintes planos de controlo de qualidade do efluente descarregado:

- Plano de Autocontrolo: permite avaliar a qualidade do efluente rejeitado, garantindo a sua conformidade com os valores legalmente estabelecidos. Constitui uma obrigação legal, sendo fiscalizado pela APA;
- Plano de Controlo Operacional (PCO): tem por objetivo fundamental avaliar o funcionamento de todos os órgãos de tratamento e detetar atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas eficazes.

A execução das análises relativas ao Plano de Autocontrolo foi garantida na íntegra por um laboratório externo, devidamente acreditado para o efeito, enquanto o controlo analítico associado ao PCO encontra-se inserido no âmbito da prestação de serviços da operação e manutenção das infraestruturas de saneamento. No que se refere às instalações que transitaram para exploração direta pela equipa AgdA, parte do PCO já foi executado pelo laboratório de Controlo Operacional interno.

No ano 2021, apesar das dificuldades acrescidas pelo contexto da pandemia de COVID-19, foi possível cumprir na íntegra o Plano de Autocontrolo. O controlo analítico associado ao PCO também foi executado de acordo com o previsto.

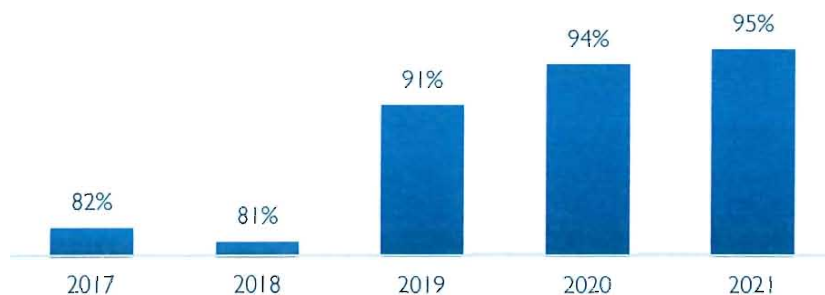
➤ Plano de Controlo Operacional

Durante o ano de 2021 foram realizadas pelo prestador de serviços de operação e manutenção das infraestruturas de saneamento cerca de 268 643 determinações analíticas. Neste âmbito foram enquadrados os seguintes parâmetros: CQO, CBO5, SST, pH, Temperatura, ILV, SSV, Ntotal, N-NH4, N-NO3, Ptotal, Óleos e Gorduras, Coliformes totais e Coliformes fecais.

➤ Plano de Autocontrolo

O nível de cumprimento das licenças de descarga constitui o indicador utilizado para medir o índice de qualidade do efluente descarregado. No gráfico seguinte encontra-se apresentada a evolução relativa ao nível de cumprimento das licenças de descarga, o qual foi calculado tendo por base as premissas definidas pela ERSAR (AR13a).

Cumprimento das condições de descarga (AR13a)



[Handwritten signatures and initials]

O aumento da percentagem de cumprimento das licenças de descarga, verificado no decorrer do ano 2021, está essencialmente relacionado com a implementação de pequenas melhorias ao nível das infraestruturas e dos processos de tratamento, em ETAR devidamente licenciadas.

No entanto, deve referir-se que do conjunto de 54 ETAR com título válido durante os 12 meses de 2021, não foi possível garantir a exploração de 7 ETAR durante o período em análise devido a afluências indevidas significativas ou à redução muito significativa de caudal afluente, com a consequente ausência de descarga mensal.

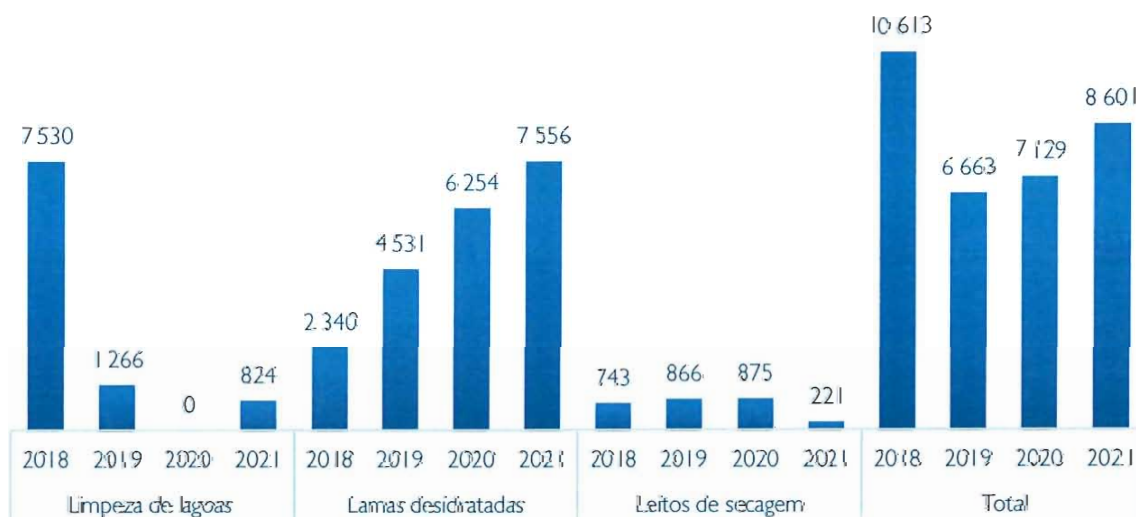
➤ Produção de Lamas e Resíduos

Lamas

Durante o ano em análise foram encaminhadas para destino final 8 601 toneladas de lamas, com valorização agrícola de 93% do total, sendo os restantes 7% depositados em aterro. Por comparação com 2020, verificou-se um aumento de 21% na quantidade de lamas encaminhadas para destino final.

O gráfico seguinte apresenta a relação entre a quantidade de lamas desidratadas por processos mecânicos e em leitos de secagem e resultantes da limpeza de lagoas.

Distribuição da produção de lamas (t)

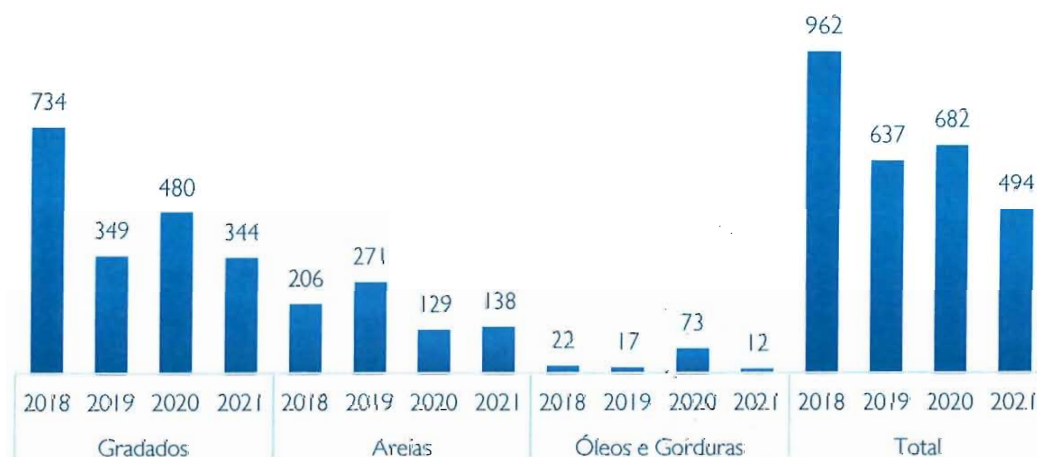


No decorrer do ano 2021 foi efetuada a remoção de lamas das lagoas arejadas das ETAR de Mina de S. Domingos e Rio de Moinhos.

Areias, Gradados, Óleos e Gorduras

Durante o ano de 2021 foram encaminhadas para destino final 494 toneladas de areias, gradados, óleos e gorduras, o que representa um decréscimo de 28 % em relação ao ano anterior.

Areias, Gradados, Óleos e Gorduras

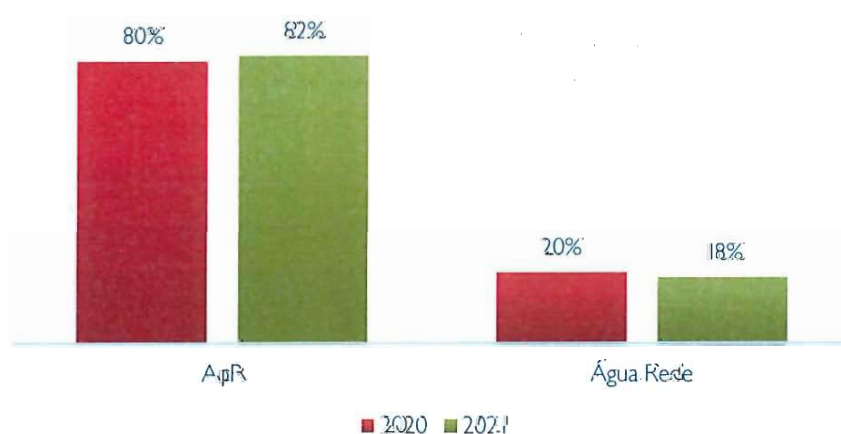


ApR para utilização interna

A reutilização de água (ApR) contribui para o uso sustentável dos recursos hídricos, na medida em que permite a manutenção de água no ambiente e a respetiva preservação para usos futuros, assumindo particular pertinência em territórios como o Alentejo.

No decorrer do ano em questão foram utilizados 111 457 m³ de água na totalidade das instalações saneamento, dos quais 82% corresponderam a ApR e 18% a água da rede, neles se incluindo utilizações onde é requerida água potável.

Origem da água utilizada nas ETAR





➤ Outras atividades a destacar

As principais atividades a destacar relativamente ao ano 2021 são:

- Participação no Grupo de Trabalho de Reutilização, do Grupo AdP;
- Coordenação de dois projetos-piloto de ApR: REUSE Fase II e AQUA VINI, cuja informação mais detalhada é apresentada na Parte relativa à Inovação;
- Disponibilização de informação para desenvolvimento do EVEF relativo à atividade ApR. No âmbito deste trabalho foram identificadas todas as instalações com potencial de produção de ApR, para utilização externa, tendo sido contabilizado um universo de 39 ETAR. Neste conjunto foram ainda identificadas as infraestruturas com maior potencial para "usos municipais";
- Início de exploração direta de 24 sistemas de saneamento;
- Criação de um laboratório de controlo operacional na ETAR de Beja, com implementação de novas metodologias que irão permitir efetuar o acompanhamento analítico da componente de saneamento.

4.4.3. ENGENHARIA E GESTÃO DE ATIVOS

4.4.3.1. ENQUADRAMENTO

A implementação da solução técnica assentou numa estratégia de priorização assente:

- Na resolução dos principais constrangimentos em termos de abastecimento de água, através designadamente das importantes intervenções nos sistemas de Monte da Rocha, Gadiana Sul, Santa Clara e Roxo.
- Na resolução dos processos de contencioso ambiental ao nível do tratamento de águas residuais urbanas e do tratamento das mesmas nos principais aglomerados populacionais.

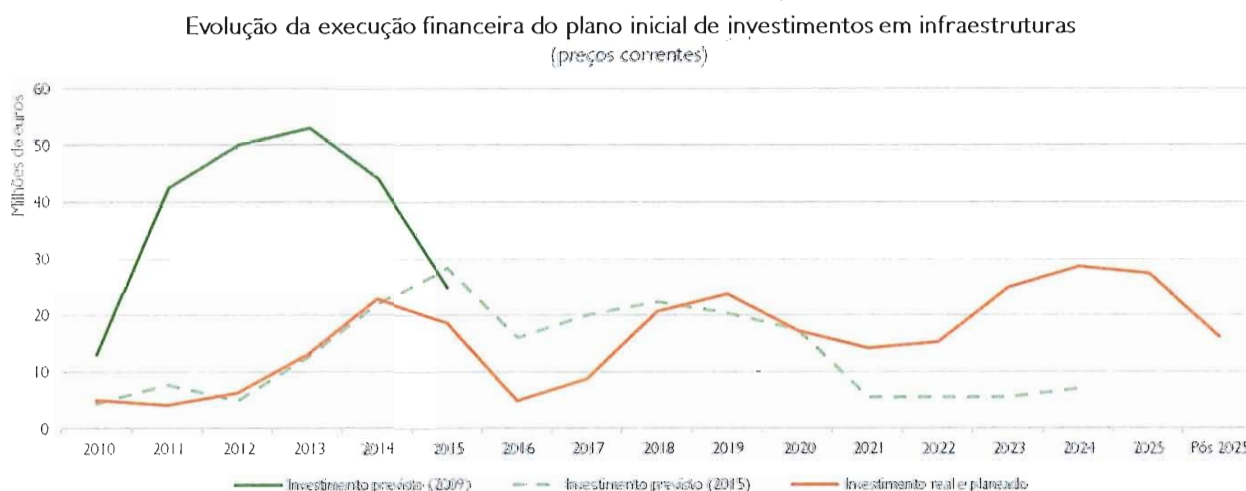
Sem prejuízo do impacto dos importantes constrangimentos e consequências aos mais variados níveis do período de crise financeira e sanitária, o balanço não pode deixar de ser amplamente positivo, a saber:

- Os principais constrangimentos em termos de qualidade e quantidade foram suprimidos com a conclusão dos investimentos durante o ano de 2021, apesar do forte agravamento da situação de seca a que temos assistido e à ausência dos desenvolvimentos que se impõem ao nível da eficiência e contenção de usos;
- Os processos de contencioso comunitário que envolveram cerca de 33 instalações de 18 concelhos e mais de 150.000 de população equivalente no âmbito do SPPIAA, dos quais o Estado português foi condenado relativamente a 17 instalações num universo nacional de 44, chegamos ao fim de 11 anos com as dificuldades assinaladas ultrapassadas.

Por isso no ano de 2021 foi dado seguimento ao plano de investimentos em infraestruturas, com vista à concretização das intervenções previstas na solução técnica atualmente aprovada, agora mais orientadas para a reabilitação de um vasto conjunto de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais que servem na sua grande maioria

aglomerados de menor dimensão, mantendo também um conjunto mais vasto de preocupações, em linha com a agenda ambiental, designadamente:

- Reforçar a aposta na digitalização, completando e reforçando em especial a componente de monitorização, automação, supervisão, telegestão e segurança dos sistemas, indispensável para a elevação do desempenho e otimização da sua exploração e gestão, como responder a desafios como o de pandemia;
- Integrar a agenda do aumento da circularidade do nosso setor e inclusão no respetivo modelo de negócio, através em especial da valorização de lamas de ETAR através de uma unidade de compostagem, mas também da produção de ApR;
- Reforçar a aposta na produção e eficiência energética, em linha com o desafio global de descarbonização e do Grupo AdP de neutralidade energética em 2030, como importante contributo para a persecução das metas nacionais neste domínio;
- Melhorar a apresentação das infraestruturas, incluindo reforço da identidade regional, indispensável para a afirmação da Parceria, mas também para a motivação e autoestima das nossas equipas;
- Melhorar um conjunto de instalações de suporte.



Num segundo momento, e tendo em vista preparar as respostas do território a desafios ambientais acrescidos, que impõem o reforço e segurança hídrica dos serviços, e de um conjunto de dinâmicas, mas também nos posicionamos relativamente a um conjunto de oportunidades, foi dado continuidade ao trabalho da análise e recuperação de potenciais intervenções que, apesar de não se encontrarem previstas no plano inicial de investimentos em infraestruturas, não podem deixar de ser equacionadas, a saber:

- A evolução dos consumos em determinados sistemas, seja no sentido do crescimento face ao previsto, seja no sentido de não confirmação das expectativas de redução inicialmente admitidas;
- A evolução de um conjunto de parâmetros relevantes associados aos recursos hídricos e à incerteza climática;
- As perspectivas de desenvolvimento identificadas em determinadas áreas, em especial de novos empreendimentos no litoral;

- A importância de integrar a agenda da reutilização num território de elevada escassez de água;
- As oportunidades suscitadas pelo Instrumento de Recuperação e Resiliência (IRR);
- A preparação dos contributos para as Bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo;
- A necessidade de corresponder a um quadro comunitário de apoio mais alargado (2030).

4.4.3.2. ABASTECIMENTO EM ALTA

O investimento acumulado realizado em sistemas de abastecimento de água totaliza no final de 2021 o valor de 107 milhões de euros, tendo o valor realizado no ano ascendido a 9,283 milhões de euros associado à execução de um conjunto importante empreitadas abrangendo 8 concelhos, em grande medida apoiadas no âmbito do POSEUR.

8 Concelhos abrangidos – 37 Milhões de euros de empreitadas em curso em 2021

- SAA Roxo Poente – Adução a Alvalade 3,03 MEuros
- SAA Roxo Poente - Adução a Ermidas Sado e Fornalhas Velhas, 2,64 Meuros
- SAA Roxo Poente – Ligação Roxo ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, 1,1 Meuros
- SAA Santa Clara – Adução a Lusianes Gare, 0,9 Meuros
- SAA Almogrove – Adução a Vila Nova de Milfontes e Castelão, 1,6 Meuros
- SAA Monte da Rocha – Reforço da Adução a Castro Verde, 4,8 Meuros
- SAA Monte da Rocha – Adução ao Eixo Almodôvar/Mértola Sudoeste – Eixo central e secundários, 7,6 Meuros
- SAA Guadiana Sul – Adução ao eixo Serpa/Moura 3,0 Meuros
- SAA Guadiana Sul – Adução à zona Mértola Noroeste, 4,4 Meuros
- SAA Guadiana Sul – Ampliação e adaptação da ETA do Enxóe, 7,5 Meuros

Paralelamente e na continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, foram promovidas adaptações nos projetos de execução de outros sistemas, sendo de realçar, a continuidade da Revisão do Projeto de Execução do Sistema de Minutos, agora integrando a interligação ao Sistema da Bica Fria, a Elaboração da Nota Técnica para a Remodelação da ETA do Alvito, Elaboração da Nota Técnica para a nova ETA de S. Teotónio, a Nota Técnica para reforço a Santiago do Cacém, a Nota Técnica para o Abastecimento de Água para Zona Costeira de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines, o desenvolvimento do Projeto de Reforço de Adução a Beja, o desenvolvimento do projeto de ligação da ETA do Monte da Rocha ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (promovido pela EDIA), o projeto reabilitação do sistema de adução a Montes Velhos e Aljustrel, o projeto reabilitação de 19 reservatórios, o projeto de Adução a Grândola 2ª Fase, o projeto de Adução Mértola Noroeste 2ª Fase e lançamento de um procedimento de aquisição de serviços com previa qualificação para Elaboração dos Projetos de Execução de Abastecimento de Água ao Sistema de Alvito, Sistemas de Minutos e Bica Fria, e Sistemas de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira e Santiago do Cacém.

Também durante o ano de 2021 foram promovidos concursos no valor total de 2,3 milhões de euros:

- Empreitada de Conceção Construção da Reabilitação dos filtros de carvão ativado granular da ETA do Alvito;
- Empreitada de Conceção construção da Reabilitação da ETA do Alvito;

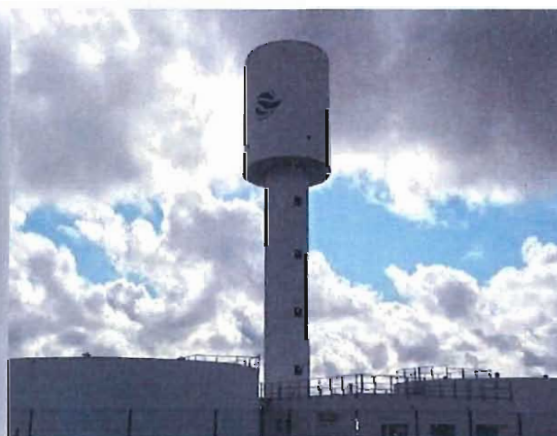
- Empreitada de Remodelação do Sistema de Captação de Água de Vale Melão.

Ainda durante 2021 foram dadas como concluídas e entraram em pleno funcionamento um conjunto importante de infraestruturas:

- Reforço à Adução ao Eixo Serpa-Moura;
- Reforço da adução a Castro Verde;
- Adução à zona Mértola Noroeste;
- Adução ao Eixo Almodôvar/Mértola Sudoeste – Eixo central;
- Adução a Vila Nova de Milfontes e Castelão (parcialmente);
- Adução a Ermidas Sado e Fornalhas Velhas (parcialmente);
- Empreitada de Adução a Luzianes.



Reforço à Adução ao Eixo Serpa-Moura



Reforço da Adução a Castro Verde



Adução à zona Mértola Noroeste



Adução Eixo Almodôvar/Mértola Sudoeste – Eixo Central

[Handwritten signature]



Adução a Vila Nova de Milfontes e Castelão



Adução a Ermidas Sado e Fornalhas Velhas



Adução a Luzianes

Complementarmente ao conjunto de empreitadas em curso, encontram-se concluídas e em operação as intervenções num conjunto de 8 sistemas.

8 Sistemas – 68,6 Milhões de euros de empreitadas efetuadas

- Sistema do Alentejo Litoral – 2 ETA, 6 EE, 13 reservatórios, 53,6 km de condutas, 8 captações, 6,1 Meuros
- Sistema do Alvíto – 2 EE, 9 reservatórios, 43 km de condutas, 4,3 Meuros
- Sistema da Bica-Fria / Minutos – 1 EE, 1 reservatório, 19 captações, 1,1 Meuros
- Sistema do Guadiana Sul – 1 ETA, 2 EE, 9 reservatórios, 47,3 km de condutas, 13,4 Meuros
- Sistema do Monte da Rocha – 3 ETA, 13 EE, 24 reservatórios, 114 km de condutas, 19,2 Meuros
- Sistema do Roxo/Magra – 2 ETA, 3 EE, 7 reservatórios, 86,6 km de condutas, 1 captação, 19,1 Meuros
- Sistema de Santa Clara – 2 ETA, 4 EE, 6 reservatórios, 33,4 km de condutas, 5,4 Meuros

4.4.3.3. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O investimento acumulado realizado em sistemas de saneamento de águas residuais totalizou 49,8 milhões de euros, tendo a realização no ano de 2021 ascendido a 2,1 milhões de euros, associado à execução de um conjunto importante empreitadas abrangendo 17 concelhos, em grande medida apoiadas no âmbito do POSEUR e ainda em parte associadas à resolução de parte das aglomerações associadas a processos de contencioso comunitário,

3 Concelhos – 5,2 Milhões de euros de empreitadas em curso em 2021

- SAR da Comporta – ETAR e Sistema Intercetor, 2,7 Meuros
- SAR São Teotónio - ETAR e Sistema Intercetor, 1,7 Meuros
- SAR de Rosário - Empreitada do Sistema de Transporte e Tratamento de Águas Residuais do Rosário, 0,8 Meuros

Em paralelo e dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, foram elaboradas as Notas Técnicas para a nova ETAR de Cuba, para a ETAR de Ermidas do Sado, a continuação da elaboração das Notas Técnicas para a ETAR de Santiago do Escoural e para a ETAR de Ciborro, o projeto de execução para o sistema de transporte e tratamento de água residuais do Rosário, concelho de Almodôvar e lançou-se o concurso e adjudicou-se a execução do contrato para estudos e projetos para reabilitação dos sistemas de transporte e tratamento de águas residuais de Aljustrel, Arraiolos, Barrancos, Beja e Castro Verde e lançamento do concurso limitado com prévia qualificação para estudos e projetos de sistemas de transporte e tratamento de águas residuais.

Ainda durante 2021 foram dadas como concluídas ou entraram em pleno funcionamento as infraestruturas:

- SAR de S. Teotónio;
- ETAR da Comporta



ETAR da Comporta



ETAR São Teotónio






Complementarmente ao conjunto de empreitadas em curso, encontram-se concluídas e em operação as intervenções num conjunto de 17 concelhos.

17 Concelhos – 40,1 Milhões de euros de empreitadas concluídas

- Alcácer do Sal – 1 ETAR, 4 EE, 8,5 kms de condutas, 5,6 Meuros
- Aljustrel -2 ETAR, 1 EE, 2,2 kms de condutas, 1,8 Meuros
- Almodôvar - 1 ETAR, 1,6 Meuros
- Alvito - 2 ETAR, 0,4 Meuros
- Beja -2 ETAR, 1 EE, 5,6 kms de condutas, 5,2 Meuros
- Castro Verde - 1 ETAR, 1,7 Meuros
- Grândola - 3 ETAR, 1 EE, 3,5 kms de condutas, 4,2 Meuros
- Mértola - 1 ETAR, 1 EE, 0,6 kms de condutas, 1,5 Meuros
- Montemor – o -Novo - 2 ETAR, 3 EE, 5,3 kms de condutas, 5,0 Meuros
- Moura - 2 ETAR, 0,5 Meuros
- Odemira - 2 ETAR, 2 EE, 1,5 kms de condutas, 2,6 Meuros
- Ourique - 1 ETAR, 1,3 Meuros
- Santiago do Cacém - 2 ETAR, 0,5 kms de condutas, 1,2 Meuros
- Serpa - 2 ETAR, 1 EE, 1,8 kms de condutas, 2,7 Meuros
- Vendas Novas - 2 ETAR, 1 EE, 0,6 kms de condutas, 2,4 Meuros
- Viana do Alentejo 2 ETAR, 2,3 kms de condutas, 0,8 Meuros
- Vidigueira - 2 ETAR, 1,6 Meuros

4.4.3.4. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÕES E EXPROPRIAÇÕES

Uma das tarefas associadas à execução das empreitadas e que assume um papel determinante para a sua execução é a disponibilização de terrenos.

Durante 2021 foram presenciais, telefonicamente e por correspondência (enviadas 91 cartas e 400 emails) contactados cerca de 375 proprietários e coproprietários, com o objetivo de assegurar a disponibilização de 120 parcelas de terreno necessárias à execução do plano de investimentos preconizado (ficando à data por assegurar apenas 2 das cerca de 1 200 parcelas afetadas nas diversas empreitadas decorridas no âmbito da candidatura ao POSEUR).

O resultado dos contactos e negociações realizados traduziu-se na disponibilização das já referidas 120 parcelas, tendo sido possível concretizar 90 acordos, que resultaram em 77 acordos de servidão, 9 escrituras de servidão e 4 escrituras de expropriação (com um valor total de indemnização de 158 mil euros).

Conforme já referido, neste momento estão apenas por regularizar duas parcelas de terreno (as quais se encontram a aguardar publicação de Declaração de Utilidade Pública), e que permitirão concluir a empreitada de Adução a Milfontes e Castelhão.

Paralelamente e visando a otimização dos atos de gestão patrimonial foi durante o ano de 2021 continuada a iniciativa destinada a obter a isenção de pagamento de Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) e que permitiu que, dos cerca de 106 prédios propriedade da empresa, fossem obtidas durante aquele ano mais 49 isenções (até ao momento já se encontram isentados do pagamento deste imposto 95 terrenos), encontrando-se os restantes 11 processos em análise na Autoridade Tributária.

Com o intuito de nos municiar dos recursos necessários para fazer face ao ciclo de investimentos que terá agora início, desenvolveu-se e encontra-se em fase de análise de propostas um concurso de prestação de serviços na área das expropriações. A referida prestação de serviços prevê um contrato com a duração de até 3 anos, tendo sido estimada a necessidade de regularizar / desbloquear 800 parcelas de terreno.

4.4.3.5. FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO

O financiamento comunitário constitui um pilar central para a concretização das intervenções estratégicas em curso no nosso território, atentas as características destes serviços e os desafios ambientais que vem ampliar de forma significativa as exigências de um território de baixa densidade, onde a intensidade da escassez já se faz sentir com especial acuidade.

Por isso, o diálogo nacional e local transposto para os instrumentos contratuais em que assenta a constituição da parceria impõem um estreito relacionamento com as entidades que acompanham a aplicação dos fundos comunitários.

FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO			
Programa (M€)	AA	AR	Total
POVT	23,6	16,9	40,5
POSEUR	56,5	15,1	71,6
Total...	80,1	32,0	112,1

É pois partindo da importância dos financiamentos comunitários para a sustentabilidade, mas também competitividade do território que a partir da atualização do plano inicial de investimentos em infraestruturas desenvolvemos ainda uma reflexão interna destinada também a suportar o desafio de capitalizar para o território as oportunidades proporcionadas pelo Instrumento de Recuperação e Resiliência (IRR), pelas Bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo e por um quadro comunitário de apoio mais alargado (2030), para melhor respondermos aos desafios da resiliência e segurança hídrica, mas também das oportunidades proporcionadas por uma agenda verde e digital.






4.4.4. MANUTENÇÃO

Em 2021 a gestão da manutenção das infraestruturas do SPPIAAlentejo manteve o caminho de estruturação da função, ainda que com dificuldades de contratação de pessoal especializado, foram efetuadas algumas alterações ao nível da metodologia de recrutamento e divulgação através de mais meios de comunicação, bem como efetivadas alterações ao nível remuneratório e de carreira que acabaram por ter maior recetividade através de recrutamentos externos e até mesmo de recrutamentos internos também. Os sistemas de abastecimento de água mantiveram a estratégia de gestão direta combinada com recurso a prestadores de serviços por especialidades, no entanto durante o quarto trimestre a estratégia de *insourcing* da manutenção dos sistemas de saneamento de águas residuais foi efetivada no que se refere à componente de manutenção.

A dispersão territorial do SPPIAAlentejo e a necessária proximidade que caracteriza as intervenções de manutenção sugeriram a adoção de um modelo de organização distinto, baseado num núcleo central focado nas especialidades técnicas de suporte às equipas de terreno desconcentradas, que por sua vez atuam de forma próxima e em tempo real nas instalações e equipamentos, de onde advém elevado valor acrescentado no que se refere à qualidade e capacidade de resposta, bem como à necessária capacidade de formação técnica *onjob* que acaba por combater as dificuldades do mercado. O ano de 2021 revelou-se como um dos anos com maior flutuação de recursos humanos na Direção de manutenção, no início do 2º semestre o mercado de trabalho revelou-se mais competitivo, houve um incremento de oferta, o que originou algumas saídas no mês de junho, reduzindo a capacidade efetiva de resposta durante o período de maior consumo, situação que apesar de tudo, não resultou em consequências de maior na manutenção de serviço. No mês de setembro, a situação foi minimizada pelo incremento de admissões e reforço até ao final do ano de recursos humanos na Direção, no sentido de operacionalizar e robustecer a estrutura orgânica prevista, não obstante de ser necessário considerar um período efetivo de integração dos técnicos, técnicos Superiores, conversão de carreiras e consequente alteração de responsabilidade

2021 entende-se desta forma como o ano de efetivação da gestão de manutenção, que dará respostas além da execução, que foca prioridade, mas também indicadores de desempenho dos recursos, do equipamento e das infraestruturas, com uma perspetiva de eficiência além da necessária eficácia.

Estas circunstâncias obrigam uma mudança do paradigma de manutenção, criando rotinas e metodologias de manutenção preventiva e preditiva. A estratégia de implementação focou-se numa matriz de criticidade de instalações, de forma que a implementação da manutenção preventiva obtivesse resultados mais rápidos e efetivos.

A redução de falhas em equipamentos que condicionam a efetividade de serviço e a sua qualidade começa a ser uma realidade, com um longo caminho a desenvolver, mas já com alguma expressão nos resultados. Sem prejuízo mantem-se o desafio de aumentar o nível de formação das equipas, necessidade que acabou por ser também condicionada pela situação pandémica e o risco inerente, obrigando a repensar a partilha de conhecimentos internamente, de forma a preparar tanto quanto possível os meios internos.

Comparando o histórico do número de intervenções nos últimos anos, verificamos que existe uma evolução positiva, 2021, seguiu alinhado com 2020, tanto em registo, como implementação de cultura de prevenção, resultante do reforço da equipa e

implementação de uma ferramenta informática de registo e gestão de Ordens de Trabalho, o que permite maior rigor de execução, de registo e tratamento de dados. O ano de 2021 com a utilização da matriz de criticidade como base para implementação de metodologias de preventiva, juntamente com o reforço da equipa e reestruturação ao nível de suporte, acabou por assumir um incremento relativamente ao histórico.

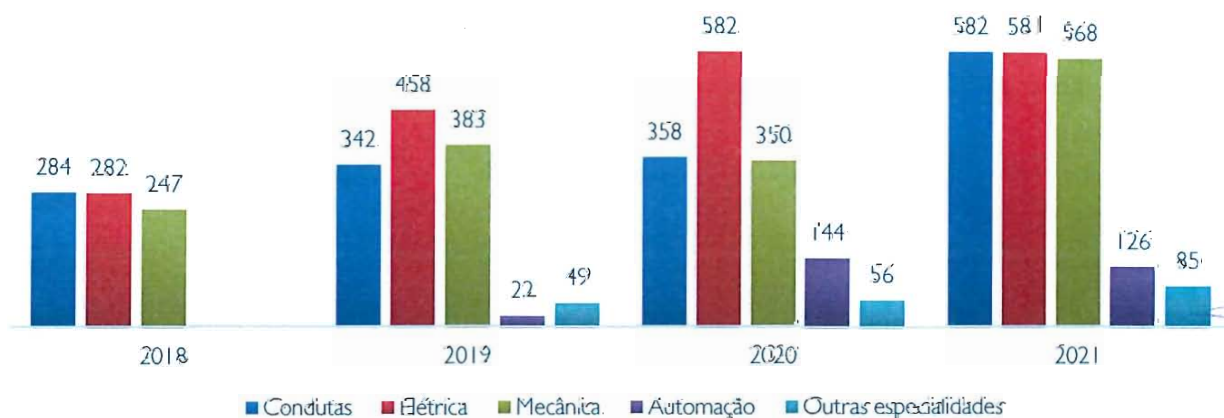
No gráfico abaixo é bem visível a evolução em global documentado, mas também o expressivo evoluir da função manutenção que evoluiu de 285 registos em 2020 para 442 intervenções preventivas registadas em 2021, que representa um incremento de 55%. Ainda assim é inequívoco que existe muito a fazer para dinamizar a cultura de manutenção preventiva, no sentido da evolução não só nessa vertente de manutenção, mas ao nível de gestão de *kpis* focados na melhoria continua, das equipas, das rotinas e dos resultados.

Intervenções realizadas por tipologia



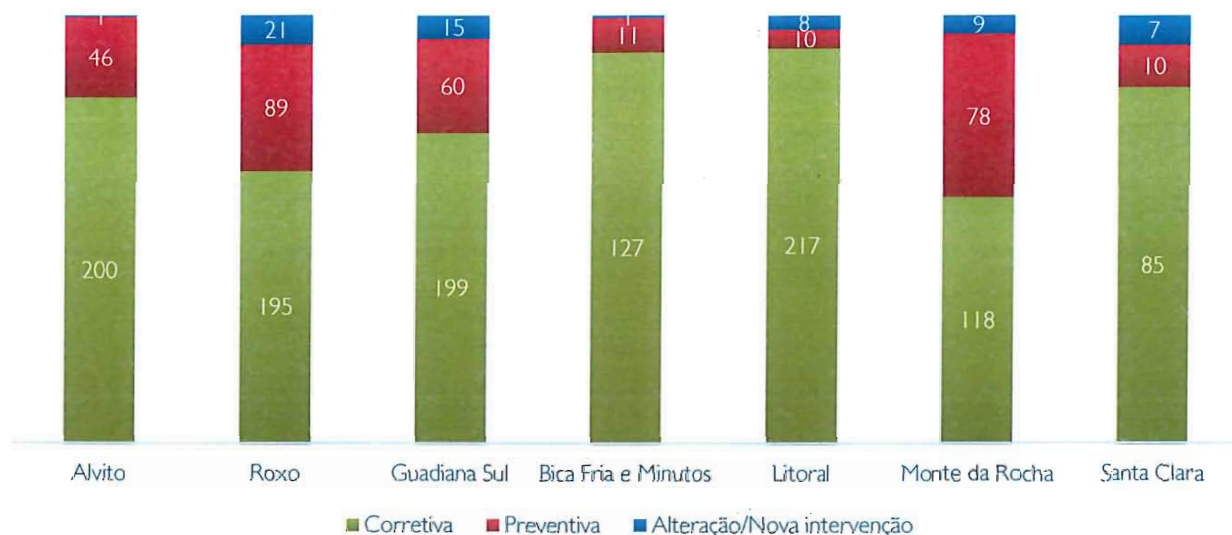
Alinhado com o acima exposto, verifica-se também uma evolução positiva do número de intervenções por especialidade.

Intervenções por Especialidade

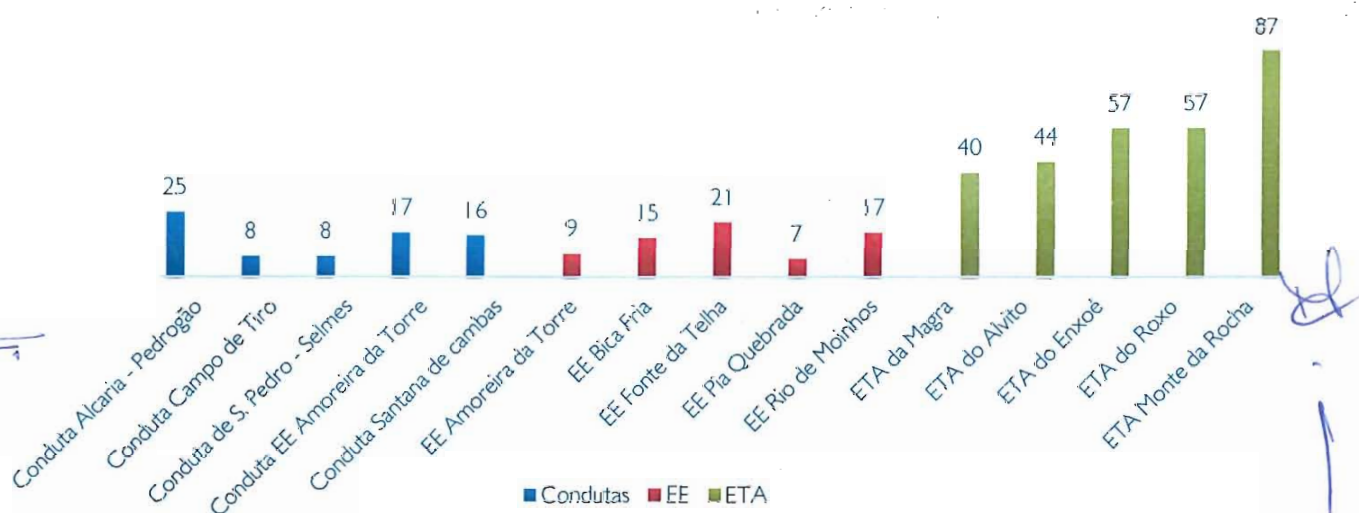


É interessante também fazer uma análise ao nível das áreas de gestão, onde é clara a disparidade que resulta da diferença de tecnologias existentes, o nível de investimento, bem como meios disponíveis para intervenção. Estes dados revelam, se analisados ao nível da infraestrutura, quais as instalações que são mais significativas ao nível da intervenção da manutenção. O que após análise poderá revelar a necessidade de investimento, ou até sustentar a necessidade de investimento já preconizado.

Tipologia de intervenções realizadas por Área de Gestão



Instalações com maior registo de intervenções em 2021



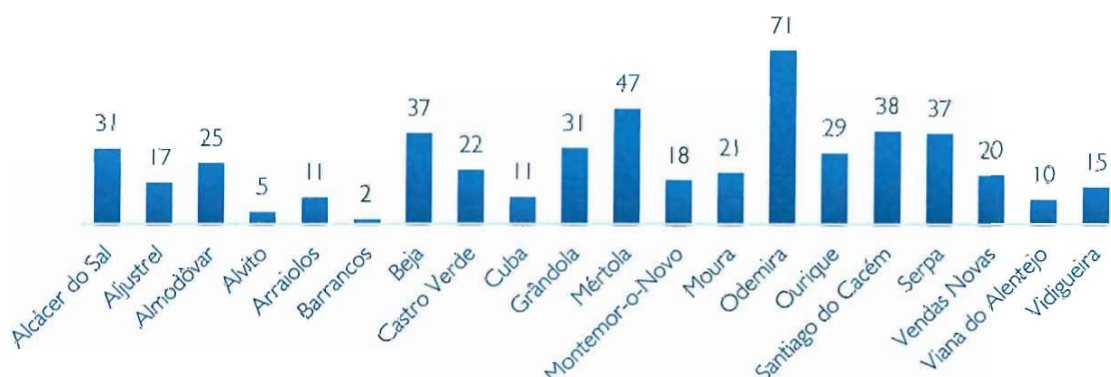
4.4.5. ENERGIA

Tendo em vista acompanhar a agenda de otimização da exploração e de descarbonização da economia, e fortemente alavancada pela ampliação dos compromissos públicos do Grupo AdP neste domínio, no ano de 2021 demos continuidade a um conjunto de iniciativas destinadas a aumentar a eficiência e a produção de energia, onde se incluiu no final do ano a auditoria de acompanhamento do Sistema de Gestão de Energia (NP EN ISO 50001:2019), assim como a contratação de uma prestação de serviços de apoio técnico especializado na área energética à AdP Energia.

Assim e para além do aumento da aposta neste domínio e enquanto é dado um reforço aos estudos destinados a tirar partido das oportunidades das comunidades de energia a nível regional, designadamente através da integração de outras infraestruturas, como do aprofundamento da parceria com os parceiros municipais e do alargamento da colaboração com outras entidades relevantes, para o que também foram promovidos contactos exploratórios.

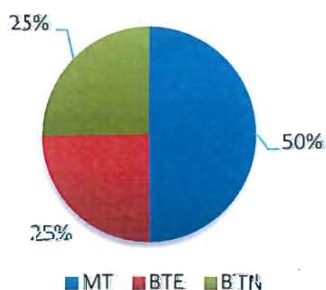
O nosso ponto de partida é uma muito extensa e dispersa carteira de 498 instalações utilizadoras de energia da rede de distribuição.

Número de Instalações por Município

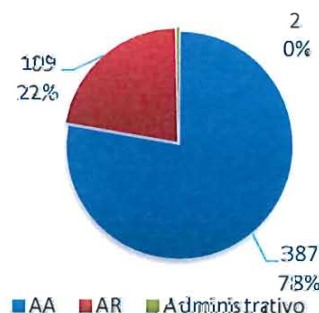


A representatividade dos encargos com energia elétrica por nível de tensão apresenta uma prevalência da média tensão, com base na média dos valores de 2019, 2020 e 2021, e uma muito expressiva origem nas instalações associadas aos sistemas de abastecimento de água.

Representatividade dos Custos por Nível de Tensão

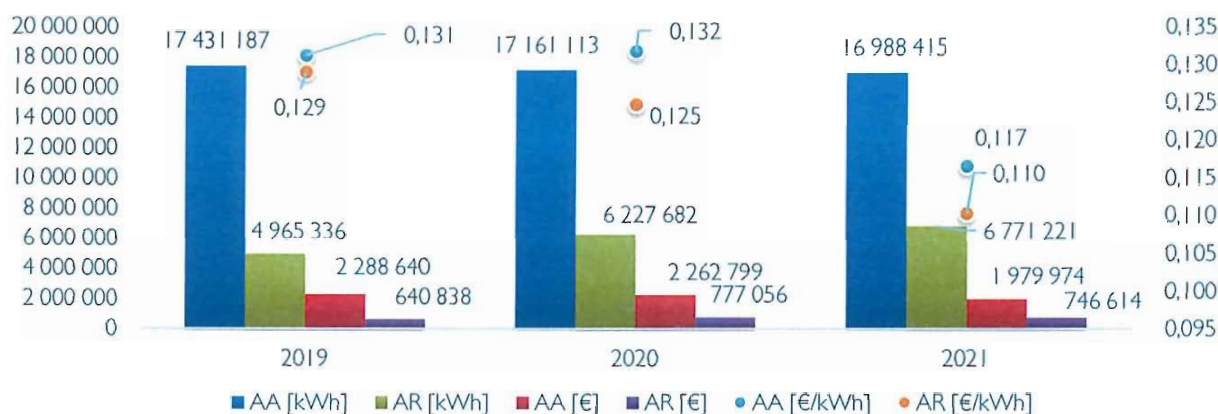


N.º de Instalações por Atividade



Em 2021 a fatura com energia elétrica ascendeu a 2,7 milhões de euros, ou seja 15% do volume de negócios e 20,23% das despesas operacionais, tornando evidente a sua importância em especial dos encargos controláveis, motivo pelo qual tem merecido uma particular atenção em todo o Grupo Águas de Portugal.

Consumo Energético, Custo e Custo Específico por Atividade

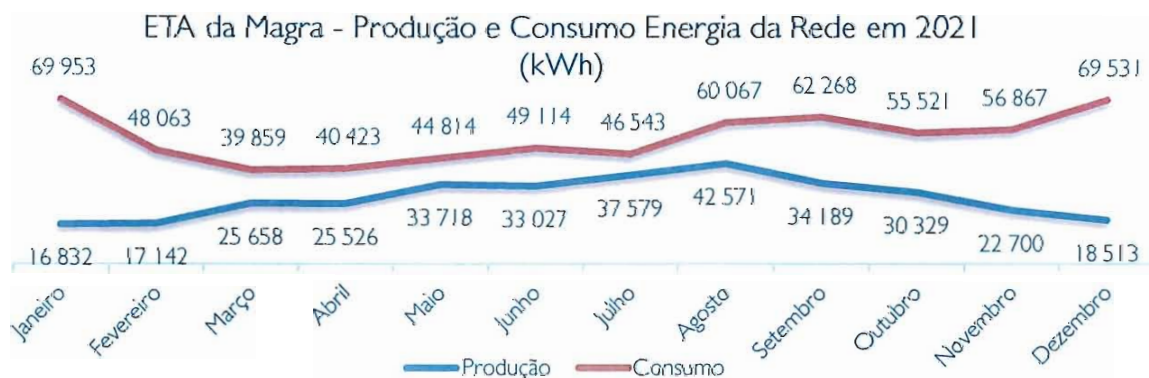


A estratégia adotada parte de uma negociação conjunta e inclui um leque vasto de iniciativas que têm permitido conter a sua expansão por via do aumento de atividade, para o que tem contribuído em especial:

- A manutenção do Sistema de Gestão de Energia de acordo com o referencial NP EN ISO 50001:2019, e relativamente ao qual realizaram-se as auditorias de acompanhamento em dezembro para as seguintes instalações fronteiriça da ETA de Alvito, ETA do Monte da Rocha e estação elevatória da Pia Quebrada.
- A integração no concurso público para a Aquisição de Serviços de Elaboração de Projetos Base e Assessoria Técnica de Sistemas de Correção do Fator de Potência em Infraestruturas Integradas no Grupo AdP, conduzido pela AdP Energias.

Uma outra vertente da estratégia assenta na promoção da produção de energia, desde já para autoconsumo.

No ano de 2021 esteve em exploração a unidade de produção para autoconsumo (UPAC) fotovoltaica da ETA da Magra, com uma potência de 300kW, tendo a produção sido de aproximadamente 337.784kWh que assegurou cerca de 34% do consumo total de energia elétrica de toda a instalação, traduzindo-se em num aumento de 5% em relação a 2020.



Cientes do potencial de progressão no nosso setor da água, encontra-se em desenvolvimento o planeamento de medidas e ações tendentes a atingir a neutralidade energética, através designadamente de medidas e ações de eficiência energética, aumento da produção através de fontes renováveis de energia e digitalização, com efeito dinamizador para o atingimento das metas de mitigação das mudanças climáticas e redução de emissões de gases com efeito de estufa, que igualmente se refletirá na redução dos encargos de energia associados.

4.4.6. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Numa altura é que se torna evidente a importância da digitalização também como instrumento para assegurar maior resiliência para além de sustentabilidade, conforme tem sido evidenciado nos tempos exigentes que vivemos, partimos da consolidação da nossa arquitetura de aplicativos para desencadear um conjunto de iniciativas, designadamente:

- A atualização da infraestrutura e reforço das comunicações, como a renovação e alargamento do parque de portáteis aspetos que se revelou avisado e bastante mitigador do impacto no atual contexto pandémico;
- O reforço dos sistemas de suporte à operação, desde o incentivo acrescido à dinamização da aposta em domínios como monitorização, automação, supervisão e telegestão, mas também segurança, em todos os sistemas explorados e geridos;
- Adjudicação da contratação de uma plataforma de suporte à operação tendo em vista suportar os esforços de otimização operacional, mas também como plataforma para estreitar a colaboração com as comunidades e parceiros;
- A implementação do módulo de *Plant Maintenance* (PM) do ERP SAP para suporte ao processo de manutenção, acompanhando a aposta no robustecimento deste importante processo de suporte.
- Modernização, fiabilidade e resiliência dos ativos críticos dos Sistemas e Tecnologias de informação da AgdA;
- Modernização e preparação a infraestrutura tecnológica, dotar estes de redundância por forma a garantir a continuidade do negócio perante falhas de menor a maior impacto causadas por agentes internos e externos;
- Formalização de políticas e procedimentos nos Sistemas e Tecnologias de Informação;
- Capacitar da empresa para responder às necessidades, de curto/médio prazo, de Segurança da Informação e Cibersegurança;
- Implementação das medidas resultantes da legislação relativa ao regime Jurídico de Segurança do Ciberespaço (Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto, e Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho);
- Promover a consciencialização em matérias de Cibersegurança dos colaboradores da AgdA;
- Contribuir para o Comité de Sistemas de Informação e Cibersegurança (CSIC) do Grupo AdP;
- Criação de Sistema de Gestão de Segurança de Informação com o referencial a norma ISO27001

Em paralelo foi dada continuidade a iniciativas destinadas a potenciar a exploração e melhor integração do conjunto de ferramentas implementadas em paralelo com uma particular atenção aos respetivos processos de negócio e sem negligenciar a importância de evoluirmos no modelo de governação, de modo a garantir a seu carater transversal e integrado, alinhado com os processos de negócio.

4.4.7. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

4.4.7.1. SISTEMA DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

Em 2021 foi dada continuidade à manutenção do processo de certificação, merecendo especial referência a realização da auditoria por entidade externa destinada à renovação da certificação do nosso Sistema de Gestão Integrado em Qualidade, Ambiente e Segurança, cujos normativos vinha a implementar de forma faseada desde 2014.

Neste âmbito merece especial relevo a transição da certificação ao Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho das normas NP 4397:2008 / OHSAS 18001 para a ISO 45001:2018, o que vem atualizar e reforçar o nosso compromisso.

O ano de 2021 constitui também o reconhecimento oficial com a atribuição da Certificação na Norma ISO 50 001:2018 – Sistemas de Gestão da Energia, num processo iniciado em 2019.

Com estas certificações pretendemos atestar, junto das partes interessadas, que cumprimos todos os requisitos das normas de referência, bem como reforçar a implementação da sua política e objetivos em matéria de sustentabilidade e que passam resumidamente por:

- melhorar o desempenho de sustentabilidade da empresa;
- prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho;
- prevenir a ocorrência de impactes ambientais;
- garantir o cumprimento de requisitos legais, contratuais e regulamentares a que a empresa está vinculada.

A AgdA preocupa-se também em antecipar, avaliar e promover de forma contínua a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, trabalhadores e restantes partes interessadas com vista à melhoria dos serviços prestados, tendo efetuado a consulta às partes interessadas através do questionário disponível no site da empresa.

4.4.7.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cientes da nossa responsabilidade para com as comunidades e o território, mas também da importância para o desenvolvimento e consolidação da nossa organização e dos nossos trabalhadores, incluindo o seu bem-estar, procurámos em 2021 aprofundar a nossa aposta neste domínio.

Neste sentido partimos da continuidade dos nossos compromissos no domínio da política de igualdade entre homens e mulheres para a constituição de um Comité para a Igualdade, assim como iniciámos a preparação de uma agenda de responsabilidade social destinada a sistematizar e orientar a nossa atuação.

Cientes que os tempos desafiantes de pandemia pela COVID-19 podem constituir também momentos de oportunidade, em linha com a nossa agenda de desenvolvimento organizacional e com os nossos compromissos de promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, aproveitámos o início da 3.ª fase de desconfinamento no passado dia 1 de outubro para

aprovar a implementação de um modelo de teletrabalho em regime híbrido (presencial e remoto), a partir de 11 de outubro de 2021 (inclusive), durante os próximos 6 (seis) meses, a título experimental.

Demos continuidade à iniciativa "Cabaz Nascimento" lançada em 2016, através da oferta de 9 cabazes nascimento com produtos para os bebés nascidos ao longo do ano e de um cheque oferta no valor total de cabaz de 150 euros cada.

Também integrada na estratégia de Responsabilidade Social do grupo Águas de Portugal teve seguimento a atribuição de bolsas de estudo aos filhos dos colaboradores, sejam eles estudantes do ensino superior ou alunos com necessidades especiais, financiada através das receitas provenientes do envio de cartões de Natal eletrónicos das várias empresas do Grupo.

Dado o atual contexto de pandemia provocado pela COVID 19 não foi possível, à semelhança de anos anteriores, promover outro tipo de iniciativas cujo intuito é o de fomentar o bom relacionamento entre colegas e/ou a vida familiar, nomeadamente o "Dia da Criança AgdA", bem como o tradicional jantar de Natal para todos os trabalhadores. Sem prejuízo, e aproveitando a janela de oportunidade e respeitando as medidas de segurança, não deixámos de assinalar em conjunto com os colegas em encontros repartidos pelos polos operacionais, os 10 anos de atividade.

Esta circunstância foi aproveitada para melhorar os habituais cabazes de Natal, que pelo segundo ano foram preparados com produtos oriundos dos vários territórios onde o Grupo atua, entregues juntamente com lembranças às crianças até aos 12 anos de idade.

Iguais cabazes de Natal foram igualmente partilhados 5 instituições dos territórios onde atuamos, em reconhecimento também pelo importante papel social que cada uma desempenha, constituindo também momentos de oportunidade de estreitar os laços com as comunidades, a saber:

- CO Sul: Cercicoa;
- CO Este: Associação Flor do Enxóe;
- CO Noroeste: Lar Betânia;
- CO Centro: Associação Terra Mãe em Alcáçovas e Fundação Manuel Gerardo.



Conscientes da manutenção das dificuldades acrescidas associadas ao contexto de pandemia pela Covid-19 com a necessidade de realização de trabalho remoto e as atividades escolares dos filhos, mantivemos a disponibilização de computadores portáteis aos trabalhadores que solicitaram.

4.4.7.3. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A segurança e saúde dos trabalhadores (prevenção de lesões, doenças profissionais e de acidentes de trabalho) é um valor fundamental que integra em permanência a linha de atuação da empresa, tendo sido desenvolvidas atividades com o objetivo de fomentar a cultura de segurança na empresa e de melhorar continuamente as condições de segurança, mitigando os riscos verificados nas diversas instalações e atividades.

Para além de todas as atividades regulares desenvolvidas, mantivemos o esforço acrescido de meios e outras diligências decorrentes do contexto de pandemia pela COVID 19, visando a proteção dos nossos trabalhadores e familiares, como garantindo a prestação dos serviços essenciais.

COVID-19

A resposta ao contexto pandémico que temos vivido tem passado pela elaboração, implementação e divulgação aos trabalhadores de um Plano de Contingência, em harmonia com as diretrizes do Grupo AdP e as orientações da Direção Geral de Saúde, com o objetivo de garantir uma resposta eficaz na minimização do impacto de potenciais riscos para a saúde, bem como para a continuidade da nossa atividade. Este Plano é parte integrante do Plano de Controlo de Emergência Geral (PLA 2.00) e complementa o procedimento de Prevenção e Resposta a Emergências (PRO 2.10), integrando as orientações do respetivo Manual Corporativo do Grupo.

No âmbito do referido Plano de Contingência mereceram-se especial atenção a revisão da organização das equipas de trabalho, o reforço da frota de viaturas de serviço para minimizar contatos, a reorganização dos espaços de trabalho, a higienização e limpeza de instalações e viaturas, bem como o reforço dos meios de proteção individual e o reforço dos testes de rastreio, seja por protocolos com entidades externas, seja pela disponibilização de testes PCR. Estas medidas foram acompanhadas pela disponibilização de suportes de informação e comunicação e por um maior acompanhamento por parte dos técnicos de higiene e segurança.

Conscientes do impacto social da crise pandémica, da nova realidade nomeadamente na implementação do teletrabalho e de todos os impactos que podem ter na saúde física e mental dos trabalhadores, o Grupo AdP não esqueceu a saúde física e mental dos trabalhadores e disponibilizou uma linha de apoio psicológico e aulas de ginástica online a todos os trabalhadores.



No âmbito do processo de renovação da certificação do Sistema de Gestão Integrado em Qualidade, Ambiente e Segurança, merece ainda especial relevo a conclusão com sucesso da transição da certificação ao Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho da normas NP 4397:2008 / OHSAS 18001 para a ISO 45001:2018, atualizando e reforçando o nosso compromisso de cumprimento com todos os requisitos legais, promover e contribuir para a melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho, prevenindo a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Acidentes de Trabalho

O número de acidentes de trabalho com incapacidade temporária absoluta aumentou de 2, registado em 2020, para 3, o que fez aumentar ligeiramente o índice de frequência, enquanto o número de dias de ausência por baixa diminuíram dos 100 dias registados em 2020, para 59 dias em 2021, o que se traduziu numa redução do Índice de Gravidade de 461 para 265.

Estas circunstâncias traduzem-se no apuramento de índices de frequência e gravidade da OMS/OIT com classificação de Muito Bom, tornando particularmente evidente os progressos dos últimos anos.

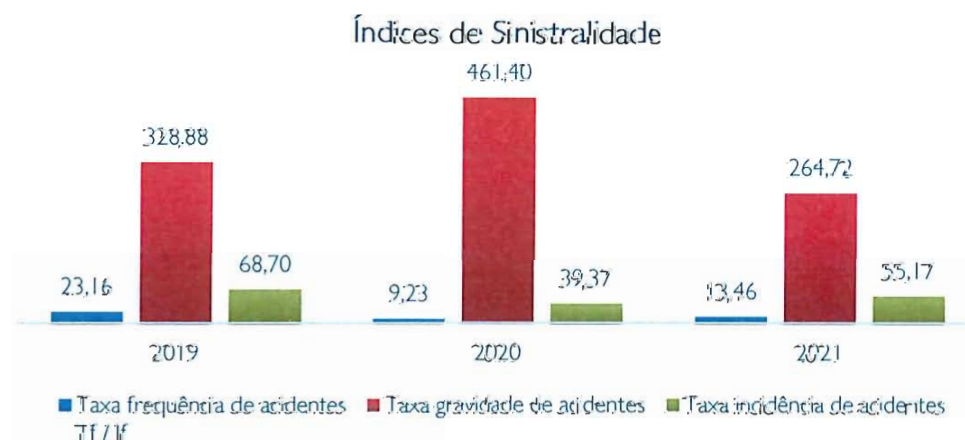
INDICADORES DE SEGURANÇA					
	2017	2018	2019	2020	2021
Total de Acidentes de Trabalho	14	14	9	5	8
Acidentes de trabalho com baixa	8	9	5	2	3
Dias de ausência	258	112	71	100	59
Índice de Gravidade ⁽¹⁾	1 145	524	329	461	265
Índice de Frequência ⁽²⁾	38	42	23	9	13
Índice de Incidência ⁽³⁾	67	71	38	39	55
Avaliação do Índice de Frequência	Bom	Bom	Bom	Muito Bom	Muito Bom
Avaliação do Índice de Gravidade ⁽⁴⁾	Bom	Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom

⁽¹⁾ Ig := (Nº de dias perdidos / Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000

⁽²⁾ If = (Nº de acidentes de trab. com baixa / Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000

⁽³⁾ Ii = (Nº de acidentes de trab. / Nº de trabalhadores) x 1.000

⁽⁴⁾ Ig = Tg / 1.000 | Avaliação realizada de acordo com a OMS/OIT



4.4.7.4. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O contexto adverso que atravessamos sendo fortemente restritivo, não foi impeditivo da realização de um conjunto de eventos de relevante impacto, onde procurámos assinalar em particular os 10 anos de atividade, um conjunto de marcos da nossa intervenção e A homenagem póstuma ao Dr. Joaquim Marques Ferreira.

- Roteiro do Saneamento com a Senhora Secretária de Estado do Ambiente (31 de maio);
- Roteiro dedicado ao abastecimento de água no Alentejo com o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e a Senhora Secretária de Estado do Ambiente (5 de julho);
- Homenagem a Joaquim Marques Ferreira, antigo Presidente do Conselho de Administração da empresa, em cerimónia que decorreu a 5 de julho, na ETA da Magra (Beja), com a presença do Ministro do Ambiente da Ação Climática (5 de julho);
- Tertúlia alusiva ao processo de constituição e balanço e projeção para o futuro da parceria pública para a gestão do sistema público integrado de águas do Alentejo, reunindo um conjunto de personalidades que tiveram uma intervenção relevante na constituição da parceria (5 de julho);
- O Dia Nacional da Água foi assinalado com consagração da reabilitação da ETA do Enxoé e entrada em operação da ETAR da Comporta (1 de outubro);
- Apresentação pública do Projeto AQUA-VINI Sustentável - Produção e Utilização de ApR na Rega de Vinha no Alentejo, visando a promoção da produção e utilização de água para reutilização (ApR) na atividade vitivinícola na região do Alentejo (18 de novembro);
- Workshop Água para Reutilização (ApR) na Rega – Desafios e Oportunidades, no âmbito do projeto REUSE (Fase II), com sessão de abertura presidida pela Senhora Secretária de Estado do Ambiente (14 de dezembro).

Adicionalmente, demos continuidade ao assinalar com visitas a infraestruturas e intervenções em momentos identificados como marcantes, com a devida divulgação pelos órgãos de comunicação social.

Já as campanhas de educação ambiental internas como externas, com o objetivo de dar continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos anos foram bastante limitadas, com os esforços a concentrarem-se em muito na resposta ao surto pandémico, que foi objeto de uma nova campanha.

➤ Nova Normalidade e Plano de Regresso à “nova” Normalidade Covid-19

Mantendo a tónica da necessidade do público interno e externo para a manutenção de boas práticas e hábitos adequados, demos continuidade à campanha “Nova Normalidade” devido à pandemia pela COVID-19 que atravessamos desde março de 2020, através de cartazes, trípticos, sinaléticas e banner de e-mail.



Atendendo às várias fases, demos particular importância ao reforço das mensagens em momentos chave por outras iniciativas de comunicação e sensibilização direta, para além das preocupações continuadas no âmbito da segurança e higiene no trabalho.

➤ Tenha uma EcoAtitude

Esta campanha continua em vigor, com o propósito de o público interno não cair em esquecimento e ter hábitos e práticas sustentáveis. A divulgação desta campanha é feita através de sinaléticas e cartazes expostos em todas as infraestruturas da AgdA, através do fundo dos computadores disponibilizados pela empresa e pela assinatura de e-mail de cada trabalhador.

Sinalética

Colocação de sinalética nos interruptores e nos comandos de AC a sensibilizar os colaboradores para que tenham uma EcoAtitude.



Cartazes

Cartazes com boas práticas a adotar nas Copas e nos WC, nas diversas áreas (água, gestão de resíduos, energia, etc.).



Desktops

Desktops com dicas de eficiência simples, a aplicar em todos os computadores da empresa. Alteração quinzenal.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Foram também desenvolvidas algumas campanhas de educação ambiental externas.

➤ Água com um pingo de consciência

Campanha impulsionada pela AdP para toda a área geográfica abrangida pelas empresas do Grupo, com vídeos, posts para divulgação nas redes sociais e anúncios quer televisivos, para a imprensa a nível regional e nacional.

Esta temática foi ainda abordada nas diversas visitas realizadas às infraestruturas para sensibilizar o valor da água, em especial numa área geográfica onde existe escassez deste mesmo recurso tão importante para a vida de todos.

Com o objetivo de divulgar esta campanha foram distribuídos trípticos ilustrativos com a finalidade de mostrar a importância de usar a água com consciência.



➤ No Cano Lixo Não

Este tema foi abordado em várias situações, como em visitas de estudo às diversas instalações e divulgação da campanha no Instagram, a 19 de Novembro que se assinalou o Dia Mundial do Saneamento, em que o objetivo foi alertar o que não deve ir para o esgoto e as suas consequências. Para a propagação desta campanha foram distribuídos dípticos ilustrativos com o propósito de destacar os diversos problemas causados pelos efluentes deitados no esgoto.



☒ Uso eficiente da água

No decorrer do ano 2019 foi instituída a campanha sobre o uso racional da água, sendo este um tema particularmente problemático na nossa área de atuação pela persistência prolongada da situação de seca hidrológica. Esta campanha tem sido mantida através da disponibilização de folhetos em contatos, com o objetivo de alertar a população para o uso racional da água e que com pequenos gestos é possível poupar milhares de litros de água.



☒ Ações de Educação Ambiental

Consequência do contexto de pandemia que temos vindo a atravessar e das medidas de restrição tomadas para o acesso às instalações, em 2021 apenas foi realizada uma visita de estudo à ETA da Magra, a qual inseriu-se no âmbito do projeto Demola, com cerca de uma dezena de visitantes.

Sem prejuízo, temos continuidade à articulação com várias escolas no sentido de planear e articular várias ações, incluindo a candidatura das mesmas à Rede de Clubes de Ciência Viva.

[Handwritten signature]

4.4.8. Alterações Climáticas, Descarbonização e Economia Circular

A maior circularidade do nosso setor, integrando instrumentos económicos corretos para potenciar a promoção da reutilização de águas residuais com modelos de negócio adequados aos diferentes contextos e a gestão das lamas de ETA e ETAR com modelos de negócio assentes na valorização destes subprodutos e sua reintrodução na cadeia de valor, tendem a integrar o modelo de negócio das entidades gestoras.

Também a integração das águas pluviais irá assistir a importantes desenvolvimentos, com é patente no sentido da política pública, sinalizada também na designação do novo Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e de Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030) para o período 2021-2030, em elaboração.

A aposta no aumento da eficiência e produção de energia, potenciada pelo nexus água-energia também já salientámos.

É, pois, com importantes mudanças, mesmo de paradigma no pensamento e abordagem que nos temos vindo a preparar para responder aos desafios sociais que enfrentamos e que 2021 demos continuidade.

A carteira diversificada de eficiência e diversificação de origens e de vários níveis de serviços de águas, determinados em consulta com as comunidades, impõem novas competências em várias áreas, como as novas tecnologias de engenharia e ciências ambientais e sociais, economia, marketing, política, atendimento ao cliente, saúde, consulta e pesquisa aplicada.

É, pois, cientes destes desenvolvimentos que temos vindo a tomar importantes decisões ao nível da gestão, assim como um conjunto de propostas que os parceiros se encontram a discutir.

4.5. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

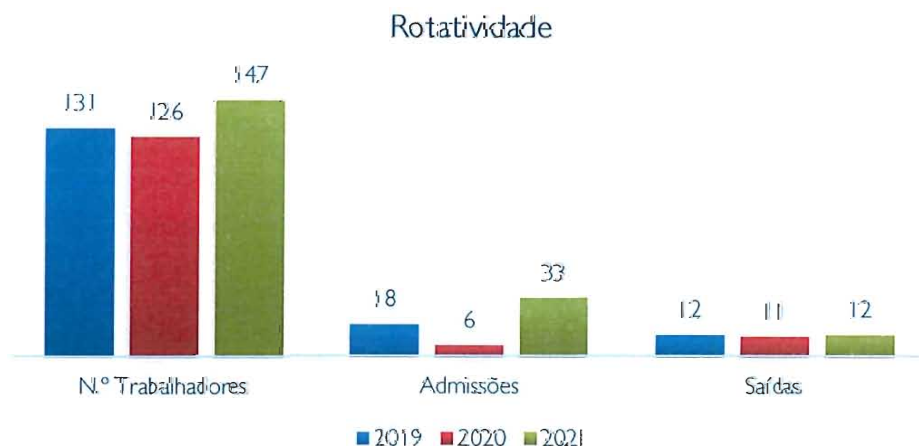
O capital humano é um dos ativos da empresa tendo à data de 31 de dezembro de 2021 atingido o número de 147 trabalhadores.

Ao número de trabalhadores acima referido deverá acrescentar-se 9 órgãos Sociais, dos quais 3 pertencem à Mesa de Assembleia Geral (Presidente, Vice-presidente e Secretário), 1 Fiscal Único e 5 Administradores, dos quais 1 é Presidente Não Executivo, 1 é Vice-presidente Executivo, 1 é Vogal Executivo e 2 são Vogais não Executivos.



▣ Rotatividade de trabalhadores

O ano 2021 iniciou-se com 126 trabalhadores e terminou com 147 trabalhadores, como consequência de 12 saídas e 33 admissões.



▾ Distribuição de trabalhadores por género

O quadro de pessoal da AgdA é maioritariamente constituído por trabalhadores do sexo masculino, resultante do predomínio das funções operacionais.

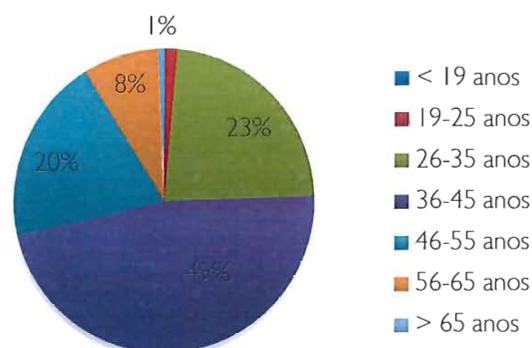
Distribuição Trabalhadores por Género



▾ Estrutura etária

As idades dos trabalhadores variam entre os 25 e os 67 anos de idade, localizando-se a média etária nos 42 anos.

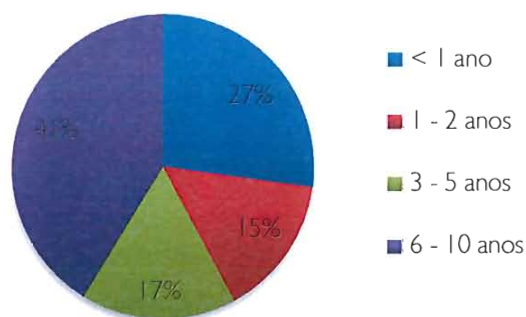
Estrutura Etária



▾ Antiguidade na empresa

Tendo em conta o início da atividade operacional de forma gradual a partir do segundo semestre de 2010, a antiguidade revela-se relativamente baixa, num valor médio de 6 anos.

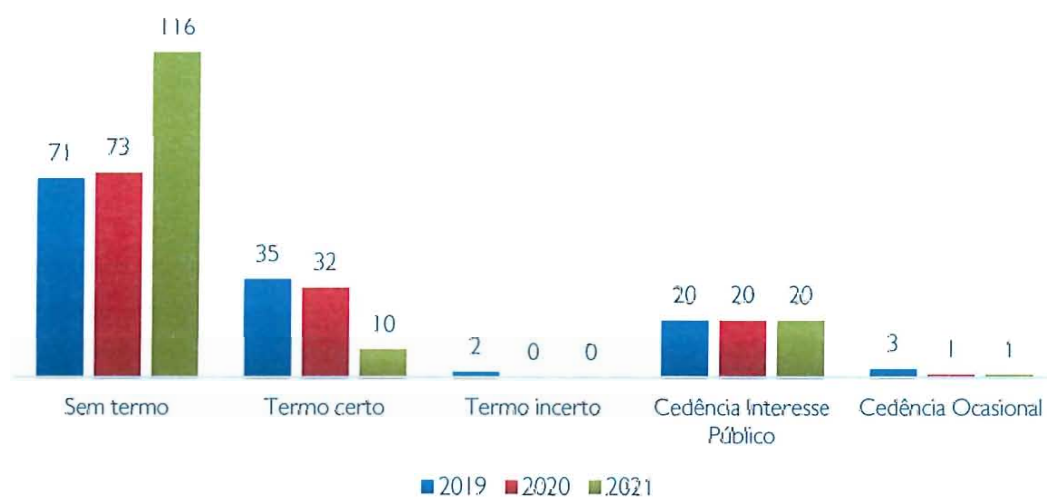
Antiguidade



▾ Vínculo laboral

O vínculo laboral dos trabalhadores é, predominante, o contrato sem termo (116), sendo de relevar ainda a expressão das situações de cedência por interesse público (20).

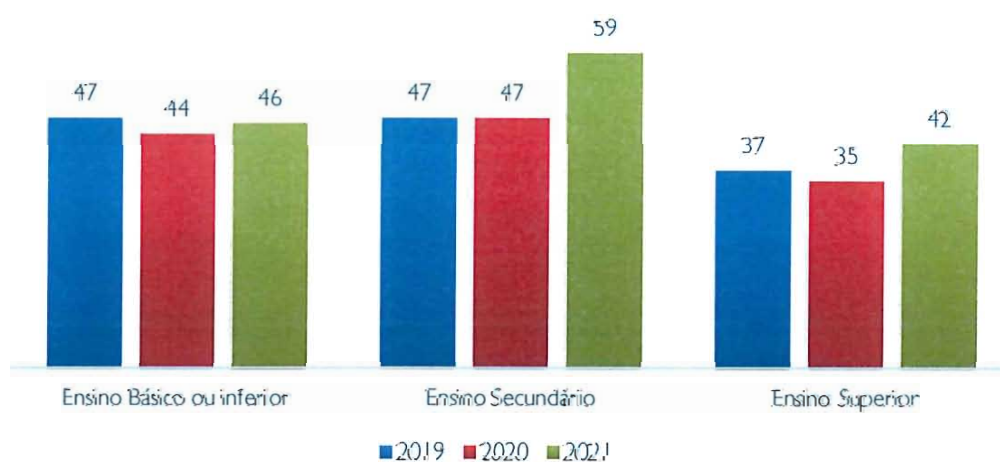
Vínculo Laboral



▾ Habilitações Literárias

O gráfico seguinte mostra as habilitações literárias dos trabalhadores da AgdA a 31 de dezembro de 2021.

Habilitações Literárias





Tempo de trabalho dos trabalhadores

Durante o ano de 2021 os trabalhadores da AgdA trabalharam 222 865 horas, conforme se poderá observar no gráfico seguinte:

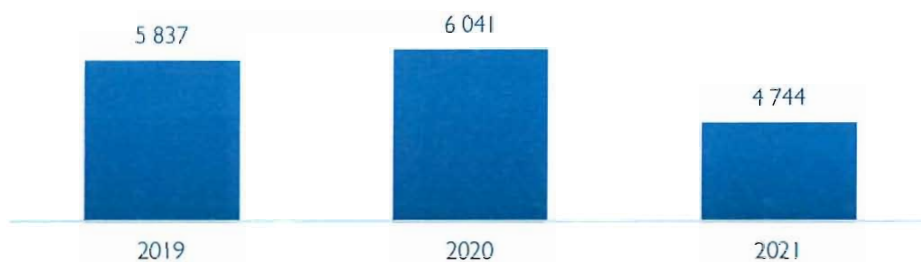


Verifica-se um aumento do n.º de horas trabalhadas justificado pelo facto o n.º médio de trabalhadores ser superior aos anos anteriores.

Trabalho suplementar

Quanto ao trabalho suplementar atingiu em 2021 um total de 4 744 horas, representando um decréscimo comparativamente aos dois anos anteriores.

Evolução Trabalho Suplementar



Formação em contexto de trabalho

A AgdA tem vindo a possibilitar a formação em contexto de trabalho através do acolhimento de estagiários, visando a diminuição da distância entre as escolas e o mercado de trabalho.

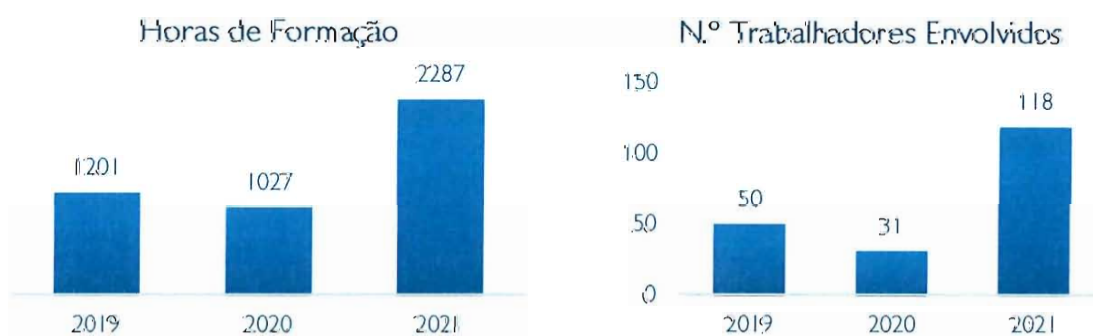
ESTÁGIOS 2021

Tipo de Estágio	Nível	Área	Duração	Instituição de Ensino	Comparticipação
Profissional	VI	Engenharia Mecânica	9 meses	Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve	Sim
Profissional	VII	Gestão de Recursos Humanos	9 meses	Universidade de Évora	Sim
Profissional	VI	Engenharia do Ambiente	12 meses	Instituto Superior de Agronomia	Sim
Profissional	VI	Eletrónica	9 meses	Universidade de Évora	Sim
Profissional	VII	Engenharia do Ambiente	9 meses	Instituto Politécnico de Beja	Sim
Profissional	VI	Contabilidade	9 meses	Escola Superior de Gestão e Tecnologias de Santarém	Sim
Profissional	VI	Compras e Logística	9 meses	Instituto Politécnico de Beja	Sim
Curricular		Assistente de Contabilidade	220 horas	SA Formação	Não

Esta circunstância permite aos alunos colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo dos cursos ao mesmo tempo que a empresa se assume como agente de formação e contribui para uma educação profissional de qualidade em estreita cooperação com as escolas.

Formação profissional

Em 2021 a AgdA implementou um plano de formação adequado às necessidades de desenvolvimento de cada trabalhador procurando dotar os seus trabalhadores de mais competências para o desempenho das suas funções. As ações de formação desenvolvidas em 2021 abrangeram 118 trabalhadores, tendo sido atingido um volume de formação de 2 287 horas, valores superiores aos anos antecedentes:



A AgdA tem vindo ainda a apoiar os seus trabalhadores em formação contínua, nomeadamente com o apoio para a frequência em cursos de Licenciatura, Pós-Graduação e Mestrados.

Durante 2021, 10 trabalhadores frequentaram formação contínua nos seguintes cursos:

- Licenciatura em Gestão de Empresas (3 trabalhadores/as em frequência);
- Licenciatura em Engenharia do Ambiente (2 trabalhadores/as em frequência);
- Pós-Graduação em Tecnologias e Gestão da Água (1 trabalhador em frequência, 4 trabalhadores/as concluíram);
- Programa avançado de Energias Renováveis no Setor da Água (1 trabalhador concluiu).

4.6. Económica e Financeira

↳ Demonstração de Resultados

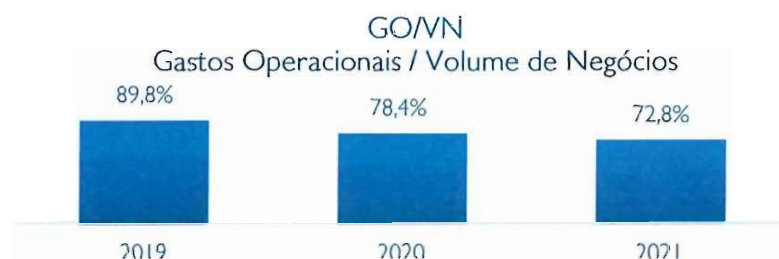
A AgdA encerrou o exercício de 2021 com um resultado líquido de cerca de 622,7 mil euros, representando um aumento de 11,07% relativamente ao exercício anterior em resultado do aumento de capital verificado no final de 2020 uma vez que o resultado líquido corresponde à remuneração dos capitais próprios da empresa. Em 2021 os capitais próprios foram remunerados a 6,65% o que representou uma diminuição de 0,23 pp comparativamente com 2020 cuja remuneração correspondeu a 6,88%. Referir que nos termos do contrato de gestão a remuneração Acionista é calculada com a rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de uma máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social.



O EBITDA, ajustado do desvio de recuperação de gastos (superavit), ascende a 6,351 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 182% relativamente ao ano anterior. Importa referir que em 2021 o EBITDA está influenciado positivamente pelo recebimento de 1,5M€ do Fundo Ambiental para apoio no encargo suportado com o transporte de água por autotanque no ano de 2019.



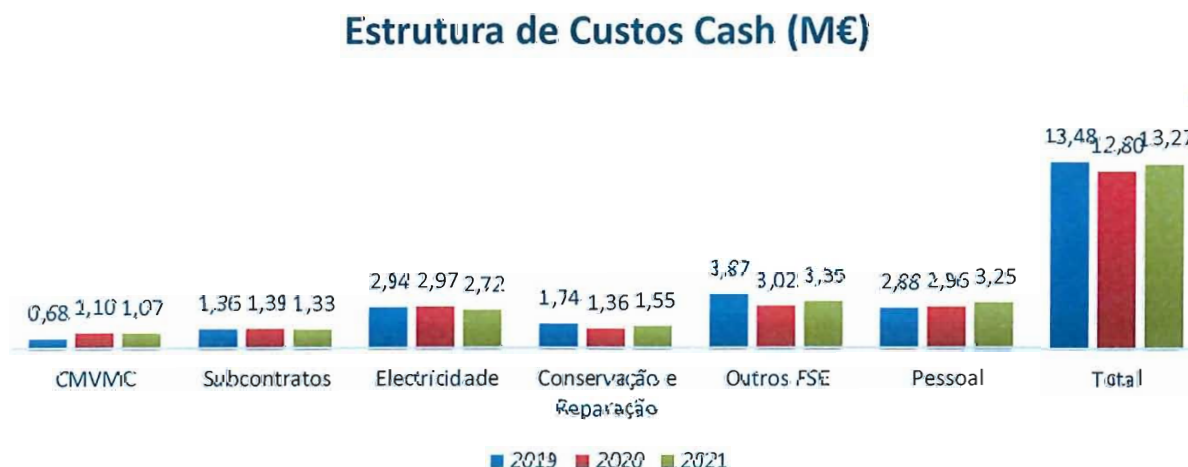
Durante o ano de 2021, verificou-se uma melhoria do rácio de cobertura de gastos operacionais pelo volume de negócios (GO/VN | $GO = CMVMC + FSE + GP$ | $VN = VENDAS + PSERV$) relativamente aos anos de 2020 e 2019, o que traduz a consolidação das atividades de abastecimento e saneamento, num contexto de maior exigência em matéria de eficiência produtiva, consolidando a trajetória decrescente.



O volume de negócios, expurgado do rédito de construção de ativos, ao abrigo da norma IFRIC 12 e do desvio de recuperação de gastos, ascendeu a 18,081 milhões de euros, ou seja mais 12,14% relativamente ao ano anterior.



O conjunto de gastos de exploração e manutenção aumentou 574 mil euros em 2021, passando de 12,800 milhões de euros para 13,274 milhões de euros. Acresce referir que, a circunstância de ainda nos encontrarmos em fase de execução de investimentos que visam o alargamento e a melhoria da qualidade do serviço prestado, é exetável um acréscimo de custos, assim como um aumento do volume de negócios.



O desvio de recuperação de gastos, correspondente à diferença entre a remuneração acionista e o resultado líquido gerado pela respetiva atividade, foi em 2021 superavitário em 724,456 mil euros, o qual teve um contributo positivo de 1,5M€ recebido do Fundo Ambiental.



➤ Demonstração da Posição Financeira

O ativo líquido total aumentou cerca de 15,053 milhões de euros, como resultado das variações conjugadas do ativo corrente (+1,511 milhões de euros) e do ativo não corrente (+13,541 milhões de euros), este último justificado pelo aumento do Ativo Intangível decorrente da execução de investimento programado, da integração patrimonial do montante da retribuição a pagar aos municípios pela afetação de infraestruturas municipais no período de 2021 a 2025 e pela integração da barragem do Enxoe na sequência da assinatura do contrato de captação.



O aumento em ativos corrente justifica-se pelo aumento da dívida de clientes municipais e ainda pelo reconhecimento do direito a receber de fundos comunitários pela execução de despesa de investimento comparticipada. Relativamente a clientes, importa referir que a dívida de clientes sobe, porém não tanto quanto o volume de negócios, ou seja, a dívida evolui 8,58% enquanto o volume de negócios evoluiu 12,14%, o que representa uma recuperação da dívida de clientes pese embora o valor total.



A dívida de Clientes Municipais decompõe-se da seguinte forma:

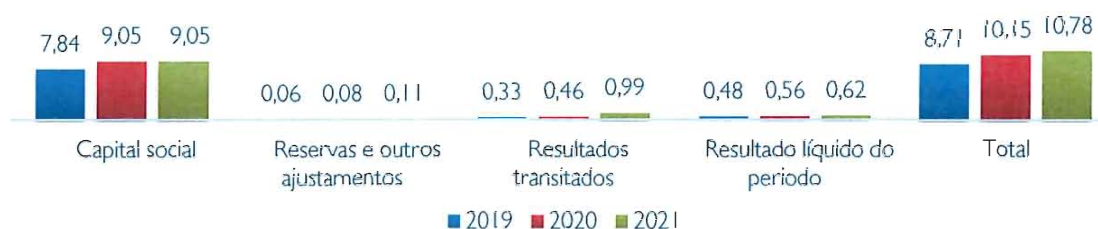
Decomposição da Dívida Clientes (M€)



O capital próprio aumentou 623 mil euros no exercício, para cerca 10,775 milhões de euros, por via do resultado líquido do exercício uma vez que em 2021 não se verificou aumento de capital ou distribuição de dividendos.

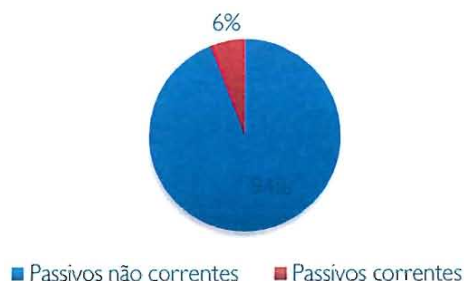
O capital social, constituído por 1 810 600 ações de valor unitário de 5 euros, encontra-se totalmente realizado e ascende a 9,053 milhões de euros.

Decomposição do Capital Próprio (M€)



O passivo total aumentou 9,57%, passando para 165,285 milhões de euros, essencialmente por efeito do aumento do passivo não remunerado de 12,156 milhões de euros. O passivo não corrente, no valor de 155,101 milhões de euros, representa 93,84% do total do passivo sendo composto essencialmente por: (i) empréstimos (no valor de 55,300 milhões de euros) (ii) subsídios ao investimento (no valor de 88,269 milhões de euros); e (iii) acréscimos de gastos de investimento contratual (no valor de 6,520 milhões de euros).

Distribuição do Passivo



Composição do Passivo



No passivo não corrente salienta-se a expressão do montante associado aos subsídios ao investimento, a reconhecer como rendimento, configurando-se por isso como *quasi-capital*.



O valor de passivo remunerado ascende a 55,911 milhões de euros tendo-se verificado um aumento em 2021 em resultado da necessidade de assegurar a componente nacional dos investimentos realizados.



4.7. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INOVAÇÃO

A aposta em ID&I demonstra a vontade de procurar a mudança na empresa e nas comunidades, tendo em vista a melhoria contínua dos processos, aprofundar o conhecimento e a satisfação das partes interessadas e contribuir para o desenvolvimento sustentado dos serviços prestados.

Cientes da sua importância, o Grupo Águas de Portugal, no seguimento do Quadro Estratégico de Compromisso, veio reforçar a sua aposta através da apresentação da Estratégia de Inovação 360°.

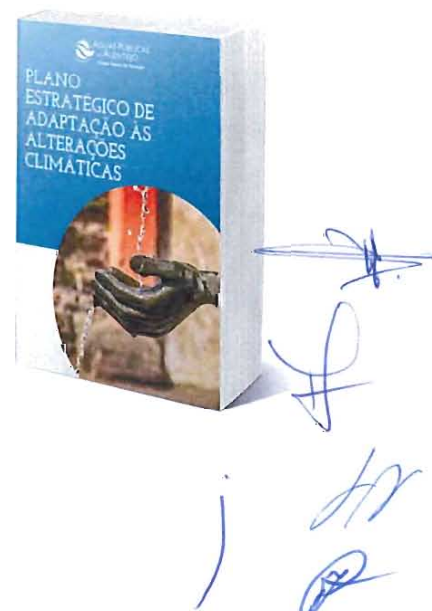
Conscientes das limitações decorrentes da nossa fase de desenvolvimento, tem sido com grande disponibilidade e empenho que temos continuado a promover e participar num conjunto de projetos em parcerias nacionais e internacionais, relativamente aos quais no presente exercício merece especial referência:

Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas (PEAAC)

O nosso PEAAC foi assumido como o grande ponto de partida para a definição da estratégia de adaptação a curto, médio e longo prazo cuja implementação permita reduzir as vulnerabilidades das nossas atividades às alterações climáticas e aos eventos extremos e incrementar a resiliência e capacidade de resposta dos sistemas a essas alterações e a esses eventos, através de um conjunto de atividades, nomeadamente:

- i. Identificação, análise e avaliação dos potenciais impactos das alterações climáticas sobre os nossos sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais;
- ii. Identificação, análise e avaliação das vulnerabilidades ao clima e variabilidade climática atual dos nossos sistemas, e das potenciais sensibilidades dos mesmos em cenários de alterações climáticas;
- iii. Identificação e análise dos potenciais efeitos das alterações climáticas sobre a procura e disponibilidade do recurso água na nossa área de intervenção;
- iv. Identificação, análise e avaliação da resiliência dos nossos sistemas e de situações que possam por em causa essa resiliência;
- v. Identificação, avaliação e seleção de um conjunto de grandes opções e medidas específicas de adaptação, como resposta às vulnerabilidades identificadas e às alterações climáticas.

Tem sido a partir do PEAAC que temos desenvolvido e articulado iniciativas como a atualização e revisão das soluções técnicas, a preparação de planos de contingência, do plano de origens complementares, onde se pretende também integrar a nossa estratégia para a reutilização, bem como o Plano de Segurança da Água, que se encontra em fase de ultimateção.



- ▣ PREDAQUA - Pre-Tratamientos de Depuración de águas industriais y domésticas: contribución a un Desarrollo Económico respetuoso con el Medio Ambiente

Este projeto pretende desenvolver, partilhar experiências e inovar, no sentido de evitar que os efluentes industriais (queijarias, lagares, adegas) e domésticos colapsem as redes de saneamento e as ETAR, com prejuízos para o meio ambiente e para o desenvolvimento socioeconómico da região. O projeto tem 4 objetivos:

- i. Desenvolver documentação técnica que auxilie na regulamentação de rejeição de efluentes industriais;
- ii. Desenvolver/ instalar Sistemas de pré-tratamento em indústrias, redes de saneamento e ETAR;
- iii. Minimizar danos no meio ambiente, causados pela rejeição de efluentes industriais que comprometam os processos biológicos das ETAR, potenciando o risco de rejeição de água residual não tratada adequadamente;
- iv. Sensibilização ambiental aos utilizadores finais.

▣ Projeto REUSE II

O REUSE II foi uma extensão da primeira fase do projeto REUSE (2019), desenvolvido pelo consórcio constituído pelas seguintes entidades: Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA, S.A.), AdP VALOR –Serviços Ambientais,



REUSE

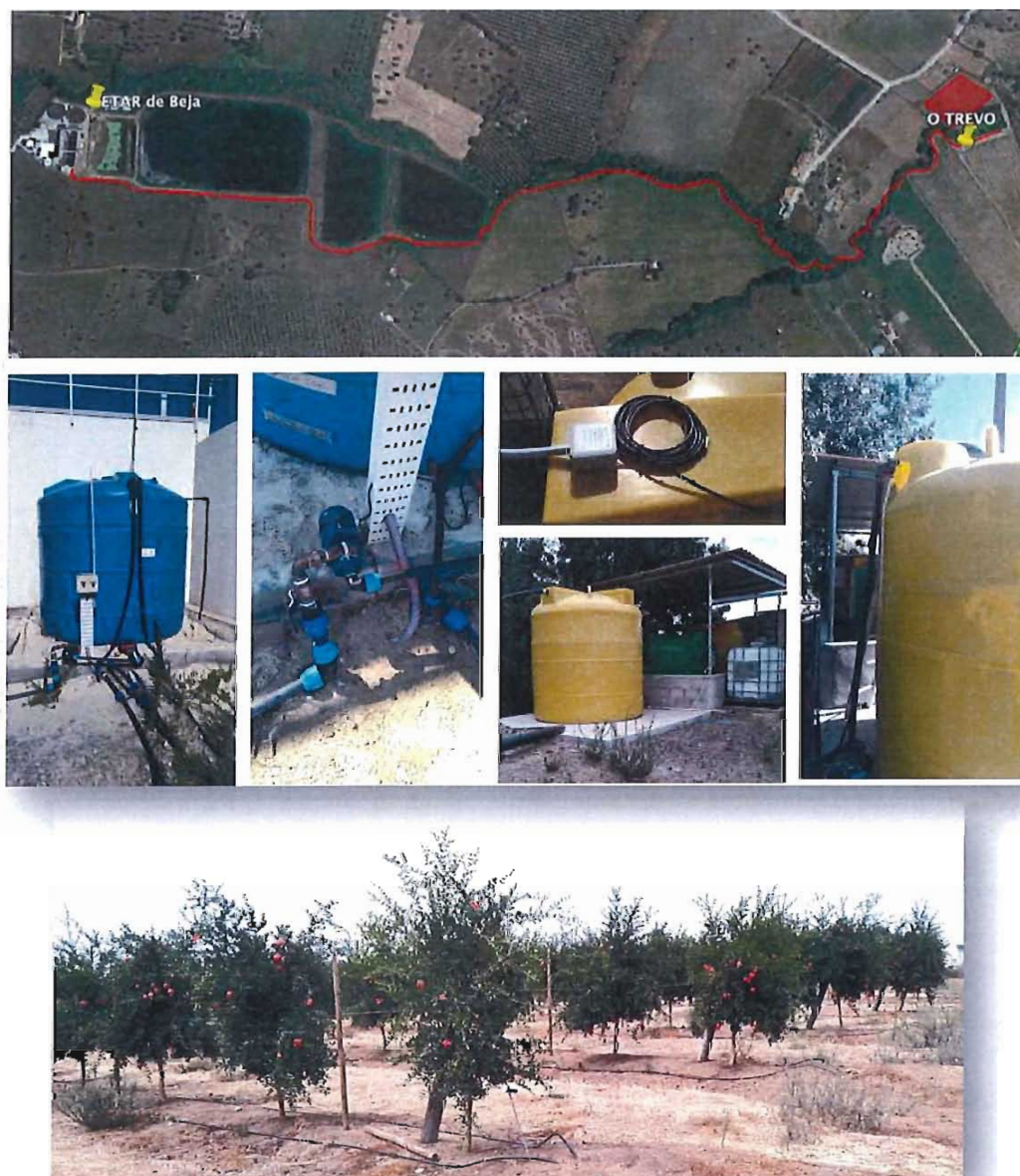
S.A. (AdP VALOR), Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio (COTR), Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA), EFACEC –Engenharia e Sistemas, S.A. (EFACEC) e Instituto Superior de Agronomia (ISA). A coordenação do projeto foi assegurada pela Agda.

O projeto, financiado pelo Fundo Ambiental, foi uma iniciativa que pretendeu contribuir para uma correta utilização e gestão integrada dos recursos hídricos, fomentando a economia circular numa região que se caracteriza por uma intensa atividade de regadio e, simultaneamente, baixos índices de precipitação agravados por uma evolução preocupante dos efeitos das alterações climáticas.

O REUSE II permitiu uma vez mais aplicar e clarificar os conceitos definidos no Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, que estabelece o regime jurídico de produção de água para reutilização, obtida a partir do tratamento de águas residuais, bem como da sua utilização, assim como a metodologia de avaliação do risco apresentada no Guia para a Reutilização elaborado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Nesta segunda fase do projeto REUSE a decisão de prescindir do sistema de desinfecção solar esteve essencialmente associada a dois fatores: o tempo necessário para colocar todo o sistema em funcionamento, não compatível com os prazos do projeto, e a qualidade da ApR produzida na ETAR de Beja. A eficiência de tratamento foi avaliada através de um programa de monitorização dos parâmetros físico-químicos e biológicos, indicadores da qualidade da água. Foram avaliados os impactos da utilização da ApR na rega da mesma parcela do pomar de romãzeiras da fase anterior, em termos da qualidade dos recetores água e solo, em termos da cultura regada e no sistema de rega. A ApR foi aplicada no monte Olival do Miguelito, a cerca de 1,2 km da ETAR, num pomar de romãs com cerca de 2 anos, com sistema de rega gota-a-gota. Este ensaio permitiu reforçar o

ensaio anterior e comparar uma vez mais a performance da aplicação de ApR com a situação de referência: parcela adjacente ao terreno em estudo regada com água de furo do proprietário do terreno agrícola.



-  Inovação social para promover a maior proximidade e participação das comunidades na elevação do desempenho ambiental

Complementarmente às iniciativas de comunicação e sensibilização ambiental, em 2021 continuámos a apostar no reforço das iniciativas com as nossas comunidades, através de novas estratégias no sentido de reforçar o papel da sociedade civil, em particular em dois domínios:

- i. Na eficiência e contenção de usos, como ponto de partida da estratégia de aumento da resiliência e segurança hídrica, a partir de um conjunto de pequenos aglomerados com maior pressão dos usos, no sentido de trabalhar as respostas a eventos de risco e crises que são tidas como mais frequentes e intensas, permitindo em simultâneo aprofundar o conhecimento e trabalhar diretamente hábitos e práticas no sentido de também contrariarmos a falsa perceção de abundância de água que as nossas próprias intervenções conferem, num território marcado pela escassez.
- ii. No desenvolvimento de estratégias e metodologias de abordagem e respostas a incidentes ambientais ou na elevação do desempenho ambiental, onde o nosso papel de entidade gestora com responsabilidades ambientais se articula e integra com as nossas responsabilidades de apoiar o desenvolvimento dos territórios.

Trata-se de um projeto numa parceria alargada em que para além das comunidades e respetivos órgãos autárquicos envolve a ADENE – Agência para a Energia, a EPAL, a EMAS, o IES – Instituto de Empreendedorismo Social que se encontra planeado mais cuja implementação aguarda uma evolução da situação de pandemia.

▾ Projeto Life Alchemia

Em 2021 mantivemos a participação no projeto europeu LIFE ALCHEMIA (LIFE16 ENV / ES / 000437), o qual tem como principal objetivo remover a radioatividade natural na água potável e minimizar a geração de materiais radioativos de ocorrência natural (NORM), através de um sistema baseado em filtro de leito (<https://www.lifealchemia.eu/en/home/>).

Uma das ações do projeto foi a criação de um banco de dados sobre estações de tratamento de água potável (DWTP) na Europa que tratam de água contendo radioatividade natural, cujas bases de dados estão disponíveis no site do projeto (<https://www.lifealchemia.eu/en/dwtp-database-request/>).

A nossa participação passa pela realização de um estudo de tecnologia de replicação numa estação de tratamento de água destinado a identificar o tratamento mais adequado (eficiência-custo-segurança) que complemente ou substitua os sistemas atuais e que permita adequar a qualidade da água produzida aos requisitos legais para o que identificámos um aglomerado devido à presença de Alfa Total.

▾ AQUAVINI

O projeto AQUA-VINI Sustentável foi desenvolvido no âmbito do protocolo de colaboração técnica e financeira entre o Fundo Ambiental e a Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA, S.A.), assinado a 22 de março de 2021. O AQUA-VINI Sustentável foi desenvolvido pelo consórcio constituído pelas seguintes entidades: Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA, S.A.), AdP VALOR – Serviços Ambientais, S.A. (AdP VALOR), Comissão Vitivinícola Regional Alentejana (CVRA), Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio (COTR) e a Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A. (Herdade do Monte da Ravasqueira). A coordenação do projeto foi assegurada pela Agda.



O esquema de reutilização incluiu a produção de ApR (Classe C) na ETAR de Arraiolos Poente, explorada e gerida AgdA, e o seu encaminhamento para reforço do armazenamento de água na charca existente no terreno agrícola para rega de vinha, que se encontra a cerca de 1,4 km de distância da ETAR. A partir desta charca é regada uma área total de vinha com cerca de 15 ha, tendo o presente projeto incidido numa parte dessa área, numa parcela com cerca de 7 ha. A metodologia adotada no desenvolvimento do projeto permitiu que a reutilização da água fosse realizada de forma segura e adaptada ao uso concreto, assente numa avaliação do risco e, por isso, garantindo uma relação custo-eficácia equilibrada e competitiva.

A eficiência de tratamento foi avaliada através de um programa de monitorização dos parâmetros físico-químicos e biológicos, indicadores da qualidade da água. Foram avaliados os impactos da utilização da ApR na rega da parcela de vinha em estudo, em termos da qualidade dos recetores água e solo, em termos da cultura regada e no sistema de rega.



▮ Projeto Demola - O papel das comunidades na segurança hídrica

O foco no papel das comunidades, nas opções de ordenamento, organização e levar a cabo ações junto dos seus, para responder à maior frequência e intensidade dos episódios de crise da água foi o tema para a nossa participação no desafio proporcionado pelo Instituto Politécnico de Beja no âmbito do Projeto Demola, destinado a partirmos da exploração da curiosidade para a construção de futuros alternativos.

Adicionalmente continuamos empenhados em aplicar no nosso território um conjunto de soluções simplificadas e de baixo custo aos mais diversos níveis. No caso do Sistema Autónomo de Santa Catarina estamos apostados em aplicar alternativas aos sistemas convencionais, nomeadamente a instalação de sistema solar fotovoltaico autónomo "*off-grid*", sem ligação à rede de distribuição, composto por um grupo eletrobomba dimensionado para captar e aduzir água em quantidade no período de produção solar, e respetivo sistema solar fotovoltaico, devidamente interligado ao reservatório de destino através de rede de comunicações, mantendo o gerador eletrogéneo de emergência como *backup*, que entrará em funcionamento no caso de produção solar nula durante alguns dias ou funcionamento de emergência em períodos noturnos, caso os níveis de jusante estejam muito baixos.

No exercício de 2021 merece também especial referência a participação em candidaturas num conjunto de projetos, que sem prejuízo de não ter tido o resultado desejado, constituíram oportunidade de reflexão para um conjunto de desafios e de estreitar de parcerias, assim como do interesse que o nosso território suscita:

- o Projeto WP Water, numa candidatura ao H2020 liderada pela CEBAL e coordenada pela CCDR Alentejo, integrando ainda a EMAS, a Universidade de Évora, EDIA, Centro Fraunhofer, Instituto Politécnico de Valência e da Universidade da Extremadura....
- o Projeto i-CLARKOS, como demonstrador para Portugal, através do território onde atuamos, envolvendo a EDIA e as associações ABROxo, ABMira e ARBCAS, com coordenação do CNET-CENTRE NEW ENERGY TECHNOLOGIES, do Grupo EdP e integrando ainda a CCDR Alentejo e APA/ARH Alentejo, destinada a criar uma ferramenta de avaliação integrada que produza recomendações que resolvam eventuais conflitos entre mitigação e adaptação.
- o Projetos + ZERO e + C, no âmbito do Grupo AdP, através de duas Manifestações de Interesse para Desenvolvimento de Projetos no âmbito das Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial (PRR), envolvendo as nossas empresas e diversas outras entidades. do Plano de Recuperação e Resiliência integrando a Agenda "+ ZERO" que visava potenciar a neutralidade e autossustentabilidade associadas ao ciclo da água, através da gestão de energia e digitalização de processos da cadeia de valor do cluster da água e o "+C" enquadrado nas agendas verdes, visando o desenvolvimento de produtos, tecnologias e serviços inovadores para o aproveitamento e valorização de resíduos resultantes do ciclo urbano da água, (re)introduzindo-o como matéria-prima/produtos de valor acrescentado noutros setores como a agricultura, floresta e/ou indústria (cerâmica e cimento).
- o Agenda Digital4Assets, numa agenda liderada pela EDP - Energias de Portugal, S.A., envolvendo operadores de infraestruturas críticas como a ANA Aeroportos de Portugal, Brisa, NOS, o Grupo Águas de Portugal, mas também a academia através de entidades como o INESC TEC, NOVA FCT, INESC ID e UCP, bem como o IPMA, visando desenvolver produtos tecnológicos destinados a aumentar a resiliência de infraestruturas críticas nacionais, com enfoque na previsão e monitorização de eventos de origem exógena como ataques de cibersegurança e eventos atmosféricos extremos.

Já no final do ano mantivemos conversações com o LNEC no sentido de integrarmos uma candidatura ao programa Horizonte Europa, em que os parceiros portugueses estão envolvidos na avaliação e melhoria dos processos de tratamento atuais, envolvendo estudos no laboratório e estudos de tratamento avançado, à escala piloto, bem como integrarmos a candidatura EcoAdaptTools ao Concurso BPI "la Caixa" - PROMOVE: Projetos I&D Mobilizadores, para o desenvolvimento de ferramentas integradas para redução de contaminação química em ecossistemas aquáticos, envolvendo entidades como o Instituto de Ciências da Terra (ICT) da Universidade de Évora, Instituto Politécnico de Beja (IPB), Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

4.8. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

O Conselho de Administração declara que após o termo do exercício de 2021 não se observaram outros quaisquer factos relevantes que justifiquem o seu registo.

4.9. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

I Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Alínea a)

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da empresa AgdA são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por deliberação da Assembleia Geral de acionistas da sociedade, em 21/06/2021, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2021/2023 a seguir identificados:

I. Deveres e Responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da AgdA terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

1. Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
2. Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
3. Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
4. Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
5. Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
6. Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
7. Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da AgdA estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

2. Orientações Estratégicas Gerais

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da AgdA deverá:

1. Assegurar o cumprimento da missão da empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
2. Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
3. Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
4. Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
5. Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
6. Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
7. Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
8. Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;

9. Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

3. *Orientações Estratégicas Específicas*

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam:

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - 1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - 1.2. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - 1.3. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - 2.2. Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3. Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - 2.4. Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - 3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - 3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
4. Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 4.1. Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.2. Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - 4.3. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - 5.2. No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - 6.1. Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - 6.2. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - 6.3. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - 6.4. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

Foram ainda definidos os seguintes indicadores de desempenho:

	Indicador	Cálculo	Escala	AqGA
Financeiros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV + FSE + GP) / WN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var > +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	10,0%
	Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = [\text{Stock Dívida (Ano N)}] / [\text{Stock Dívida (Ano N-1)}] * 100$	1. X > 2% 2. 1,5% <= X <= 2% 3. X < 1,50% * Investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação	10,0%
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ao PAO	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com o estipulado com RCN 34/2008 1. Incumprir: quando PMP aumenta mais que 1 dia face ao anterior 2. Cumprir: quando PMP aumenta 1 dia 3. Exceder: quando PMP <= 60 dias Quando PMP > 60 dias ou incumprir com RCN 34/2008, 1. Incumprir: face a ano anterior, x > +15% 2. Cumprir: face ao ano anterior, -25% < x < -15% 3. Exceder: face ao anterior, reduz 25%	10,0%
	Rentabilidade	Variação do RI face ao PAO	1. Var < 5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% * excluindo o efeito DRG	10,0%
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. Nº Ações executadas face ao previsto 80% <= x <= 90% 3. Nº Ações executadas face ao previsto >= 90,00%	10,0%
	Qualidade da Água Fornecida	$AQA = QA \text{ (Ano N)}$	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00% * sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Qualidade das Águas Residuais	$AQAR = QAR \text{ (Ano N)}$	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 3. AQAR > 95,00% * sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	7,5%
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de Lamas	1. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas previstas no PAO, inferior a 40%, referentes a produção de lamas 2. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 40% previstas no PAO referentes a produção de lamas 3. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 60% previstas no PAO referentes a produção de lamas	7,5%
	Reutilização	Implementação da Reutilização enquanto atividade principal	1. Entrega de EUEF de atividade principal de reutilização após 31.03.2022 2. Entrega de EUEF de atividade principal de reutilização até 31.03.2022 3. Entrega de EUEF de atividade principal de reutilização até 31.12.2022	5,0%
	Efluentes Agroindustriais e Siropeçários	Implementação de atividade acessória e complementar nos Sistemas em Alta de AR e Implementação da plataforma digital integrada para gestão de atividade de operador de último recurso no território nacional	1. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar após 31.03.2022 2. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.03.2022 3. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.12.2022 * após verificação dos intervalos de disponibilidade, acrescentando às AQA's existentes	5,0%

Nº de Indicadores

9/100,0%
02

Em 2021, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista, pela Comissão de Parceria e pela Tutela Setorial e Financeira, tendo atingido os seguintes resultados em indicadores:

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE GESTÃO							
- 2021 -							
Objetivos	Ponderadores Iniciais	Ponderadores Redistribuídos 2021	Meta 2021	Real 2021	Variação 2021 (2/1)	Grau de Desempenho 2021	Atingimento 2021
Financeiros	50,00%	76,92%					
Eficiência de Gestão	10,00%	15,38%	73,10%	72,76%	-0,47%	 3	0,46
Dívida Comercial de devedores municipais	10,00%	15,38%	2 348 255	2 919 183	124%	 1	0,15
Limite ao Endividamento	10,00%	15,38%	55 754 545	< 2%	-1,94%	 3	0,46
Respeito Prazos de Pagamento	10,00%	15,38%	59	57	-2%	 3	0,46
Rentabilidade	10,00%	15,38%	1 037 409	1 184 167	14%	 3	0,46
Ambientais e de Serviço	50,00%	23,08%					
Plano de Manutenção	10,00%	0,00%					0,00
Qualidade da Água Fornecida	7,50%	11,54%	99,00%	98,70%		 2	0,23
Qualidade das Águas Residuais	7,50%	11,54%	95,00%	95,07%		 3	0,35
Neutralidade Energética	7,50%	0,00%					0,00
Plano de Lamas	7,50%	0,00%					0,00
Reutilização	5,00%	0,00%					0,00
Efluentes Agroindustriais e agropecuários	5,00%	0,00%					0,00
Atingimento Global							2,60

Modo de avaliação	
Não atingido	1
Atingido	2
Superado	3

Alínea b)

Em 2021 a AgdA executou 53,77% dos investimentos previstos em Plano de Atividades e Orçamento de 2021 tendo os atrasos resultado de concursos públicos que ficaram desertos o que originou lançamento de novos procedimentos e consequentemente o atraso na execução.

Investimento / Projeto (M€)	PAO 2021	Executado 2021	Desvio	Observações
Investimento em curso em 2020	10,113	10,406	2,90%	
Investimento Iniciado em 2021	8,42	1,950	-76,84%	
Investimento Iniciado em 2021, materialmente relevante	5,125	0,366	-92,86%	
Restante Investimento	0	0	0	
TOTAL	23,658	12,722	-46,23%	

2 Gestão do Risco Financeiro

As atividades do Grupo AdP e da AgdA, enquanto participada, estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

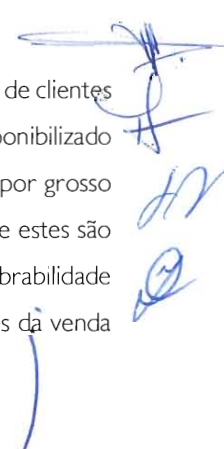
No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.



Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	705 347	887 979	952 634	949 523	1 107 777
Taxa Média de Financiamento (%)	1,30%	1,60%	1,71%	1,75%	2,12%

- 3 Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 75/2020, de 31 de dezembro (lei do Orçamento de Estado para 2021), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO2019)

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. cumpre com os limites de crescimento do endividamento definidos conforme se poderá verificar no quadro abaixo:

LIMITE DO CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Passivo Remunerado	2021	2020	Variação 21/20	
	valores (€)		Valor	%
1. Financiamentos Remunerado (Corrente e Não Corrente)	55 754 545	53 636 091	2 118 454	4%
2. Capital Social	9 053 000	9 053 000	0	0%
3. Novos Investimentos (com expressão material) (valor líquido de subsídio)	3 333 000			
Variação do Endividamento = [Variação (1)+Variação (2)-(3)2021]/[(1)2020+(2)2020]			-1,94%	

- 4 Evolução dos Prazos Médios de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-4/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Unidade: Dias	2021	2020	Variação 21/20	
	valores (€)		Valor	%
Prazo (dias)	57	59	-2	-2%

Uma vez a AgdA apresenta um PMP inferior a 60 dias, designadamente 57 dias, representando ainda uma recuperação de 2 dias comparativamente com o ano anterior não são apresentados os *arrears* nos termos do art.º DL 65-A/2011.

- 5 Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista, emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas;

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2021 aquando da aprovação das contas do exercício de 2020. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6 Remunerações/honorários

- i. Órgão Sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2021;

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. deu cumprimento à aplicação de todas as disposições legais vigentes em 2021 relativas a remunerações dos Órgãos Sociais conforme se poderá verificar nos quadros seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Para o mandato de 2021/2023 foram eleitos em reunião de Assembleia Geral, em 15 de março de 2021, os seguintes membros da Mesa de Assembleia Geral e fixadas as seguintes remunerações:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL				
Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixada (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2021-2023	Presidente	António Manuel Ascensão Mestre Bota	500	0
2021-2023	Vice-Presidente ⁽¹⁾	Paulo Manuel Marques Fernandes	425	425
2021-2023	Secretário ⁽¹⁾	Ana Cristina Rebelo Pereira	350	350
Total				775

Legenda:

⁽¹⁾ - Valores faturados pela AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Conselho de Administração

Para o mandato de 2021/2023 os membros do Conselho de Administração foram eleitos em reunião de Assembleia Geral de 15 de março de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou opção pela média dos últimos 3 anos (2)			N.º Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2021-2023	Presidente Não Executivo	Francisco José Pinto Silva Narciso	AG	06.11.2019	Sim	AdP, Águas de Portugal, SGPS, SA	O	1.º
2021-2023	Vice-Presidente Executivo	Simone Ferreira Pio	AG	15.03.2021	Não	AgdA – Águas Públicas do Alentejo, SA	D	1.º
2021-2023	Vogal Executivo	João Manuel Galhardo Maurício	AG	15.03.2021	Não	AgdA – Águas Públicas do Alentejo, SA	D	1.º
2021-2023	Vogal Não Executivo	Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	AG	15.03.2021	Sim	AdP, Águas de Portugal, SGPS, SA	O	1.º
2021-2023	Vogal Não Executivo	Álvaro dos Santos Beijinha	AG	15.03.2021	Sim	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	O	1.º

Legenda:

(1) Resolução (R) / AG - Assembleia Geral | DUE Declaração Unanime por Escrito | Cooptação em Conselho de Administração

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP | entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Membro do CA	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e Forma
Francisco José Pinto Silva Narciso	AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Gestor de Projetos Especiais	Público (Setor Empresarial do Estado)	AG 15.03.2021
Simone Ferreira Pio	AdTA - Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Vogal Não Executiva	Público (Setor Empresarial do Estado)	AG 15.03.2021
João Manuel Galhardo Maurício	Assembleia Municipal de Alvito	Presidente	Público	na
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Gestora de Categoria de Compras	Público (Setor Empresarial do Estado)	AG 15.03.2021
Álvaro dos Santos Beijinha	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	Presidente	Público	na

DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de Representação
Francisco José Pinto Silva Narciso ⁽¹⁾	Sim	C	1 145	0
Simone Ferreira Pio	Sim	C	4 120	1 648
João Manuel Galhardo Maurício	Sim	C	3 663	1 465
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro ⁽¹⁾	Sim	C	916	0
Álvaro dos Santos Beijinha ⁽²⁾	Sim	C	916	0

Legenda:

⁽¹⁾ Remuneração definida para o cargo e cobrada pela AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.

⁽²⁾ Remuneração definida para o cargo, porém não liquidada ao titular por aplicação da lei autárquica

REMUNERAÇÃO ANUAL 2021 (€)

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Redução Remuneratória (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Francisco José Pinto Silva Narciso ⁽¹⁾	19 829	0	19 829	0	19 829
Simone Ferreira Pio	61 760	0	61 760	3 088	58 671
João Manuel Galhardo Maurício	54 897	0	54 897	2 745	52 152
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro ⁽¹⁾	12 559	0	12 559	0	12 559
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	0	0	0
Total			149 045	5 834	143 211

Legenda:

⁽¹⁾ Remuneração definida para o cargo e cobrada pela AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.

BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)

Membro do CA	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro Saúde	Encargo Anual Seguro Vida	Outros
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Entidade	Encargo Anual			
Francisco José Pinto Silva Narciso	0	0	n.a.	0	0	0	
Simone Ferreira Pio	7,14	1 399	Seg. Social	16 090	242	828	
João Manuel Galhardo Maurício	7,14	1 371	Seg. Social	14 326	1 812	802	
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	0	0	n.a.	0	0	0	
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	n.a.	0	0	0	
Total		3 249		36 267	5 192	2 223	

ENCARGOS COM VIATURAS

Nome	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de referência da Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanescentes
Francisco José Pinto Silva Narciso	Não	-	-	-	-	-	-	-	-
Simone Ferreira Pio	Sim	Sim	32 369	AOV	2018	2022	476	5 714	6
João Manuel Galhardo Maurício	Sim	Sim	32 369	AOV	2018	2022	476	5 714	6
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	Não	-	-	-	-	-	-	-	-
Álvaro dos Santos Beijinha	Não	-	-	-	-	-	-	-	-

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)

Nome	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificação	Valor	
Francisco José Pinto Silva Narciso	3 493	5 570	0	-	0	9 063
Simone Ferreira Pio	0	0	0	-	0	0
João Manuel Galhardo Maurício	0	0	0	-	0	0
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	0	0	0	-	0	0
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	0	-	0	0
Total						9 063

Fiscal Único

ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Mandato (início - fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação		N.º de anos de funções no Grupo	N.º de anos de funções na Sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº de Inscrição na CMVM	Forma (1)	Data		
2019-2021	Fiscal Único	PriceWaterhouseCoopers & Associados SROC, Lda,	183	20161485	AG	8.04.2019	3	3
		representada por José Alves Bizarro Duarte	representada por 1957	20200003			2	2
2019-2021	Fiscal Único - Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	8.04.2019	3	3

Legenda:

(1) - AG - Assembleia Geral

ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO - REMUNERAÇÃO ANUAL

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 €			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 €			
	Valor (1)	Redução (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)	Identificação do Serviço	Bruta (1)	Redução (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
PriceWaterhouseCoopers & Associados SROC, Lda.	6 799	0	6 799	na	0	0	0
Carlos José Figueiredo Rodrigues	0	0	0	na	0	0	0
Total	6 799	0	6 799		0	0	0

ii. **Auditor Externo**, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2021;

A AgdA não tem nenhum contrato de prestação de serviços com Auditor Externo, sendo essa atividade assegurada pela SROC e Fiscal Único da Sociedade.

7 Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP, no que se refere:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.

GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)

Membro do CA	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Francisco José Pinto Silva Narciso	0	0	
Simone Ferreira Pio	80	71	
João Manuel Galhardo Maurício	80	140	
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	0	0	
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	
Total		212	

- d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)

Membro do CA	Plafond Mensal Definido Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)		
		Combustível	Portagens	Total
Francisco José Pinto Silva Narciso	0	0	0	0
Simone Ferreira Pio	412	1 440	837	2 277
João Manuel Galhardo Maurício	366	1 397	313	1 710
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	0	0	0	0
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	0	0
Total		2 837	1 150	3 987

- 8 Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de **despesas não documentadas ou confidenciais**

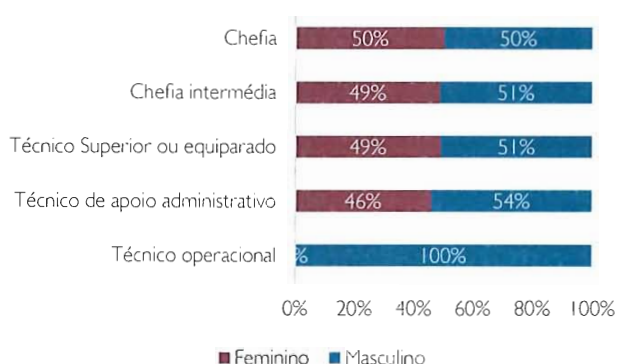
A AgdA dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

- 9 **Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;**

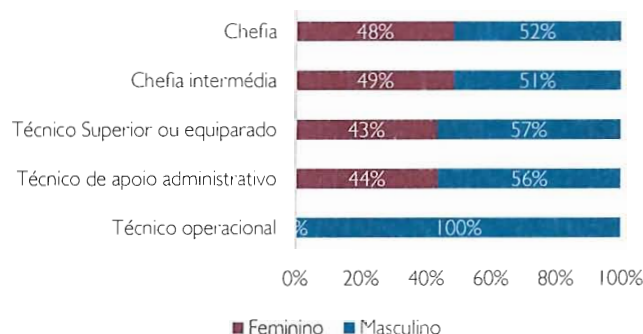
Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AgdA promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade, na Simbiose dos Colaboradores, no Princípio "Valorizamos a relação com os colaboradores", no Compromisso "Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

A informação relativa ao ano de 2021 é apresentada de seguida:

Média de retribuição base mensal, por género (%)



Média de retribuição total mensal, por género (%)



- 10 **Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas e do Relatório anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a recomendação do referido Conselho, datada de 1 de julho de 2009**

A empresa adotou desde 2010 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na internet em <https://www.agda.pt/geral/cpc>. No decurso de 2021 foi efetuada a revisão do Plano, aprovada em 28 de janeiro de 2021, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo Conselho de Previsão da Corrupção e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

Este Plano pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais *stakeholders*. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AgdA procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

"a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AgdA e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subscreeu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno".

Destaque-se que o Grupo AdP apresentou a 17 de dezembro de 2021 a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AgdA uma das empresas que subscreeu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade

A AgdA e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

II Contratação Pública

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços transversais, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

A avaliação do potencial para a captura de valor está intimamente ligada às sinergias e economias de escala que advém da centralização de compras, com especial enfoque em categorias como energia, comunicação, seguros, reagentes, viaturas, materiais de laboratório, etc. procurando-se sistematicamente a respetiva concretização através da obtenção de ganhos financeiros e da redução de custos, contribuindo para a otimização da capacidade do Grupo AdP.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas, tem possibilitado uma maior capacidade de planeamento, aproveitando a maturidade exigida para a implementação de novos processos transversais.

O planeamento e gestão da função compras por categorias, alicerçados no trabalho colaborativo possibilitam sistematicamente alcançar um conhecimento mais profundo das necessidades aquisitivas do Grupo AdP.

A existência desta estrutura interna, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e transacional associada, acrescentando também nessa dimensão, valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de compras. Por sua vez, estes processos, estão desde logo incluídos no planeamento dos trabalhos de auditoria interna.

O ano de 2021 ficou marcado pela publicação da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprovou um conjunto de medidas especiais de contratação pública em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, de habitação e descentralização, de tecnologias de informação e conhecimento, de saúde e apoio social, de execução do Plano de Estabilização Económica e Social e do Plano de Recuperação e Resiliência, alterando concomitantemente o Código dos Contratos Públicos (CCP).

Por conseguinte, este diploma legal reveste-se de importância crucial para a atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo AdP, quer pelas modificações que introduziu ao nível das regras de tramitação de procedimentos de contratação pública e de execução de contratos públicos estabelecidas no CCP, criando, inclusive, novos tipos de procedimentos, pelo que se procedeu à atualização do Manual de Contratação do Grupo AdP, municiando a generalidade das minutas-tipo do programa do procedimento e do caderno de encargos para os diferentes preceitos pré-contratuais.

No ano de 2021 foi celebrado um contrato de valor superior a 5 Milhões de euros, relativo à empreitada de Conceção / Construção da Remodelação da ETA do Enxoé, no valor de 7.498.000,11 euros, tendo sido sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas com aposição do respetivo visto em 06 de setembro de 2021.

12 Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.



13 Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do DLEO 2019

Em 2021 a AgdA cumpre com as medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do DLEO 2019.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

	2021 Exec	2021 Orç	2020 Exec	2019 Exec	2021/2020		2021/2019	
					Dif. Absol.	Var. %	Dif. Absol.	Var. %
0. EBITDA	2 113 719	4 715 779	3 552 171	1 639 629	-1 438 451	60%	474 090	129%
1. CMVMC	1 067 324	1 089 585	1 097 598	678 754	-30 274	97%	388 570	157%
2. FSE	8 952 930	8 084 209	8 740 426	9 921 697	212 503	102%	-968 767	90%
3. Gastos com o Pessoal	3 253 710	3 868 983	2 961 934	2 876 016	291 776	110%	377 694	113%
3.i. Indemnizações pagas por Rescisão	0	0	0	0	0	0%	0	0%
3.ii. Valorizações remuneratórias	0	0	0	0	0	0%	0	0%
3.iii. Impacto da aplicação dos IRCT	126 391	168 599	129 073	138 455	-2 682	98%	-12 064	91%
4. Gastos com o Pessoal sem os impactos i, ii e iii	3 127 320	3 700 384	2 832 861	2 737 561	294 459	110%	389 759	114%
5. Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais	118 992	104 365	154 859	0	-35 867	77%	118 992	100%
6. Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1) + (2) + (3) - (5)	13 154 972	12 938 412	12 645 099	13 476 467	509 873	104%	-321 495	98%
7. Volume de Negócios (VN)	18 081 024	17 700 243	16 123 418	15 007 638	1 957 606	112%	3 073 386	120%
Subsídios à exploração	1 500 000	0	0	0	1 500 000	100%	1 500 000	100%
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	0%	0	0%
8. Perda de receita decorrente da pandemia por Covid-19	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
9. Volume de Negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7)+(8)	18 081 024	17 700 243	16 123 418	15 007 638	1 957 606	112,14%	3 073 386	120,48%
10. Peso dos Gastos / VN = (6)/(9)	72,76%	73,10%	78,43%	89,80%	0	92,77%	0	81,02%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	13 703	23 632	14 625	14 483	-922	94%	-780	95%
(ii) Gastos com Ajudas de Custo (G c/Pessoal)	430	4 364	1 338	1 737	-908	32%	-1 307	25%
(iii) Gastos associados à frota automóvel	437 240	531 472	431 353	491 096	5 887	101%	-53 856	89%
11. Total = (i) + (ii) + (iii)	451 373	559 468	447 316	507 316	4 057	101%	-55 943	89%
12. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	44 012	7 536	3 474	7 975	40 538	1267%	36 037	552%
Número total de RH (OS + CD + Trabalhadores)	156	171	135	140	21	116%	16	111%
N.º Órgãos Sociais (OS)	9	9	9	9	0	100%	0	100%
N.º Cargos de Direção (CD)	6	6	5	6	1	120%	0	100%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	141	156	121	125	20	117%	16	113%
N.º Trabalhadores/N.º CD	24	26	24	21	-1	97%	3	113%
N.º Viaturas	68	68	58	58	10	117%	10	117%

14 Contratação de estudos, pareceres e consultadoria (n.º 7 do artigo 49.º do DLEO 2019)

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1. Cada empresa deverá assegurar que não tem capacidade interna, através de recursos próprios, para satisfazer as necessidades aquisitivas em apreço;
2. Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP SGPS que por sua vez promove a auscultação interna a todas as empresas do Grupo AdP, no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa que se encontre em relação de grupo, fixando um prazo de resposta e disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte de todos os intervenientes;
3. Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP:
 - a. Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º 2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.
 - b. Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º 2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para enviar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

15 Princípio de Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 172.º da LOE 2021 e artigo 115.º do DLEO 2019).

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- i. acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- ii. encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- iii. em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- iv. Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.
- v. Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2020-2021, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através dos seguintes despachos do IGCP:

- a) Despacho SGC nº 126, de 15 de dezembro de 2020, para os seguintes serviços:
- i. Valores inerentes às operações de financiamento realizadas;
 - ii. Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
 - iii. Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
 - iv. Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
 - v. Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição.
- b) Despacho SGC nº 223, de 29 de novembro de 2021, para os seguintes serviços:
- i. Valores arrecadados pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP

De acordo com o solicitado, junto se identificam as disponibilidades e aplicações que a AgdA mantém junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E, bem como junto da Banca Comercial:

PRINCÍPIO DA UNIDADE DA TESOURARIA DO ESTADO

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	1 952 247	2 170 084	1 162 023	1 051 631
Aplicações financeiras	0	0	0	0
Total	1 952 247	2 170 084	1 162 023	1 051 631
Banca Comercial	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Caixa Geral de Depósitos	-1 801 201	39 649	452 022	220 167
Caixa Crédito Agrícola	9 785	9 761	9 746	9 730
Novo Banco	5 708	7 871	14 995	7 138
Banco Português do Investimento (BPI)	1 384	1 347	1 311	1 248
Santander Totta	4 095	3 710	3 325	2 940
Millennium BCP	11 551	8 671	-1 858 573	4 019
Bankinter	4 253	4 169	4 169	4 169
Total	-1 764 424	75 178	-1 373 005	249 412
Juros Auferidos	0	0	0	0

- 16 Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado.

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

- 17 Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Em cumprimento do previsto no determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto a AgdA dispõe de um plano para a igualdade para 2021 comunicado às Comissões competentes e disponibilizado no site da empresa, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

- 18 Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos.

A referida informação encontra-se disponível no presente relatório, concretamente no capítulo 4 - Sustentabilidade do Relatório de Gestão.

19 Informação a constar do site da AgdA a 31 de dezembro de 2021

INFORMAÇÃO A CONSTAR DO SITE DA EMPRESA

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos	x			
Caracterização da Empresa	x			
Função de tutela e acionista	x			
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais				
Identificação dos órgãos sociais	x			
Estatuto Remuneratório Fixado	x			
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	x			
Identificação das funções e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração	x			
Apresentação das Sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	x			
Esforço Financeiro Público	x			
Ficha Síntese	x			
Informação Financeira histórica e atual	x			
Princípios de Bom Governo				
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	x			
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			
Outras Transações			x	
Análise da Sustentabilidade da empresa nos domínios:				
Económico		x		(1)
Social		x		(1)
Ambiental		x		(1)
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	x			
Código de Ética	x			

Legenda:

S – Sim; N – Não; N.A. – Não Aplicável

(1) A informação será divulgada em 2022 com o cálculo dos dados referentes ao ano de 2021

[Handwritten signatures and initials]

■ Síntese do Cumprimento das Obrigações Legais (Em desenvolvimento)

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. deu cumprimento às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão	x			2,3	Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Metas a atingir constantes do PAO2021	x				Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Investimento		x		-46%	Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Nível de endividamento	x			-1,94%	Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Gestão do Risco Financeiro	x			1,30%	Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Limites de Crescimento do Endividamento	x			-1,94%	Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Evolução do PMP a fornecedores	x			-2	Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			x		Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Recomendações do acionista na aprovação de contas			x		Não existiram recomendações
Reservas Emitidas na última CLC			x		Não existiram reservas
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	x			0,00 €	Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	x			-5 833,50 €	Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)	x			0,00 €	Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2019 (se aplicável)			x		Não existe auditor externo contratado
EGP - artigo 32º e 33º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	x				Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x				Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x				Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x				Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSP e artigo 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x				Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	x				Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	x				Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	x				Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			1 Contratos	Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x				Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	x			-5,67%	Redução em 5,67% do peso nos gastos Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Contratação de estudos, pareceres, projectos e consultoria	x				Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	x			1 051 631,04 €	Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	x			249 411,60 €	Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	x			0,00 €	A AgdA não auferiu quaisquer juros por incumprimento da UTE
Auditorias do Tribunal de Contas			x		Não existiram auditorias do TC
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	x				Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Apresentação da demonstração não financeira	x				Ponto B4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

São de aumento do nível de incerteza, os tempos que atravessamos e que continuamos a perspetivar. A crise pandémica atinge um novo pico, conformando o nosso modo de vida e acentuando tensões e sequelas na saúde mental da população. Alastram as consequências dos eventos climáticos que têm assolado o nosso território, com expressiva redução dos escoamentos e consequente redução das disponibilidades hídricas.

Torna-se, por conseguinte, mais evidente a importância do ritmo de implementação do conjunto de iniciativas que integram a nossa agenda de gestão, em paralelo com a prestação dos serviços essenciais.

O robustecimento e desenvolvimento da organização, a implementação das intervenções que constam da 3.ª fase do plano inicial de investimentos em infraestruturas em paralelo com outras iniciativas visando o aumento da resiliência dos sistemas, o reforço da plataforma digital com segurança e a aposta em importantes iniciativas associadas ao nosso compromisso de descarbonização e economia circular, constituem os eixos a partir iremos dar continuidade à implementação de um vasto e importante conjunto de iniciativas, onde se inclui com toda a naturalidade a revisitação da nossa missão e visão, mas também a preparação do plano estratégico de sistemas de informação, iniciativas de alinhamento, no primeiro caso de todas as partes interessadas em torno da diversidade de dimensões onde pretendemos tornar evidente a nossa atuação, e no segundo caso, com os importantes desenvolvimentos que assistimos ao nível do nosso modelo de negócio.

As iniciativas destinadas a promover a concretização das intervenções que integram a 3.ª fase do plano inicial de investimentos em infraestruturas continuarão a constituir prioridade. O lançamento do último pacote de estudos e projetos e as expectativas do arranque das empreitadas relativas a novas e importantes reabilitações nos SAR de Cuba, Ermidas do Sado, Ciborro e Santiago do Escoural, ou a reabilitação da ETA do Alvito, que se encontram na linha da frente para reforçar a carteira de obras em curso. Também a conclusão do estudo do reforço do abastecimento de água à zona costeira de Grândola, Santiago do Cacém, Sines, Alcácer do Sal e Zona Norte de Odemira (Ribeira da Azenha e Vila Nova de Milfontes) em paralelo com o estudo hidrogeológico para estes concelhos, constituirão peças essenciais para a estratégia de desenvolvimento das intervenções nesta parte do território, enquanto que nos concelhos a norte a disponibilidade de parte dos estudos remete para a finalização de conversações, a consolidação da estratégia de desenvolvimento que tem vindo a ser discutida tendo em vista a conclusão dos respetivos projetos.

Em paralelo iremos acompanhar com expectativa a materialização do Portugal 2030, que concretiza o Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia para aplicação da programação de fundos europeus da política de coesão relativamente ao período 2021-2027 e de onde depende parte da execução das intervenções em infraestruturas planeadas.

É também na finalização e concretização das conversações relativas à revisão quinquenal dos termos da parceria que também se depositam expectativas, que permitam formalizar um conjunto importante e vasto de desenvolvimentos que têm vindo a ser conversados, assim como integrados os esforços acrescidos em termos de intervenções em infraestruturas e os desenvolvimentos previstos para o quinquénio em curso.

Num período complexo e de importantes desenvolvimentos para a nossa atividade, onde a importância dos serviços essenciais e de infraestruturas críticas assume uma maior centralidade, partimos com expectativas de concretização de uma justa valorização remuneratória para os nossos trabalhadores, que permita inverter uma erosão de mais de uma década que se tem traduzido numa perda de competitividade na nossa capacidade de atração e retenção de quadros e crescente mal-estar. Trata-se também de um passo indispensável para consolidar os esforços de robustecimento e desenvolvimento organizacional que temos vindo a implementar, bem como de elevação sustentada do nosso desempenho.

É ainda com um sentido de confiança na evolução da pandemia que iremos recuperar a dinamização de iniciativas com as comunidades, desde a sensibilização e comunicação, mas também em novas estratégias de mobilização e cooperação em que também apostamos para a elevação do desempenho ambiental no nosso território.

É também na persecução da nossa aposta num trabalho de proximidade que continuaremos a olhar para as oportunidades de cooperação entre setores, apostando na identificação de potenciais sinergias e pontos de interesse em iniciativas como a agenda de neutralidade energética e valorização orgânica de lamas, com particular aposta para 2022 no estreitar dos laços com o setor de gestão de resíduos.

Num momento em continuamos a apostar em novas parcerias e no alargamento das existentes, não deixaremos de continuar a diligenciar na resolução do único processo de contencioso existente em termos de uma justa repartição dos encargos em empreendimentos equiparados de fins múltiplos, mas também da operacionalização do respetivo regime.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2021, entende o Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- i. O **Acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.**, em representação do Estado Português;
- ii. O **Acionista AMGAP**, em representação dos 20 Municípios;
- iii. A **Comissão da Parceria** na sua qualidade de entidade de supervisão da Parceria;
- iv. Os **Organismos e Serviços Públicos**, nomeadamente à Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, à Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e Agência Portuguesa do Ambiente;
- v. Ao **Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos** (POSEUR);
- vi. Os **Fornecedores**, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- vii. Os **Clientes**, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- viii. O **Fiscal Único**, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;
- ix. Os **Membros da Mesa da Assembleia-Geral**;
- x. Os **Nossos Trabalhadores** pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o nosso desempenho não poderia ter sido o que foi.



7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2021, no valor positivo de 622 714,28 euros (seiscentos e vinte e dois mil, setecentos e catorze euros, e vinte e oito cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- i. 31 135,71 euros (trinta e um mil, cento e trinta e cinco mil e setenta e um cêntimos) do resultado líquido de 2021 para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais;
- ii. 591 578,57 euros (quinhentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e oito euros e cinquenta e sete cêntimos) do resultado líquido de 2021, para distribuição de dividendos aos acionistas de acordo com a data de realização de capital.

8. ANEXO AO RELATÓRIO

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447.º e do n.º 4 do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. era, em 31 de dezembro de 2021, integralmente detido pelos acionistas que constam do Quadro seguinte.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2021:

- i. A sociedade não tem ações próprias;
- ii. Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- iii. A sociedade não tem qualquer sucursal.

1. Informação a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Nada a referir.

2. Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Na data do encerramento do exercício os acionistas que detinham uma participação igual ou superior a 10% do Capital Social, são os seguintes:

ESTRUTURA ACIONISTA				
ACCIONISTA	%	N.º Ações Classe A	Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
AdP, Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	923 406	4 617 030	4 617 030
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública no Alentejo	49%	887 194	4 435 970	4 435 970
TOTAL	100%	1 810 600	9 053 000	9 053 000

9. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2021.

Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

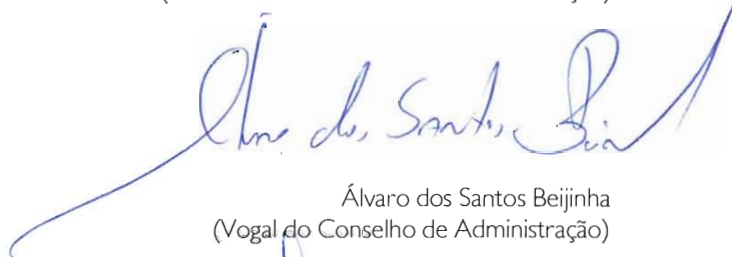
Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Beja, 8 de março de 2022



Francisco José Pinto Silva Narciso
(Presidente do Conselho de Administração)



Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)



Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

C – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2021

I. CONTAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	5	158 144 807	144 478 082
Ativos sob direito de uso	6	222 368	443 349
Investimentos financeiros	7	15 956	11 890
Impostos diferidos ativos	30	3 886 415	3 133 389
Desvio de Recuperação de Custos - Déficit Tarifário	8	0	661 524
Total dos ativos não correntes		162 269 547	148 728 235
Ativos correntes			
Inventários	10	119 049	138 485
Clientes	9	6 045 464	5 567 814
Estado e outros entes públicos	11	428 715	585 721
Imposto sobre o rendimento do exercício	30	9 410	9 410
Outros ativos correntes	12	5 918 966	4 779 758
Caixa e seus equivalentes	13	1 268 785	1 197 231
Total dos ativos correntes		13 790 390	12 278 419
Total do ativo		176 059 937	161 006 654
Capital próprio			
Capital social	14	9 053 000	9 053 000
Reservas e outros ajustamentos	14	110 931	82 900
Resultados transitados	14	988 518	455 912
Resultado líquido do período	14	622 714	560 638
Total do capital próprio		10 775 163	10 152 449
Passivos não correntes			
Empréstimos	17	55 300 000	48 181 545
Passivo da locação	6	55 014	206 538
Fornecedores e outras contas a pagar	18	2 024 365	0
Impostos diferidos passivos	30	2 869 826	2 510 989
Acréscimos de gastos de investimento contratual	15	6 519 518	5 796 774
Subsídios ao investimento	16	88 268 982	78 221 467
Desvio de Recuperação de Custos - Superavit	8	62 931	0
Total dos passivos não correntes		155 100 638	134 917 313
Passivos correntes			
Empréstimos	17	611 133	5 454 545
Passivo da locação	6	151 431	219 675
Fornecedores e outros passivos correntes	18	8 209 870	9 275 816
Imposto sobre o rendimento do exercício	30	276 327	130 583
Estado e outros entes públicos	11	935 375	856 273
Total dos passivos correntes		10 184 135	15 936 892
Total do passivo		165 284 772	150 854 205
Total do passivo e do capital próprio		176 059 937	161 006 654

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Vendas	20	12 590 534	11 617 170
Prestações de serviços	20	5 490 490	4 506 248
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	20	12 721 967	18 491 773
Desvio de Recuperação de Gastos	20	(724 456)	(418 310)
Gasto das vendas/variação dos inventários	21	(1 067 324)	(1 097 598)
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21	(12 721 967)	(18 491 773)
Fornecimentos e serviços externos	22	(8 952 930)	(8 740 426)
Gastos com pessoal	23	(3 253 710)	(2 961 934)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	24	(7 812 985)	(5 136 460)
Subsídios ao investimento	25	3 575 498	3 329 137
Outros gastos e perdas operacionais	26	(193 296)	(148 768)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	27	1 737 443	377 479
Resultados operacionais		1 389 264	1 326 537
Gastos financeiros	28	(754 272)	(688 014)
Rendimentos financeiros	29	198 748	62 478
Resultados financeiros		(555 523)	(625 537)
Resultados antes de impostos		833 740	701 000
Imposto do exercício	30	(605 215)	(140 392)
Imposto diferido	30	394 189	29
Resultado Líquido do exercício	14 e 35	622 714	560 638
Resultado por ação (básico e diluído)	14	0,34	0,31

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2020	9 053 000	82 900	455 912	560 638	10 152 449
Realização de Capital	0	0	0	0	0
Aplicação do res. líquido do exercício	0	28 032	532 606	(560 638)	0
Distribuição de Dividendos	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	0	0	0	622 714	622 714
Saldo a 31 de dezembro de 2021	9 053 000	110 931	988 518	622 714	10 775 163

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	19 355 501	23 087 390
Pagamentos a fornecedores	(12 132 653)	(12 524 518)
Pagamentos ao pessoal	(3 596 291)	(3 222 741)
Fluxo Gerado pelas operações	3 626 558	7 340 131
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	(481 285)	(36 753)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional	3 275 522	1 067 090
Pagamentos de Outros Impostos	(1 12 324)	(98 459)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	6 308 471	8 272 009
Atividades de investimento		
Subsídios de investimento	8 809 304	12 520 928
Outros ativos intangíveis	2 777 567	(2 550 258)
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso	(18 902 918)	(16 315 806)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(7 316 046)	(6 345 136)
Atividades de financiamento		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	1 211 500
Financiamentos obtidos	8 273 000	22 516 133
Pagamento de financiamentos obtidos	(6 154 546)	(23 970 678)
Contrato de locação financeira	(219 768)	(168 779)
juros e gastos similares	(819 557)	(1 145 075)
Dividendos	0	(334 594)
Resultado do Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1 079 129	(1 891 493)
Resumo de Fluxos por Atividade		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	6 308 471	8 272 009
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(7 316 046)	(6 345 136)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	1 079 129	(1 891 493)
Variações de caixa e seus equivalentes	71 554	35 380
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 197 231	1 161 851
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 268 785	1 197 231

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



2. NOTAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1. Informação geral

Nota 1.1. Identificação da Empresa

A AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. (adiante designada também por AgdA) foi constituída em 25 de setembro de 2009, tendo a sua sede social na Rua Doutor Aresta Branco, n.º 51, Beja. A AgdA, tem como atividade principal a conceção, construção, exploração e gestão do sistema de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais designado por Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

Nota 1.2. Atividade económica

A AgdA tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos "a exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAAgentejo, em regime de parceria pública, nos termos do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, integrando como utilizadores originários os referidos Municípios". Tendo por base um Contrato de Gestão celebrado entre os Parceiros Estado Português - Municípios e a AgdA em 25 de setembro de 2009, foi atribuída à Sociedade, em regime de exclusividade, a gestão da exploração, incluindo igualmente a conceção e construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do SPPIAAgentejo, pelo prazo de 50 anos.

Com o Aditamento ao Contrato de Parceria e de Gestão, assinado em 22 de dezembro de 2015 entre o Estado, a AgdA e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, foi mantido o âmbito da atividade prestada bem como o prazo da Parceria, tendo o âmbito geográfico da Parceria deixado de incluir o Concelho de Ferreira do Alentejo.

Nota 1.2.1 Atividade Regulada

As entidades gestoras de Sistemas Multimunicipais e Parcerias desenvolvem a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual.

As empresas gestoras de Parcerias estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

Os contratos de parceria assinados entre o Estado e as autarquias servidas caracterizam-se por níveis elevados de investimentos a efetuar pelas entidades gestoras das parcerias. O financiamento é obtido através de fundos comunitários, empréstimos bancários, capitais próprios e pelos meios gerados pela atividade, sendo também acionistas os municípios a quem são prestados os serviços. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada pela comissão de parceria.

ATIVIDADE					
Tipo de Serviço	Tipo de Atividade	Prazo	Período	Remuneração Acionista	
				Taxa	Incidência
Abastecimento de Água	Parceria	50	2009 - 2059	OT (*) 10 Anos + 3%	Capital Social
				OT (*) 10 Anos	Reservas
Saneamento	Parceria	50	2009 - 2059	OT (*) 10 Anos + 3%	Capital Social
				OT (*) 10 Anos	Reserva

(*) O cálculo da OT corresponde à média dados valores anuais dos últimos quinze anos da taxa de Obrigações do Tesouro Português a 10 anos após exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas. Uma vez que em 2021 não ocorreu nenhum fator que tivesse reduzido o risco do capital social investido, foi mantido neste exercício o prémio de risco de 2018, ou seja, 3 pontos percentuais.

Nota 1.3. Organização

São acionistas da AgdA, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A (51% do Capital social) e a AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública no Alentejo (49% do capital social).

Nota 1.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações Financeiras da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião do dia 8 de março de 2022. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. É expectativa do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras serão aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

Nota 2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

Nota 2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário

As demonstrações financeiras da AgdA foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos instrumentos financeiros derivados, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

Nota 2.2. Data de referência das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa da AgdA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (e comparativos 31 de dezembro de 2020).

Nota 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da AgdA e respetivas notas são apresentadas em euros.

Nota 2.4. Direito de Utilização de Infraestruturas (DUI)

Nota 2.4.1. Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia do contrato da AgdA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AgdA como entidade gestora do Sistema Público de Parceria de Águas do Alentejo (SPPIAAAlentejo) classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas do SPPIAALENTEJO (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica do SPPIAALENTEJO, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Nota 2.4.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da parceria (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da parceria, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Nota 2.4.3. Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações na entidade gestora dos serviços de água e saneamento são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais fornecidos e tratados nesse exercício e os caudais fornecidos e tratados previstos até ao final da parceria previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de gestão.

INVESTIMENTO CONTRATUAL					
Tipo de Serviço	Total de Investimento do Contrato de Gestão	Número de anos do Contrato de Gestão	Total de Caudais de 2021	Total de Caudais Remanescente previsto em Contrato de Gestão	Taxa Média de amortização do ano 2021
Abastecimento de Água	154 397 518	50	20 070 084	669 793 909	2,9965%
Saneamento	98 144 051	50	7 926 932	301 251 280	2,6313%
	252 541 569	50	27 997 016	971 045 189	

Nota 2.4.4. Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de parceria e de gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de parceria. No caso da AgdA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de parceria com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de parceria o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente) em acréscimos de gastos do investimento contratual, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

Nota 2.4.5. Desvio de Recuperação de Gastos

Em termos contratuais, a AgdA remunera o capital investido pelo acionista, conforme definido no contrato de gestão, onde se estabelece os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio de recuperação de gastos, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio de recuperação de gastos pode assumir duas naturezas:

- a) deficit, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;
- b) superavit, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.

Nota 2.4.6. Rédito – Serviços de Construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão (contrato de gestão no caso da AgdA), a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado aos Parceiros, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12, é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

Nota 2.5. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 - vida útil e imparidade de ativos intangíveis;
- Nota 6.2 - vida útil de Locações;
- Nota 8.2 - estimativas do desvio de recuperação de gastos;
- Nota 9.2 – imparidade de ativos financeiros;
- Nota 30.1 – estimativas para impostos e impostos diferidos.

Nota 2.6. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Nota 3 Novas normas e alteração de políticas

Nota 3.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentada nos comparativos.

Nota 3.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações	1 de junho de 2020
IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021
IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro de referência ("IBOR"), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	1 de janeiro de 2021

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AgdA.

Nota 3.3. Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2022 e que a AgdA não adotou antecipadamente são as seguintes:

JÁ ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA		
Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações.	1 de janeiro de 2023
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de "liquidação" de um passivo	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas materiais, em detrimento de políticas contabilísticas significativas	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 – Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AgdA após 1 de janeiro de 2022

Nota 4. Políticas de gestão do risco financeiro

Nota 4.1. Fatores de risco

As atividades da AgdA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. A AgdA desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AgdA. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais da AgdA. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Nota 4.2. Risco de mercado

Nota 4.2.1. Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AgdA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AgdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AgdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AgdA.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO

	31.12.2021	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros Suportados	705 347	1 255 511	155 183
Total	705 347	1 255 511	155 183

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

Nota 4.2.2. Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da AgdA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 33,05% do total de fornecimentos e serviços externos. A AgdA através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Nota 4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AgdA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AgdA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

RISCO DE LIQUIDEZ

Financiador	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Ativo				
Clientes e outros ativos	11 964 430	0	0	11 964 430
Disponibilidades	1 268 785	0	0	1 268 785
Total	13 233 215	0	0	13 233 215

RISCO DE LIQUIDEZ				
Financiador	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivo				
Financiamentos	611 133	35 908 504	19 391 495	55 911 133
Fornecedores e outros Passivos	8 209 870	2 024 365	0	10 234 235
Passivos de Locação	151 431	55 014	0	206 445
Total	8 972 433	37 987 884	19 391 495	66 351 813
Valor Líquido	4 260 781	(37 987 884)	(19 391 495)	(53 118 598)

A AgdA, enquanto participada do Grupo AdP, não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AgdA entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata.

O quadro abaixo corresponde às Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas.

RISCO DE LIQUIDEZ				
Financiador	Tipo	Plafond	Utilizado	Disponível 31.12.2021
Caixa Geral de Depósitos	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Millennium BCP	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	35 000 000	32 800 000	2 200 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	2 954 545	2 954 545	0
BEI V	Financiamento MLP	20 000 000	20 000 000	0
Total		61 954 545	55 754 545	6 200 000

O objetivo da AgdA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da AgdA, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

RISCO DE CAPITAL		
	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos não correntes	(55 300 000)	(48 181 545)
Empréstimos correntes	(611 133)	(5 454 545)
Disponibilidades	1 268 785	1 197 231
Dívida	(54 642 348)	(52 438 860)
Subsídios ao investimento	88 244 276	78 221 467
Total do capital próprio	10 775 163	10 152 449
Capital	153 661 788	140 812 776
Dívida/total do capital	36%	37%

O modelo de financiamento da AgdA assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no financiamento acionista e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Nota 4.4. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AgdA. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Nota 4.4.1. Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de dívidas de clientes permanece com valores significativos (ver nota 9 - clientes). As perdas por imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AgdA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade (exceto em situações muito específicas). Na nota 9 encontra-se detalhada a dívida vencida por entidade.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Nota 4.4.2. Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2021, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS		
Ativos financeiros bancários	31.12.2021	31.12.2020
Novo Banco	7 138	13 538
Santander Totta	2 940	4 480
Caixa Geral de Depósitos	457 146	129 611
Caixa de Crédito Agrícola	9 730	9 800
Banco Português do Investimento	1 248	1 544
Millennium BCP	4 019	16 389
Bankinter	4 169	4 454
Instituto de Gestão do Crédito Público	778 144	1 012 415
Depósitos à Ordem	1 264 535	1 192 231

RATING'S		
Ratings	Moody's Longo prazo Ano 2021	Moody's Longo prazo Ano 2020
Novo Banco	B1	B2
Banco Santander Totta	A2	A2
Caixa Geral de Depósitos	Baa2	Ba1
Caixa de Crédito Agrícola	Baa2	não disponível
Banco Português do Investimento	Baa1	Baa1
Millennium BCP	Baa3	Baa3
Banco Bankinter	Baa1	Baa1
Instituto de Gestão do Crédito Público	Baa2	Baa3

Rating (Moody's) - Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em 18 de janeiro de 2022

Nota 4.5. Risco de exploração

Nota 4.5. 1. Risco de catástrofe

A AgdA está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AgdA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

Nota 4.5.2. Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

Nota 5. Ativos intangíveis

Nota 5.1. Políticas contabilísticas

Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.4.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

Imparidade

Os ativos são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de concessão e de parceria, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexo ao contrato de parceria que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a AgdA efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Nota 5.2. Estimativas e Julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com o respetivo contrato de gestão. No fim da parceria o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. (ver nota 2.4).

Na determinação do investimento contratual a AgdA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de parceria e EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) em vigor, os quais estão em fase de revisão quinquenal, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Nota 5.3. Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

ACTIVOS INTANGÍVEIS		
	31.12.2021	31.12.2020
Despesas de desenvolvimento	417 578	429 142
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	157 727 229	144 048 940
Total	158 144 808	144 478 082

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

MOVIMENTO DO PERÍODO DO ATIVO				
Valor Bruto	31.12.2020	Aumentos	Reclassificações	31.12.2021
Despesas de desenvolvimento	567 482	0	0	567 482
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	167 591 100	20 539 866	0	188 130 966
Total Bruto	168 158 582	20 539 866	0	188 698 448
Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos	Reclassificações	31.12.2021
Despesas de desenvolvimento	(138 340)	(11 564)	0	(149 904)
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	(23 542 160)	(4 740 124)	(2 121 453)	(30 403 737)
Total de Amortizações	(23 680 500)	(4 751 687)	(2 121 453)	(30 553 640)
Total Líquido	144 478 082	15 788 178	(2 121 453)	158 144 808

DUI - MOVIMENTO DO PERÍODO

Valor Bruto	31.12.2020	Aumentos	Reclassificações	31.12.2021
Terrenos	1 375 442	0	494 932	1 870 374
Edifícios e outras construções	115 255 766	7 898 016	15 835 023	138 988 805
Equipamento básico	24 312 751	361 412	1 023 026	25 697 189
Equipamento de transporte	5 441	0	0	5 441
Equipamento administrativo	373 382	107 027	0	480 409
Outros	409 015	0	0	409 015
Investimento em Curso	25 859 304	12 173 411	(17 352 981)	20 679 734
Total do Ativo DUI Bruto	167 591 100	20 539 866	0	188 130 966
Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos	Reclassificações	31.12.2021
Terrenos	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	(13 294 438)	(3 598 136)	0	(16 892 574)
Equipamento básico	(4 847 660)	(918 840)	0	(5 766 499)
Equipamento de transporte	(5 441)	0	0	(5 441)
Equipamento administrativo	(339 398)	(34 519)	0	(373 917)
Outros	(377 443)	(11 219)	0	(388 662)
Amortizações Investimento Realizado	(4 677 780)	(177 410)	(2 121 453)	(6 976 644)
Total de Amortizações DUI	(23 542 160)	(4 740 124)	(2 121 453)	(30 403 737)
Total do Ativo DUI Líquido	144 048 940	15 799 742	(2 121 453)	157 727 229

O valor registado em Reclassificações, no montante de 17,353 milhões de euros, corresponde aos investimentos concluídos em 2021, dos quais 15,743 milhões de euros correspondem a infraestruturas de abastecimento de água e 1,610 milhões de euros correspondem a infraestruturas de saneamento água.

Importa destacar que a AgdA encontra-se em fase de execução do plano de investimentos previsto em contrato de gestão tendo realizado em 2021 o valor de 12,173 milhões de euros (com capitalização de encargos incluída). Podemos destacar as obras de construção do sistema do Monte da Rocha – adução a Mértola Sudoeste (Eixo Central e Eixo Secundários); adução à Zona Mértola Noroeste e ETAR e SI de Comporta. Referir ainda que, pese embora o valor de execução tenha sido baixo, no último trimestre de 2021 teve início a empreitada de remodelação e ampliação da ETA do Enxoé cujo valor contratual ascende a 7,498 milhões de euros.

Tendo ainda em consideração o ano de 2021 representa o primeiro ano do quinquénio, foi registado em ativos o valor da retribuição a pagar aos municípios no quinquénio 2021/2025 pela utilização de infraestruturas municipais, no valor de 3,561 milhões de euros. Pela assinatura do contrato de captação na Barragem do Enxoé e, conforme definido no referido contrato, procedeu-se ainda à integração da barragem, cujo valor ascendeu a 4,257 milhões de euros.

Nota 6. Locações

Nota 6.1. Políticas contabilísticas

As locações nas quais a AgdA é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AgdA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AgdA reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AgdA tem locações enquanto locatário.

Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- i. O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- ii. A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AgdA contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AgdA (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i. Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii. Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("commencement date") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

A) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a AgdA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Equipamento de transporte	1-4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, o Grupo AdP mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela AgdA enquanto locatária

A AgdA utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;







- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AgdA é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

Nota 6.2. Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Nota 6.3 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e o respetivo movimento ocorrido nos exercícios findos naquelas datas é o seguinte:

ATIVOS SOB DIREITO DE USO					
	31.12.2020	Exercício de 2021			31.12.2021
	Valor Líquido	Aumentos	Depreciações	Abates	Valor Líquido
Equipamento de transporte	360 689	9 653	188 759	13 534	168 049
Licenciamento Microsoft	82 660	0	28 341	0	54 319
Total de Ativos sob direito de uso	443 349	9 653	217 100	13 534	222 368

Nota 6.4. Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

PASSIVOS DE LOCAÇÃO		
	31.12.2021	31.12.2020
Locação financeira equipamentos de transporte	55 014	178 177
Locação Financeira Licenças	0	28 361
Total não Correntes	55 014	206 538
Locação financeira equipamentos de transporte	123 070	191 562
Locação Financeira Licenças	28 361	28 112
Total Correntes	151 431	219 674
Total em Passivos de locação	206 445	426 212

Nota 7. Outros ativos financeiros

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS		
	31.12.2021	31.12.2020
Fundo de Compensação do Trabalho	15 956	11 890
Total de Outros Ativos Financeiros	15 956	11 890

Nota 8. Desvios de Recuperação de Gastos

Nota 8.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.4.5.

Nota 8.2. Estimativas e julgamentos

Em termos contratuais, a AgdA remunera o capital investido pelo acionista, conforme definido no contrato de gestão, onde se estabelece os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio de recuperação de gastos, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio de recuperação de gastos pode assumir duas naturezas:

a) deficit, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;

b) superavit, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.

Nota 8.3. Detalhe e movimento

O desvio de recuperação de gastos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem o seguinte detalhe:

DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (BALANÇO)		
	31.12.2021	31.12.2020
Desvios de Recuperação de Gastos Ativos (Deficit)	0	661 524
Desvios de Recuperação de Gastos Passivos (Superavit)	62 931	0
Total Desvios de Recuperação de Gastos	(62 931)	661 524

A AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos custos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios (nota 35), e o valor dos rendimentos efetivos em cada um dos exercícios económicos.

Em 31 de dezembro de 2021 a AgdA apresentou um *superavit* tarifário acumulado na demonstração da posição financeira de 62.931 euros que corresponde ao valor do desvio de recuperação de gastos (superavit tarifário) acumulado entre 2016 e 2018 no montante de 349.000 euros, ao desvio de recuperação de gastos negativo (défice tarifário) de 2019 no montante de 1.428.835 euros, ao desvio de recuperação de gastos (superavit tarifário) verificado em 2020, no valor de 418.310 euros e ao desvio de recuperação de gastos (superavit tarifário) verificado em 2021, no valor de 724.456 euros que será ainda objeto de validação por parte da Comissão de Parceria.

Nota 9. Clientes

Nota 9.1. Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da empresa, a AgdA apenas detém ativos financeiros pelo custo.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, nomeadamente de crédito a clientes.

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o AgdA determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AgdA não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AgdA valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da AgdA apenas são detidos ativos financeiros pelo custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AgdA recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AgdA no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (write-off)

A AgdA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AgdA se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas "Clientes e outros ativos correntes", a AgdA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AgdA não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AgdA decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a

obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:

- o Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
- o O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - o Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - o Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

Nota 9.2. Estimativas e julgamentos

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outras contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AgdA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AgdA.

Conforme já referido, face à tipologia de clientes da AgdA para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas na empresa serem considerados como um gasto aceite no desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da AgdA.

Nota 9.3. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de Clientes é o seguinte:

CLIENTES		
	31.12.2021	31.12.2020
Clientes Não Correntes		
Clientes Municipais	0	0
Total em Clientes Não Correntes	0	0
Clientes Correntes		
Clientes Municipais	5 081 614	4 618 867
Clientes Grupo	0	17 559
Outros Clientes	0	0
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	963 850	931 388
Total em Clientes Correntes	6 045 464	5 567 814
Total em Clientes	6 045 464	5 567 814

A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos corresponde à especialização da venda de água no mês de dezembro no montante de 615 mil euros, à especialização da prestação de serviços de saneamento no valor de 349 mil euros que compreende à tarifa do serviço de saneamento e ao ressarcimento das despesas de saneamento incorridas na AgdA no 4º trimestre de 2021 das ETAR ainda não licenciadas e que irão sofrer intervenções no âmbito do plano de investimentos da AgdA.

De acordo com os procedimentos em vigor na Empresa, a faturação das componentes variáveis de abastecimento de água e de saneamento referente ao mês de dezembro será efetuada no mês de janeiro de 2022 e o ressarcimento dos gastos do 4º trimestre de 2021 das ETAR ainda não licenciadas durante o mês de fevereiro de 2022.

O saldo corrente de Clientes apresenta o seguinte detalhe por vencimento de dívida em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

CLIENTES - TOTAL DA DÍVIDA POR VENCIMENTO					
	Por faturar	Vencido	Não Vencido	Acordo de Pagamento	Total
Clientes	963 850	2 919 182	2 162 432	0	6 045 464
Total em Dívida por Antiguidade	963 850	2 919 182	2 162 432	0	6 045 464

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

CLIENTES – MUNICÍPIOS – TOTAL DA DÍVIDA POR VENCIMENTO							
	mais de 150 dias	60 a 150 dias	Até 60 dias	Total Vencido	Não Vencido	Total	Total Faturado 2021
EMAS	0	601 495	550 874	1 152 370	539 622	1 691 992	3 029 928
Moura	0	11 003	116 881	127 884	233 719	361 604	1 319 752
Grândola	123 068	102 374	67 729	293 171	101 630	394 801	1 338 690
Vidigueira	169 168	18	50 613	219 799	102 654	322 454	569 363
Ourique	17 770	0	2 425	20 196	25 572	45 768	370 995
Aljustrel	(1 103)	173 510	218 206	390 613	195 513	586 126	1 214 021
Serpa	50 189	3 010	273 848	327 047	261 393	588 441	1 527 658
Montemor-o-Novo	0	0	0	0	70 860	70 860	856 153
Castro Verde	0	34 658	121 131	155 789	115 827	271 616	615 548
Odemira	0	0	0	0	151 745	151 746	2 108 456
Viana do Alentejo	47 227	35 542	0	82 769	35 852	118 621	496 210
Vendas Novas	0	0	0	0	(15)	(15)	1 215 026
Santiago do Cacém	0	41 041	0	41 041	124 965	166 005	1 618 841
Alcácer do Sal	0	0	0	0	124 506	124 506	1 434 033
Cuba	0	49 600	75 105	124 705	72 703	197 409	420 473
Arraiolos	0	0	0	0	0	0	510 671
Mértola	(16 202)	0	0	(16 202)	5 886	(10 316)	490 938
Alvito	0	0	0	0	0	0	257 138
Barrancos	0	0	0	0	0	0	161 481
AVT	0	0	0	0	0	0	234 204
Almodôvar	0	0	0	0	0	0	447 518
Total em Dívida por Antiguidade	390 119	1 052 251	1 476 813	2 919 182	2 162 432	5 081 614	20 237 098

Nota 10. Inventários

Nota 10.1. Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

Nota 10.2. Detalhe e movimento

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

INVENTÁRIOS (SALDO ACUMULADO)		
	31.12.2021	31.12.2020
Mercadorias	0	0
Matérias-primas	119 049	138 485
Produtos acabados	0	0
	119 049	138 485

O movimento ocorrido nos inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e o apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS			
	Mercadorias	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Total em Inventários a 31 de dezembro 2020	0	138 485	138 485
Compras	0	1 047 889	1 047 889
Regularização de Inventários	0	0	0
Custo das vendas/variação dos inventários	0	(1 067 324)	(1 067 324)
Total em Inventários a 31 de dezembro 2021	0	119 049	119 049

As matérias-primas registadas em inventários correspondem aos reagentes químicos utilizados no processo de tratamento de águas para abastecimento e de tratamento de águas residuais.

Nota 11. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de Outras contas a receber é como segue:

ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		
	31.12.2021	31.12.2020
IVA a receber	428 715	585 721
EOEP ativos	428 715	585 721
Retenções - IRS	43 722	34 871
Retenções - Segurança social	59 879	46 135
Outras Tributações - Outros	9 025	9 668
Outras Tributações - TRH	822 749	765 599
EOEP passivos	935 375	856 273

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Nota 12. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de Outras contas a receber é como segue:

OUTROS ATIVOS CORRENTES		
	31.12.2021	31.12.2020
Devedores Diversos - POSEUR	1 478 089	1 014 279
Adiantamentos a fornecedores	754 949	796 833
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	1 852 339	1 437 722
Outros devedores	164 623	624
Acréscimos de Rendimentos	1 418 572	1 223 459
Gastos a Reconhecer	250 394	306 842
Total de Outros Ativos Correntes	5 918 966	4 779 758

O valor registado em Devedores Diversos (POSEUR) diz respeito aos pedidos de pagamento para reembolso de despesa de investimento executado e abrangidos pelos contratos de financiamento com o POSEUR.

Relativamente ao valor registado em adiantamentos efetuados a fornecedores, dizem respeito ao adiantamento efetuado à Associação de Regantes do Roxo pela execução dos processos de injeção efetuados pela Autoridade Tributária enquanto órgão executivo. Prevê-se, no entanto, que o adiantamento seja regularizado com a celebração de um acordo entre as entidades, para a comparticipação das despesas de manutenção com a barragem do Roxo, à semelhança do acordo celebrado em 2020 com a Associação de Regantes de Campilhas e Alto Sado.

A rubrica com maior expressão corresponde ao adiantamento a fornecedores de investimento, designadamente ao adiantamento efetuado aos Municípios pela retribuição do património integrado no SPPIAALENTEJO e pelo adiantamento efetuado nas empreitadas de ligação do Roxo ao EFMA e de remodelação e ampliação da ETA do Enxoé.

O valor registado na rubrica de acréscimo de rendimentos respeita essencialmente à especialização dos juros de mora a debitar a clientes pelo atraso de pagamento de faturas conforme disposto no Contrato de Gestão e legislação aplicável, prevendo-se que esta faturação ocorra no primeiro semestre de 2022.

Nota 13. Caixa e seus equivalentes

Nota 13.1. Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Nota 13.2. Detalhe

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

CAIXA E BANCOS		
	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	4 250	5 000
Depósitos à ordem	1 264 535	1 192 231
Depósitos a prazo	0	0
Total em Caixa e Bancos	1 268 785	1 197 231

Nota 14. Capital próprio

Nota 14.1. Políticas contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Nota 14.2. Capital Social

O capital no montante de 9.053.000 euros é constituído por 1.810.600 ações de 5 euros cada e encontra-se integralmente realizado.

CAPITAL SOCIAL					
Entidade	%	Capital subscrito 31.12.2021	Capital realizado 31.12.2021	Capital subscrito 31.12.2020	Capital realizado 31.12.2020
AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	4 617 030	4 617 030	4 617 030	4 617 030
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	4 435 970	4 435 970	4 435 970	4 435 970
Total	100%	9 053 000	9 053 000	9 053 000	9 053 000

Nota 14.3. Variações de Capital

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as variações das rubricas de capital são as seguintes:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO					
	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2020	9 053 000	82 900	455 912	560 638	10 152 449
Realização de Capital	0	0	0	0	0
Aplicação do res. líquido do exercício	0	28 032	532 606	(560 638)	0
Distribuição de Dividendos	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	0	0	0	622 714	622 714
Saldo a 31 de dezembro de 2021	9 053 000	110 931	988 518	622 714	10 775 163

Nota 14.4. Resultado líquido por ação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o resultado líquido por ação é o seguinte:

RESULTADO POR AÇÃO		
	31.12.2021	31.12.2020
Resultado Líquido	622 714	560 638
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	1 810 600	1 810 600
Resultado por Ação	0,34	0,31

Nota 14.5 Reservas e outros ajustamentos

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

RESERVAS		
	31.12.2021	31.12.2020
Reservas-legais	110 931	82 900
Total em Reservas	110 931	82 900

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica Outras reservas, no Capital próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Nota 15. Acréscimo de gastos de investimento contratual

Nota 15.1. Políticas contabilísticas

Esta rubrica respeita aos acréscimos de gastos de investimentos contratuais por realizar. O reconhecimento destes acréscimos de gastos (amortizações) permite uma estabilização da tarifa, balanceando, durante o prazo da parceria, os rendimentos (tarifas) e os gastos (incorridos e a incorrer). Considerou-se em investimento contratual o valor de 252 milhões de euros a que corresponde o investimento total de Abastecimento de Água e de Saneamento previsto em Aditamento ao Contrato de Gestão.

Importa ainda referir que ao contrário do que foi feito no passado, em 2021 a AgdA passou a reconhecer o total do investimento previsto em contrato de gestão uma vez que se entrou no último ciclo de investimentos.

O valor desta rubrica corresponde ao valor das amortizações acumuladas de investimento previsto na parceria ainda não realizado à taxa de amortização calculada em cada ano pelo método da soma das unidades de produção.

Nota 15.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe e movimento do acréscimo de gastos de investimento contratual é como segue:

ACRESCIMO DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL				
	31.12.2020	Aumento	Reclassificações	31.12.2021
Acréscimos de gastos de invest. contratual	5 796 774	2 844 198	(2 121 453)	6 519 519
Total em Acréscimo de Gastos de Inv. Contratual	5 796 774	2 844 198	(2 121 453)	6 519 519

Nota 16. Subsídios ao investimento

Nota 16.1 Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AgdA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Nota 16.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO					
	31.12.2020	Pedidos de Pagamento	Integração	Reconhecimento de Proveitos	31.12.2021
Candidaturas - POVT 141	17 494 055	-	-	522 843	16 971 212
Candidaturas - POVT 140	15 514 158	-	-	409 423	15 104 735
Candidaturas - POEUR-03-2012-FC-000019	2 812 545	(7 033)	-	77 498	2 728 015
Candidaturas - POEUR-03-2012-FC-000020	308 548	(116)	-	8 214	300 218
Candidaturas - POEUR-03-2012-FC-000021	3 121 869	-	-	83 954	3 037 915
Candidaturas - POEUR-03-2012-FC-000022	3 423 539	89 966	-	104 956	3 408 549
Candidaturas - POEUR-03-2012-FC-000024	332 151	5 630	-	8 906	328 875
Candidaturas - POEUR-03-2012-FC-000043	1 365 727	73 017	-	38 833	1 399 911
Candidaturas - POEUR-03-2012-FC-000759	977 822	112 550	-	35 703	1 054 669
Candidaturas - POEUR-03-2012-FC-000760	6 999 775	979 700	-	254 684	7 724 791
Candidaturas - POEUR-03-2012-FC-000761	5 502 106	1 276 845	-	207 864	6 571 087
Candidaturas - POEUR-03-2012-FC-000762	2 938 387	142 675	-	107 505	2 973 557
Candidaturas - POEUR-03-2012-FC-000763	8 693 739	1 764 865	-	410 590	10 048 014
Candidaturas - POEUR-03-2012-FC-000764	11 106 602	4 029 721	-	469 784	14 666 538
Candidaturas - POEUR-03-2012-FC-001429	770 833	864 292	-	44 069	1 591 056
Candidaturas - Outros AA	(2 212 517)	34 150	-	362 945	(2 541 312)
Candidaturas - Outros AR	(927 873)	-	-	301 558	(1 229 431)
Subtotal	78 221 467	9 366 264		3 449 329	84 138 402
Reconhecimento da Integração Barragem do Enxoe	-	-	4 256 750	126 169	4 130 581
Subtotal	-	-	4 256 750	126 169	4 130 581
Total	78 221 467	9 366 264	4 256 750	3 575 498	88 268 982

Em 2021 foi reconhecido em subsídios ao investimento os pedidos de pagamento das despesas efetuadas no âmbito dos contratos de financiamento do POEUR. Pelo direito ao subsídio, a empresa reconhece em rendimentos, a percentagem do subsídio correspondente às unidades produzidas no exercício comparativamente com a soma das unidades de produção previstas até ao final da parceria.

Assim, em 2021 foi reconhecido o direito ao subsídio através de pedidos de pagamento efetuados no montante de 9,366 milhões de euros. Foi ainda reconhecido em rendimento o montante de 3,449 milhões de euros que correspondem à quota-parte do subsídio. Encontra-se por reconhecer em rendimentos relativos a subsídios o montante de 84,138 milhões de euros.

Pela assinatura do contrato de captação na barragem do Enxoé, uma vez que a AgdA é o único utilizador da albufeira, conforme definido no contrato, procedeu-se à integração em ativo do valor estimado pela barragem. Como contrapartida foi constituído um passivo de igual valor que será reconhecido em rendimento na mesma proporção da amortização uma vez que não será feito qualquer pagamento pela respetiva utilização. Desta forma, foi registado em rendimentos a reconhecer o valor de 4,257 milhões de euros e reconhecido um rendimento de 126 mil euros, permanecendo por reconhecer o valor de 4,130 que se equipará ao valor do ativo líquido.

Nota 17. Empréstimos

Nota 17.1. Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos", "Fornecedores e Outros passivos não correntes" e "Fornecedores". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AgdA apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e acionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AgdA liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.



Nota 17.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe dos empréstimos obtidos é o seguinte:

EMPRÉSTIMOS		
	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos bancários BEI	20 000 000	20 000 000
Empréstimos - Empresa-mãe	35 300 000	28 181 545
Empréstimos Não correntes	55 300 000	48 181 545
Empréstimos - Empresa-mãe	454 545	5 454 545
Acréscimos Gastos-Juros Encargos Liquidar	156 587	0
Empréstimos Correntes	611 133	5 454 545
Total de empréstimos	55 911 133	53 636 091

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é o seguinte:

EMPRÉSTIMOS						
Rubrica	31.12.2021			31.12.2020		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	48 181 546	5 454 545	53 636 091	48 636 091	6 454 545	55 090 636
Reclassificação de não corrente para corrente	(454 545)	454 545	0	-454 545	454 545	0
Obtenção de empréstimos	8 273 000	0	8 273 000	20 000 000	2 516 133	22 516 133
Reembolso de capital de empréstimos	(700 001)	(5 454 545)	(6 154 546)	(20 000 000)	(3 970 678)	(23 970 678)
Variação nos descobertos bancários	0	0	0	0	0	0
Variação na especialização de juros nominais	0	156 587	156 587	0	0	0
Saldo final	55 300 000	611 132	55 911 133	48 181 546	5 454 545	53 636 091

Não existiram outras variações nos empréstimos tais como variação de justo valor ou alterações.

Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital dos empréstimos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem o seguinte detalhe:

MATURIDADE DOS EMPRÉSTIMOS		
	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	611 133	5 454 545
De 1 a 2 anos	33 254 545	25 681 545
De 2 a 3 anos	454 545	454 545
De 3 a 4 anos	454 545	454 545
De 4 a 5 anos	1 744 868	1 099 707
Superior a 5 anos	19 391 495	20 491 202
Total	55 911 133	53 636 091

Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os empréstimos apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

EMPRESTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO		
Taxa de juro variável	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 anos	611 133	5 454 545
De 1 a 2 anos	33 254 545	25 681 545
De 2 a 3 anos	454 545	454 545
Superior a 3 anos	1 590 909	2 045 454
Subtotal	35 911 132	33 636 089
Taxa de juro fixa	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 anos	0	0
De 1 a 2 anos	0	0
De 2 a 3 anos	0	0
Superior a 3 anos	20 000 000	20 000 000
Subtotal	20 000 000	20 000 000
Total	55 911 132	53 636 089



Empréstimos contratados e não utilizados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os empréstimos contratados e não utilizados são os seguintes:

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS E NÃO UTILIZADAS		
	31.12.2021	31.12.2020
Expira num ano (taxa variável)	4 000 000	4 000 000
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	2 200 000	0
Total de Linhas de crédito contratadas e não utilizadas	6 200 000	4 000 000

Linhas de crédito contratadas por tipo de aval

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os empréstimos contratados e não utilizados são os seguintes:

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS POR TIPO DE AVAL			
Entidade	Tipo de Financiamento	Valor	Garantia/Aval
Caixa Geral de Depósitos	Descoberto Bancários	2 000 000	Aval AdP
Millennium BCP	Descoberto Bancários	2 000 000	Aval AdP
BEI	Financiamento MLP	20 000 000	Aval AdP
Total de linhas de crédito contratadas por tipo de Aval		24 000 000	

Decorrente do Decreto-Lei n.º 133/2013, a AgdA tem vindo a financiar-se essencialmente com suprimentos da AdP SGPS e com linhas de financiamento de curto prazo igualmente contratadas com a AdP SGPS. Consciente de que o endividamento foi contraído para suprir necessidades de tesouraria da atividade de investimento, cuja recuperação económica será através da tarifa, o contrato de suprimentos celebrado com a AdP SGPS é amortizável em Médio e Longo Prazo permitindo desta forma criar um equilíbrio financeiro entre o passivo e o ativo de curto prazo.

Referir ainda que são mantidas algumas linhas contratadas, nomeadamente com a Caixa Geral de Depósitos e Banco Comercial Português que, apesar de não se encontrarem utilizados a 31 de dezembro de 2021, permitem uma gestão corrente da empresa. De referir ainda que a AgdA minimiza as disponibilidades financeiras com a amortizações das contas correntes de curto prazo.

Nota 18. Fornecedores e outras contas a pagar

Nota 18.1 Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a AgdA adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Nota 18.2. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de fornecedores e outras contas a pagar é o seguinte:

FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR		
	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de investimentos (Retribuição Património)	2 024 365	0
Total em Fornecedores e outras contas a pagar Não Correntes	2 024 365	0
Fornecedores gerais	1 296 108	1 152 806
Fornecedores empresas do Grupo	466 205	110 014
Fornecedores faturas em receção e conferência	1 090 162	520 651
Fornecedores de investimentos	2 153 911	3 006 997
Acréscimos Gastos-Férias e Subs. de Férias (ano n+1)	368 684	329 988
Pessoal - Out Oper.d/Pessoal-Desc.Judiciais	457	195
Sindicatos	167	187
Credores Acréscimos Gastos-Seguros	18 351	20 873
Acréscimos Gastos-Eletricidade	228 281	244 559
Acréscimos Gastos-Outros	2 523 429	2 947 651
Acréscimos Gastos-Juros Encargos Liquidar	0	116 165
Cauções Fornecedores	0	794 444
Outras Regularizações - Locação	-19 842	31 286
Outros Credores Diversos	80 118	0
Outros Diferimentos	3 839	0
Total em Fornecedores e outras contas a pagar Correntes	8 209 870	9 275 816
Total em Fornecedores e outras contas a pagar	10 234 235	9 275 816

A rubrica de outros passivos correntes diz respeito ao reconhecimento de gastos incorridos com a atividade até 31.12.2021 que ainda não foram faturados pelas respetivas entidades, prevendo-se que venha a ocorrer durante 2022. Neste contexto,

assume maior expressão de necessidade de detalhe o valor registado em Credores Acréscimos Gastos-Outros que diz respeito à comparticipação nos encargos com a manutenção e operação da albufeira do Roxo, aos serviços partilhados e não faturados pela AdP SGPS, AdP, Valor, Águas do Algarve e Águas de Santo André, o encargo previsto suportar com a renda dos furos da Bica Fria entre 2010 e 2016 e ainda em outros, respetivamente nos com os seguintes montantes: 1,399 M€, 0,649 M€, 0,203 M€ e 0,272M€

Nota 19. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA						
Rubrica	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos / Passivos financeiros ao justo valor	Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2021	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos / Passivos financeiros ao justo valor	Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2020
Clientes Correntes	6 045 464	0	6 045 464	5 567 814	0	5 567 814
Outros ativos correntes	5 918 966	0	5 918 966	4 779 758	0	4 779 758
Caixa e seus equivalentes	1 268 785	0	1 268 785	1 197 231	0	1 197 231
Total do ativo	13 233 215	0	13 233 215	11 544 803	0	11 544 803
Empréstimos Não Correntes	55 300 000	0	55 300 000	48 181 545	0	48 181 545
Empréstimos correntes	611 133	0	611 133	5 454 545	0	5 454 545
Fornecedores	8 209 870	0	8 209 870	9 275 816	0	9 275 816
Total do passivo	64 121 002	0	64 121 002	62 911 907	0	62 911 907

Nota 20. Rédito de contratos com clientes

Nota 20.1. Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AgdA. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AgdA avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AgdA, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Prestação de serviços

O rédito é reconhecido com base nos volumes recolhidos e a população e alojamentos potencialmente servidos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre cada componente da tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados e a população e alojamentos potencialmente servidos.

Venda de bens

O rédito é reconhecido com base nos volumes fornecidos e a população e alojamentos potencialmente servidos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre cada componente da tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados e a população e alojamentos potencialmente servidos.

Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.6.

Desvios de recuperação de gastos

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.5.

Nota 20.2. Detalhe e movimento

O rédito de contratos com clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresenta o seguinte detalhe:

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		
	31.12.2021	31.12.2020
Vendas	12 590 534	11 617 170
Prestações de Serviços	5 490 490	4 506 248
Rend. De construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	12 721 967	18 491 773
Desvios de recuperação de Gastos (Superavit)	(724 456)	(418 310)
Total em Vendas e Prestações de Serviços	30 078 536	34 196 881

Em 2021 verificou-se um aumento do valor registado em vendas, justificado pela atualização da tarifa pelo Índice de Produtividade de Fatores em 0,5822%, a partir de julho de 2021 e, pelo aumento dos volumes fornecidos em 1,9%.

No que respeita a prestação de serviços, em 2021 começou-se a praticar a tarifa de saneamento de águas residuais à ETAR de São Teotónio pelo que, a variação respeita ao aumento da população/alojamentos servidos e aos volumes tratados. É de referir que a tarifa de saneamento foi igualmente atualizada em 0,5822% e que numa análise comparativa em períodos homólogos e

para as mesmas infraestruturas, verificou-se uma variação dos volumes tratados em resultado dos volumes fornecidos em abastecimento de água, uma vez que parte destes são recolhidos em saneamento. No cômputo geral, em 2021 verificou-se um aumento dos volumes faturados em saneamento de 14,72%, tendência que será mantida para 2022.

Para as restantes infraestruturas, que ainda não foi praticada a tarifa contratual e que serão objeto de intervenção no âmbito do plano de investimentos da AgdA, em 2021 manteve-se o ressarcimento dos gastos suportados com a operação e manutenção das infraestruturas, sendo o rédito deste reconhecido na rubrica de outros rendimentos e ganhos operacionais.

Na sequência do disposto no Contrato de Gestão, a AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos gastos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o valor de rendimentos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

No ano de 2021 a empresa gerou um *superavit* tarifário de 724 mil euros de euros alinhado com as previsões orçamentais e de EVEF que suporta o aditamento ao contrato de gestão. Dar nota de que o ano de 2019 constituiu uma exceção pelas situações ocorridas em 2019 nomeadamente pela necessidade de recurso ao transporte de água por autotanque por motivo da situação de "Seca", pelo reforço do acréscimo de gastos de 2010 a 2019 relativo ao encargo previsto suportar com a exploração, conservação e manutenção das barragens do Roxo e Monte da Rocha e respetivos juros, bem como pelo reconhecimento do custo de arrendamento dos furos da Bica Fria do período de 2010 a 2016, situações estas que não tiveram o mesmo peso de gastos em 2020 e em 2021 que permitiu à empresa regressar à sua normalidade financeira.

Referir ainda que em 2021 foi recebido o valor de 1,5 M€ de subsídio do Fundo Ambiental o que permitiu recuperar o défice tarifário acumulado na demonstração da posição financeira pela situação ocorrida de 2019.

O rédito de serviços de construção diz respeito ao serviço prestado aos parceiros pela conceção e construção de infraestruturas encontrando-se plasmado na análise a plena fase de investimento em que a AgdA se encontra tendo executado em 2021 o montante de 12,722 milhões de euros. O referido montante é anulado na Demonstração de Resultados na rubrica de gastos de construção em ativos concessionados, conforme se poderá observar na nota 2.4.6.



Vendas e prestações de serviços por tipo de clientes

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR TIPO DE CLIENTE				
	Empresa Mãe	Associadas	Municípios	Total
Vendas	0	210 430	12 380 104	12 590 534
Prestações de Serviços	0	0	5 490 490	5 490 490
Rend. de construção em ativos concessionadps (IFRIC 12)	0	0	12 721 967	12 721 967
Desvios de recuperação de Gastos	0	0	(724 456)	(724 456)
Volume de Negócios	0	210 430	29 868 105	30 078 536

Vendas e prestações de serviços por mercado

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADO			
	Nacional	Internacional	Total
Vendas	12 590 534	0	12 590 534
Prestações de Serviços	5 490 490	0	5 490 490
Rend. De construção em ativos concessionadps (IFRIC 12)	12 721 967	0	12 721 967
Desvios de recuperação de Gastos	(724 456)	0	(724 456)
Total por Mercado	30 078 536	0	30 078 536

Vendas e prestações de serviços por área de negócios

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ÁREA DE NEGÓCIO					
	Produção	Saneamento	Serviços	Desvios de Recuperação de Gastos	Total
Vendas	12 590 534	0	0	0	12 590 534
Prestações de Serviços	0	5 490 490	0	0	5 490 490
Rend. De construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	0	0	12 721 967	0	12 721 967
Desvios de recuperação de Gastos	0	0	0	(724 456)	(724 456)
Total por Área de Negócios	12 590 534	5 490 490	12 721 967	(724 456)	30 078 536

Nota 21. Gastos das vendas / variação de inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

GASTO DAS VENDAS/VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS		
	31.12.2021	31.12.2020
Matérias-primas (Aquisição de Água bruta)	475 857	564 473
Matérias Subsidiárias (Reagentes)	591 467	533 125
Subtotal	1 067 324	1 097 598
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	12 721 967	18 491 773
Subtotal	12 721 967	18 491 773
Total	13 789 291	19 589 371

Os gastos com vendas compreendem o custo suportado com a aquisição de água bruta e matérias subsidiárias utilizadas no processo produtivo para garantia de qualidade de água para consumo humano e tratamento de água residual para rejeição no meio efluente.

Nota 22. Fornecimentos e serviços externos

Nota 22.1. Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

Nota 22.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS		
	31.12.2021	31.12.2020
Subcontratos	1 327 931	1 390 770
Trabalhos Especializados	3 501 784	3 228 281
Materiais	37 710	32 782
Energia e Fluidos	3 008 927	3 199 908
Deslocações, Estadas e Transportes	271 667	456 982
Serviços Diversos	651 723	539 929
Fee's de Gestão	406 823	362 777
	9 206 565	9 211 429
FSE's capitalizados	(253 635)	(471 003)
Total de Fornecimentos e Serviços Externos	8 952 930	8 740 426

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos em 2021 voltaram a representar os níveis preconizados na atividade da empresa tendo pouca variação comparativamente com 2020.

Importa destacar a redução das rubricas de energia e fluidos que pese embora o aumento do valor unitário com aquisição de combustíveis, foi possível reduzir o gasto com energia em resultado da variação dos preços de energia e ainda pelas medidas adotadas no plano de neutralidade energética potenciando o autoconsumo. Referir ainda que também a rubrica de transporte de mercadorias teve uma redução significativa, o que já ocorreu também em 2020, em resultado dos investimentos que foram sendo concluídos que permitiram ligar localidades que se encontravam com problemas de abastecimento em termos de quantidade e qualidade com necessidade de abastecimento de água por autotanque.

Em sinal inverso, contribuindo para o aumento, podemos destacar a rubrica de trabalhos especializados, influenciada pelo reforço da manutenção nas infraestruturas e ainda serviços diversos pela necessidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário.







Nota 23. Gastos com pessoal

Nota 23.1. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

GASTOS COM PESSOAL		
	31.12.2021	31.12.2020
Remunerações Órgãos Sociais	180 952	182 609
Remunerações Pessoal	2 512 627	2 302 443
Indemnizações	22 864	(1 818)
Pensões	1 166	0
Encargos sociais sobre remunerações	588 345	544 116
Gastos de Ação Social	21 225	4 331
Outros custos com pessoal	237 296	210 819
	3 564 475	3 242 499
Capitalização custos c/ Pessoal	(310 765)	(280 565)
Total de Gastos com Pessoal	3 253 710	2 961 934

Nota 23.2. Variação do Quadro de Pessoal

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o quadro de pessoal têm a seguinte composição:

QUADRO DE PESSOAL		
Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2021	31.12.2020
Órgãos sociais	9	9
Trabalhadores efetivos e outros	129	127
	138	136
Número de colaboradores a 31 de dezembro	31.12.2021	31.12.2020
Órgãos sociais	9	9
Trabalhadores efetivos e outros	147	126
	156	135

A rubrica de Gastos com o Pessoal representa um aumento do número médio de trabalhadores em resultado da contratação de novos trabalhadores previstos nos Planos de Atividades e Orçamento de 2020 e 2021, aprovados em 14 de dezembro de 2020 e em 12 de novembro de 2021, respetivamente.

Comparativamente com o exercício de 2020, é ainda observado um aumento do encargo relativo medidas de progressão e reclassificações previstas em Acordo Coletivo de Trabalho, nomeadamente relativas às progressões de trabalhadores que na sequência do processo de avaliação de desempenho atingiram 6 créditos. Importa referir que também o aumento do Salário Mínimo Nacional contribuiu para um aumento dos gastos uma vez que 34% dos trabalhadores da empresa tiveram a sua remuneração aumentada por esta via com impacto ainda nas rubricas indexadas à remuneração, nomeadamente subsídio de turno, trabalho suplementar e trabalho em dia feriado.

Acresce ao referido que a situação de Pandemia por Covid-19 do País levou a que tivessem sido suportados outros encargos para garantia da continuidade dos serviços essenciais prestados pelos trabalhadores nomeadamente com a necessidade de recurso a trabalho suplementar. O valor do encargo global registado em Pessoal ascendeu a 68.705 euros e inclui trabalho suplementar e respetivos encargos sociais.

De referir que apesar de a AgdA substituir os trabalhadores que saem da empresa por dispor dos Planos de Atividades e Orçamento aprovados, em 2021 ficaram por substituir/contratar 20 trabalhadores situação que se prevê ser regularizada no início de 2022.

Nota 24. Amortizações e depreciações do exercício

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as amortizações e depreciações do exercício têm o seguinte detalhe:

AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO		
	31.12.2021	31.12.2020
Amortizações de ativos intangíveis	4 751 687	3 585 572
Amortizações de ativos sob direito de uso	217 100	192 363
Acréscimos de custos do investimento contratual	2 844 198	1 358 526
Total de Depreciações, Amortizações e Reversões do Exercício	7 812 985	5 136 460

As depreciações, amortizações e reversões do exercício são registadas de acordo com o peso da soma das unidades produzidas nas unidades previstas em EVEF.

Para base deste cálculo foi considerado todo o investimento previsto em aditamento ao contrato de gestão acrescido do Património Integrado e dos ativos adquiridos diretamente para rubricas de Ativo Intangível, deduzido das amortizações acumuladas. Em resultado do exposto, as amortizações do exercício tiveram como base de cálculo um investimento total líquido de abastecimento de água de 141.557.866 euros a uma taxa de depleção de 2,9965%, e um investimento total líquido de saneamento de 93.933.583 euros a uma taxa de amortização de 2,6313%. Acresce a este valor as amortizações do património integrado de abastecimento de água e de saneamento de 484.791 euros e 271.497 euros.

De referir que a variação dos montantes entre exercícios está relacionada com a variação de caudal verificado em 2021 nas atividades de abastecimento e saneamento.

Foram ainda registadas as amortizações dos ativos sob o direito de uso, conforme previsto na IFRS 16, no valor de 217 mil euros.

Conforme anteriormente referido, pela integração da barragem do Enxoé, foram reconhecidas em amortizações o valor de 126,169 mil euros que são anulados pelo reconhecimento do rendimento de igual valor em subsídios ao investimento.

Nota 25 Subsídios ao Investimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os subsídios ao investimento do exercício têm o seguinte detalhe:

RECONHECIMENTO DE SUBSIDIOS AO INVESTIMENTO		
	31.12.2021	31.12.2020
Rec. do Subsídio da Candidatura POVT-02-0146-FCOES-000140	522 843	367 354
Rec. do Subsídio da Candidatura POVT-02-0146-FCOES-000141	409 423	517 900
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000019	77 498	69 610
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000020	8 214	7 372
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000021	83 954	75 328
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000022	104 956	94 472
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000024	8 906	7 904
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000043	38 833	34 798
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000759	35 703	33 804
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000760	254 684	249 397
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000761	207 864	202 810
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000762	107 505	105 016
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000763	410 590	402 211
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000764	469 784	393 309
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-001429	44 069	28 739
Rec. do Subsídio da Candidatura Outro AA	362 945	417 874
Rec. do Subsídio da Candidatura Outro AR	301 558	321 239
Subtotal	3 449 329	3 329 137
Reconhecimento do Rendimento da Integração Barragem do Enxoé	126 169	0
Subtotal	126 169	0
Total	3 575 498	3 329 137

Para base de cálculo do reconhecimento do subsídio no exercício foi considerada a comparticipação efetivamente verificada no âmbito dos contratos com o POVT e no que diz respeito ao POSEUR, foi considerada a taxa de comparticipação comunitária contratualizada. Para o restante investimento contratual programado que não se encontra atualmente abrangido por programa de apoio comunitário, foi considerada a taxa de média de comparticipação prevista em EVEF, ou seja, 70% com o limite máximo de subsídio previsto em EVEF em vigor.

Nota 26. Outros gastos e perdas operacionais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS		
	31.12.2021	31.12.2020
Impostos	179 359	106 876
Multas e Penalidades	1 989	2 209
Donativos	2 824	1 500
Quotizações	5 980	5 980
Indemnizações	3 195	8 865
Correções de Exercícios Anteriores	170	14 434
Outros gastos operacionais	(220)	8 904
Total de Outros Gastos e Perdas Operacionais	193 296	148 768

Nota 27. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS		
	31.12.2021	31.12.2020
Rendimentos suplementares (Cadernos de Encargos)	(1 296)	0
Rendimentos suplementares (Saneamento)	238 739	376 450
Outros Rendimentos e Ganhos (Fundo Ambiental)	1 500 000	0
Outros Rendimentos e Ganhos	0	1 029
Total de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	1 737 443	377 479

Conforme referido na nota 20, a AgdA assume a responsabilidade pela atividade de saneamento em substituição dos Municípios nas infraestruturas que serão alvo de intervenção programada no âmbito do plano de investimentos da empresa.

Em consequência do acima referido, os gastos suportados pela AgdA no exercício desta atividade, uma vez que nestas infraestruturas não é aplicada a tarifa do respetivo serviço, são debitados aos municípios, sendo os gastos mensurados de acordo com a natureza e os proveitos em outros rendimentos.

Em resultado, foi registado em Outros Rendimentos Operacionais pela atividade de saneamento nas referidas infraestruturas, o valor de 238.739 euros, valor que vem reduzindo ao longo dos anos na medida em que algumas ETAR vão passando a ser faturadas pela tarifa de saneamento.

Foi ainda refletido em outros rendimentos e ganhos operacionais o valor recebido pelo Fundo Ambiental para comparticipação das despesas extraordinárias de transporte de água por autotanque até ao ano de 2019 pela situação de "Seca", originando carência de recursos hídricos na região.

Nota 28. Gastos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

GASTOS FINANCEIROS		
	31.12.2021	31.12.2020
Juros suportados	759 596	952 043
Juros Locação Financeira (Património)	61 587	23 664
Juros Locação Financeira (Outros)	10 468	14 344
Comissões bancárias	83 958	27 191
Outros gastos financeiros	33 964	28 630
Subtotal	949 572	1 045 872
Gastos financeiros capitalizados	(195 300)	(357 858)
Total de Gastos Financeiros	754 272	688 014

Taxa média de financiamento

Os gastos financeiros suportados têm vindo a representar uma redução face a períodos homólogos em resultado do endividamento médio e da redução das taxas médias de financiamento, conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

TAXA MÉDIA DE FINANCIAMENTO					
Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	705 347	887 979	952 634	949 523	1 107 777
Taxa Média de Financiamento (%)	1,30%	1,60%	1,71%	1,75%	2,12%

Contribui para a redução das taxas de financiamento a contratualização em 2020 junto do Banco Europeu do Investimento (BEI) de uma linha de financiamento de 20 milhões de euros, com uma taxa fixa de 0,623% que substituiu parcialmente os suprimentos contratualizados com a AdP SGPS permitindo desta forma reduzir o encargo médio de financiamento, situação que foi mais expressiva em 2021 uma vez que correspondeu a 12 meses de juros.

A AgdA reconhece ainda em juros a atualização financeira da dívida de capital pela retribuição aos municípios das infraestruturas integradas no SPPIA Alentejo e o reconhecimento de locações financeiras relativas a viaturas e licenciamento Microsoft.

Nota 29. Rendimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

RENDIMENTOS FINANCEIROS		
	31.12.2021	31.12.2020
Juros de Mora	193 353	79 875
Juros Financeiros de Acordos de Pagamento	5 395	(17 397)
Outros Juros	0	0
Total de Rendimentos Financeiros	198 748	62 478

Os Rendimentos Financeiros correspondem ao reconhecimento de juros pela mora de pagamento de clientes após os 60 dias da emissão das faturas e os juros financeiros englobados em Acordos de Pagamento ou em Acordos de Regularização de Dívida celebrados ao abrigo do Decreto-Lei 5/2019. Tendo em consideração a situação de Pandemia por Covid-19, nos termos do previsto no Decreto-Lei n.º 10-J/2020 e subsequentes alterações foi concedida moratória aos clientes com Acordo de Regularização de Dívida entre o período de 01 de abril e 30 de setembro de 2020 pelo que a rubrica em 2020 foi inferior ao esperado e ao verificado em 2021.

É ainda de destacar a evolução da dívida de clientes, mantendo-se em níveis historicamente baixos pese embora o aumento do volume de negócios. Referir, no entanto, que, em 2021, se verificou um agravamento da dívida vencida pelo atraso de algumas entidades refletindo-se este atraso no aumento dos juros de mora a faturar.

Nota 30. Imposto sobre o rendimento

Nota 30.1. Políticas contabilísticas

Imposto sobre o rendimento

A AgdA, enquanto entidade com sede em Portugal encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,35% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AgdA cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A AgdA entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos, exceto quando a AgdA seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.



Nota 30.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o imposto do exercício a pagar apresenta o seguinte detalhe:

IMPOSTO DO EXERCÍCIO - IMPOSTO CORRENTE		
	31.12.2021	31.12.2020
Estimativa de imposto a pagar	605 215	140 392
Pagamento Especial por Conta	0	(9 809)
Pagamento por Conta	(328 888)	0
Retenção de Capitais	0	0
Passivo - Total do Imposto a Pagar	(276 327)	(130 583)
Ativo - Total do Imposto a Receber ano n	0	0
Ativo - Total do Imposto a Receber ano n-1	9 410	9 410
Total do Imposto	(266 917)	(121 173)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a carga fiscal registada apresenta o seguinte detalhe:

IMPOSTO DO EXERCÍCIO			
	Taxa 2021	31.12.2021	31.12.2020
Lucro Tributável		2 484 428	1 582 725
Prejuízos fiscais		0,00	(1 063 878)
Matéria Coletável		2 484 428	518 847
Imposto a pagar	21,00%	521 730	108 958
Derrama	1,35%	33 540	23 741
Derrama estadual	3,00%	29 533	0
Tributação Autónoma		20 412	7 693
IRC estimado no exercício		0	0
Provisão para imposto		0	0
Total do Imposto Corrente		605 215	140 392
Imposto Diferido		(394 189)	(29)
Total do Imposto Diferido		(394 189)	(29)
Total do Imposto do Exercício		211 025	140 363

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

RECONCILIAÇÃO ENTRE TAXA NORMAL E TAXA EFETIVA DE IMPOSTO		
	31.12.2021	31.12.2020
Resultado antes de Imposto	833 740	701 000
A acrescentar		
Amortizações de Investimento realizado não aceites fiscalmente	3 405 880	1 797 295
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	1 935	2 209
Indemnizações por eventos seguráveis	3 195	8 865
Insuficiência de estimativas de imposto	170	14 434
Outros Proveitos Não Aceites Fiscalmente (Desvios de recuperação de gastos - Superavit)	724 456	418 310
A acrescentar	4 135 636	2 241 113
A deduzir		
Proveitos de reconhecimento de subsídios QREN não aceites fiscalmente	2 341 958	1 215 949
Benefícios fiscais	142 990	143 440
A deduzir	2 484 948	1 359 389
Lucro Tributável do ano n	2 484 428	1 582 725
Dedução de prejuízos fiscais anos anteriores	-	(1 063 878)
Matéria Coletável	2 484 428	518 847
Imposto à taxa de 21%	521 730	108 958
Derrama à taxa de 1,35%	33 540	23 741
Derrama estadual (art 87.º - A) 3% se lucro tributável > 1.500.000	29 533	-
Tributação Autónoma	20 413	7 693
Pagamento por Conta	(328 888)	(9 809)
Passivo - Total do Imposto a Pagar	276 327	130 583
Ativo - Total do Imposto a Receber	-	-
Imposto do exercício	(605 215)	(140 392)
Imposto diferido	394 189	29
Total de Imposto	(211 026)	(140 363)
Taxa efetiva de imposto	25,31%	20,02%

O detalhe dos impostos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e o movimento ocorrido nos exercícios findos naquelas datas é a seguinte:

IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

IMPOSTOS DIFERIDOS	Saldo Inicial	Correções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	21%	21%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	1,50%	1,50%	1,35%	1,50%	1,50%
Ativos por Impostos Diferidos					
Prejuízos	6 539	0	0	(6 539)	13 078
Outros	0	0	0	0	0
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	13 920 071	(13 920 071)	17 325 951	0	17 325 951
Reconhecimento da IFRS 16	0	0	0	0	0
Desvio de Recuperação de Gastos Passivos	0	0	62 931	0	62 931
Base de incidência	13 926 610	(13 920 071)	17 388 882	(6 539)	17 401 960
IRC	2 924 588	(2 923 215)	3 651 665	(1 373)	3 654 412
Derrama	208 801	(208 801)	234 750	0	234 750
Imposto diferido ativo reconhecido	3 133 389	(3 132 016)	3 886 415	(1 373)	3 886 415

IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

IMPOSTOS DIFERIDOS	Saldo Inicial	Correções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	21%	21%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	1,50%	1,50%	1,35%	1,50%	1,50%
Passivos por impostos diferidos					
Outros					
Amortizações/subsídios - inv. contratual não realizado	10 498 426	(10 498 426)	12 840 384	0	12 840 384
Reconhecimento da IFRS 16	0		0	0	0
Desvio de Recuperação de Gastos Passivos	661 524	(661 524)	0	0	0
Base de incidência	11 159 951	(11 159 951)	12 840 384	0	12 840 384
IRC	2 343 590	(2 343 590)	2 696 481	0	2 696 481
Derrama	167 399	(167 399)	173 345	0	173 345
Imposto diferido passivo reconhecido	2 510 989	(2 510 989)	2 869 826	0	2 869 826

[Handwritten signatures and initials]

Nota 31. Saldos e transações com partes relacionadas

Nota 31.1. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 as partes relacionadas da AgdA são as seguintes:

- Acionistas (AdP, SGPS, S.A. e AMGAP.)
- Empresas do Grupo AdP

Nota 31.2. Saldos e transações com partes relacionadas

TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS								
Empresa	2021				2020			
	Ativo	Passivo	DR Rendimentos	DR Gastos	Ativo	Passivo	DR Rendimentos	DR Gastos
AdP SGPS, S.A.	1 500	35 839 908	0	1 050 340	4 625	33 795 605	0	1 157 827
AMGAP - Ass. Mun. Gest. Águas Públicas do Alentejo	0	164 311	0	135 608	0	28 703	0	120 926
AdP Valor, Serviços Ambientais, S.A.	0	543 642	0	108 546	0	785 648	0	423 630
AdA - Águas do Algarve, S.A.	0	129 427	0	368 935	0	342 595	0	329 547
AdSA - Águas de Santo André, S.A.	0	333 084	0	171 279	0	170 663	0	161 805
Epal, S.A.	0	0	0	10 595	0	24 600	0	25 860
AdVT - Águas de Vale do Tejo, S.A.	13 323	62 771	210 430	4 040	31 324	60 930	200 042	3 975
TOTAL	14 823	37 073 143	210 430	1 849 343	35 949	35 208 744	200 042	2 223 570

Nota 32. Compromissos

A empresa tem assumido os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração da posição financeira apresentada:

a) Contrato de Gestão

Consideram-se como compromissos assumidos os investimentos previstos em aditamento ao contrato de gestão no primeiro e segundo períodos tarifários, no montante de 253,541 milhões de euros. Do investimento previsto realizar a 31 de dezembro de 2021 já se encontravam realizados cerca de 157 milhões de euros.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, a 31 de dezembro de 2021 existiam um conjunto de contratos em vigor, conforme consta do quadro seguinte:

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Entidade	Data	Valor Adjudicado	Contrato
VODAFONE	31/01/2018	30 888	Aquisição de serviços de circuitos de dados
MDS	05/04/2021	7 321	Contrato de Seguros Patrimoniais para infraestruturas hidráulicas para as empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 1
MARSH	01/02/2021	5 224	Contrato de Seguros Patrimoniais para infraestruturas hidráulicas para as empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 2 (serviços de corretagem)
ARTOP-AERO TOPOGRÁFICA, LDA	10/03/2017	27 925	Expropriações e Servidões - 5º Grupo de empreitadas
ARTOP-AERO TOPOGRÁFICA, LDA	10/09/2019	59 820	Aquisição de Serviços de Expropriações e Servidões - Grupo VIII
REDECOR - REVESTIM. DE PROTECÇÃO E DECORAÇÃO, S.A.	01/09/2020	64 642	Aquisição de Serviços de Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios em Exploração pela AgdA - Lote 2
REDECOR - REVESTIM. DE PROTECÇÃO E DECORAÇÃO, S.A.	11/05/2020	57 594	Aquisição de Serviços de Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios em Exploração pela AgdA - Lote 3
MANUSYSTEMS	11/05/2020	59 070	Aquisição de Serviços de Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios em Exploração pela AgdA - Lote 1
SILVÉRIO & SILVÉRIO, LDA	14/05/2021	15 395	Aquisição e Instalação de reservatórios em Vale de Guizo
PROCESL - ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA	02/12/2021	23 995	Estudo e Projeto para Sistema de Transporte de Águas Residuais Rejeitadas de Ermidas do Sado
GEOMA - GEOTECNIA E MECÂNICA DOS SOLOS, LDA	26/04/2021	26 678	Estudos Geológicos e Geotécnicos de Futuras ETAR e ETA
DST - DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA III DTE, INSTALAÇÕES ESPECIAIS S.A.	29/01/2020	1 898 916	Empreitada de Conceção / Construção da ETAR da Comporta
RIPÓRTICO ENGENHARIA	13/01/2020	113 660	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico das Empreitadas da ETAR e Sistema Intercetor da Comporta
AQUALOGUS - ENGENHARIA E AMBIENTE, LDA	05/11/2021	77 995	Aquisição de serviços para Estudos e Projetos para Reabilitação de 19 Reservatórios
AMBIPAR CONTROL CONSULTORIA ANÁLISES E AMOSTRAGEM AMBIENTAL, LDA	02/08/2021	167 544	Aquisição de Serviços de Amostragem no Âmbito da Implementação do Plano de Monitorização do Projeto AQUA VINI
MARIA JOSÉ BENTO BRISSOS MATOS	01/03/2020	49 500	Aquisição de Serviços de Higiene e Limpeza das Instalações da AgdA - Lote 1
MANUEL JOAQUIM CALDEIRA, LDA	31/08/2018	3 151 459	Empreitada de Adução a Alvalade
TECNORÉM-ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	17/04/2018	2 804 556	Empreitada de Adução a Ermidas e Fornalhas Velhas
AFAPLAN - PLANEAMENTO E GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.	17/04/2018	193 492	Fiscalização, Gestão de Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico das Empreitadas de Adução a Ermidas do Sado e Fornalhas Velhas e Adução a Alvalade
AFAPLAN - PLANEAMENTO E GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.	29/06/2021	115 847	Fiscalização, Gestão de Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico das Empreitadas de Adução a Ermidas do Sado e Fornalhas Velhas e Adução a Alvalade
VHM - COORDENAÇÃO E GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.	03/09/2021	30 424	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada de Adução à Zona de Mértola Noroeste
AMBIPAR CONTROL CONSULTORIA ANÁLISES E AMOSTRAGEM AMBIENTAL, LDA	14/09/2021	78 188	Aquisição de serviços de Colheita de Águas Residuais, Águas Naturais, Águas Potáveis e Determinação de Parâmetros in situ
MANUEL RUI AZINHAIAS NABEIRO, LDA	20/03/2019	20 025	Fornecimento de café, açúcar, colheres e copos com disponibilização de máquina de café
ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.	02/11/2021	249 000	Análises de Águas para Consumo Humano, Águas Naturais e Águas Residuais
CONTROLO XXI - COMÉRCIO E SERVIÇOS LDA	09/03/2020	9 858	Aquisição de Serviços para Controlo de Pragas - Lote 3

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Entidade	Data	Valor Adjudicado	Contrato
CONTROLO XXI - COMÉRCIO E SERVIÇOS LDA	09/03/2020	8 152	Aquisição de Serviços para Controlo de Pragas - Lote 2
CONTROLO XXI - COMÉRCIO E SERVIÇOS LDA	09/03/2020	10 500	Aquisição de Serviços para Controlo de Pragas - Lote 1
MISAEEL CARAPINHA LETRAS	24/03/2021	24 000	Prestação de Serviços no âmbito da Reutilização de Águas Residuais
BONDALTI CHEMICALS, S.A.	07/04/2021	38 463	Aquisição de Cloro - Lote 4
LEASE PLAN PORTUGAL, LDA.	10/04/2018	400 842	Contrato de Aluguer Operacional de Veículos e Serviços Associados para a AgdA, em conformidade com o Acordo Quadro Ref.*008/CLPQ/2017-AQ AOV - Lotes 1,4,6,7,8,9 e 10
KINTO PORTUGAL, S.A.	10/04/2018	100 581	Contrato de Aluguer Operacional de Veículos e Serviços Associados para a AgdA, em conformidade com o Acordo Quadro Ref.*008/CLPQ/2017-AQ AOV - Lotes 2, 3 e 5
APCER - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CERTIFICAÇÃO	29/04/2019	8 590	Aquisição de Serviços para certificação do sistema de gestão de energia
WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS S.A.	15/06/2021	17 877	Celebração de contrato de Seguros de acidentes de trabalho e aquisição de serviços de corretagem 2021-2022
AON PORTUGAL - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.	11/05/2021	18 223	Celebração de contrato de Seguros de pessoas e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 2 (Vida)
PROCESL - ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA	06/04/2021	88 291	Estudos e Projetos para a Adução a Beja
PROCESL - ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA	12/04/2021	59 497	Estudos e projetos para o Sistema de São Teotónio
PROCESL - ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA	29/12/2021	224 224	Estudos e Projetos para Reabilitação dos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Aljustrel, Arraiolos, Barrancos, Beja e Castro Verde
AON PORTUGAL - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.	11/05/2021	120 521	Celebração de contrato de Seguros de pessoas e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 1 (Saúde)
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	11/11/2021	57 850	Aquisição de Serviços de Limpeza de Leitões de Secagem de Estações de Tratamento de Águas Residuais do SPPIAA - Lote 2
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	11/11/2021	64 550	Aquisição de Serviços de Limpeza de Leitões de Secagem de Estações de Tratamento de Águas Residuais do SPPIAA - Lote 1
TABIQUE ENGENHARIA, LDA	10/09/2021	46 709	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Ligação Roxo – Empreendimentos de Fins Múltiplos de Alqueva
SUBMERC - CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES, LDA	04/05/2021	1 211 427	Empreitada de Ligação Roxo – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva
SADE - COMPAGNIE GÉNÉRALE DE TRAVAUX D'HYDRAULIQUE - SUCURSAL	13/11/2020	2 191 005	Empreitada de Remodelação do Sistema do Monte da Rocha. Adução ao Eixo Almodôvar - Mértola Sudoeste – Eixos Secundários
PROSPECTIVA-PROJECTOS,SERVIÇOS,ESTUDOS, S.A.	29/01/2021	102 795	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Remodelação do Sistema do Monte da Rocha. Adução ao Eixo Almodôvar - Mértola Sudoeste – Eixos Secundários
SADE - COMPAGNIE GÉNÉRALE DE TRAVAUX D'HYDRAULIQUE - SUCURSAL	19/08/2021	778 869	Empreitada de Execução dos Sistemas de Transporte e Tratamento das Águas Residuais do Rosário
PROSPECTIVA-PROJECTOS,SERVIÇOS,ESTUDOS, S.A.	01/10/2021	31 105	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada do Sistema de Transporte e Tratamento de Águas Residuais do Rosário
GALP ENERGIA - PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, S.A.	28/01/2021	288 573	Fornecimento de combustíveis em postos de abastecimento públicos em Portugal Continental e aquisição de serviços associados.
FOLLOWCONNECT - TEC. DE AUT. E CONT. ÁGUAS UNIP., LDA	30/07/2021	83 520	Aquisição de Serviços para Consultoria na Área da Automação e Instrumentação dos Projetos no Âmbito de Candidatura ao POSEUR
MDS	03/09/2021	2 122	Contratação de Seguro Automóvel e Prestação de Serviços de corretagem para as empresas do Grupo AdP
PENGEST - PLANEAMENTO, ENGENHARIA E GESTÃO S.A.	08/10/2020	75 588	Aquisição de serviços de apoio técnico na área de manutenção
PENGEST - PLANEAMENTO, ENGENHARIA E GESTÃO S.A.	25/08/2021	88 000	Aquisição de Serviços de apoio técnico na gestão das empreitadas
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	16/08/2021	420 000	Acondicionamento, Recolha, Transporte e Deposição de Lamas de ETA, Areias e Gradados de ETAR do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)
GIGANTANCINHO UNIPessoal, LDA	07/09/2021	21 677	Aquisição de Serviços de Limpeza e Desmatação do Recinto de Infraestruturas em Exploração pela AgdA - Lote 3
GIGANTANCINHO UNIPessoal, LDA	07/09/2021	30 178	Aquisição de Serviços de Limpeza e Desmatação do Recinto de Infraestruturas em Exploração pela AgdA - Lote 2
GIGANTANCINHO UNIPessoal, LDA	07/09/2021	31 633	Aquisição de Serviços de Limpeza e Desmatação do Recinto de Infraestruturas em Exploração pela AgdA - Lote 1

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Entidade	Data	Valor Adjudicado	Contrato
GIGANTANCINHO UNIPessoal, LDA	27/07/2020	9 999	Aquisição de Serviços de Limpeza e Desmatação do Recinto de Infraestruturas em Exploração pela AgdA – Lote 3
ADP ENERGIAS	27/10/2021	24 000	Apoio técnico especializado na área energética da AgdA
GRANDALVO - EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA	08/11/2021	200 000	Aquisição de Serviços de Utilização de Trabalho Temporário
LIMPERSADO - LIMPEZA, MÁQUINAS E TRANSPORTES, LDA	25/11/2021	156 750	Aquisição de Serviços de Limpeza e Desobstrução dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA – Lote 2
LIMPERSADO - LIMPEZA, MÁQUINAS E TRANSPORTES, LDA	25/11/2021	128 250	Aquisição de Serviços de Limpeza e Desobstrução dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA – Lote 1
SAPEC QUÍMICA, SA	18/12/2020	226 287	Aquisição de Hipoclorito de Sódio e Hidróxido de Sódio pelas Empresas do Grupo AdP
ENDESA ENERGIA, SA	09/06/2020	1 667 134	Aquisição de energia elétrica em Média Tensão e Baixa Tensão Especial (MT/BTE) para as empresas do Grupo Águas de Portugal
ALFERPAC - PROJECTOS, ASSISTÊNCIA E OBRAS PÚBLICAS, S.A.	28/01/2020	23 296	Prestação de serviços de elaboração de projetos base e assessoria técnica de sistemas de correção do fator de potência em infraestruturas de empresas integradas no grupo AdP
ALEXANDRE GUERREIRO FIGUEIREDO - ADVOGADO	09/03/2020	70 000	Aquisição de Serviços Jurídicos de Apoio à Atividade da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA)
FLOW SYSTEMS - SISTEMAS DE MEDIÇÃO DE FLUIDOS UNIPessoal, LDA	25/03/2021	54 000	Aquisição de caudalímetros mecânicos
HUBEL INDUSTRIA DE ÁGUA, AMBIENTE E OBRAS PÚBLICAS, S.A.	07/09/2021	43 365	Conversão da Estação Elevatória da Zona Alta da Pia Quebrada
HUBEL INDUSTRIA DE ÁGUA, AMBIENTE E OBRAS PÚBLICAS, S.A.	25/03/2021	81 000	Aquisição de caudalímetros ultrassónicos
LEASE PLAN PORTUGAL, LDA.	23/04/2019	87 552	Aluguer Operacional de Veículos e Serviços Associados - Lote 2 e 3
BORREGO ENGENHARIA, LDA.	10/05/2021	20 090	Aquisição de Serviços de Técnicos Responsáveis pelas Instalações Elétricas – Lote 3
BORREGO ENGENHARIA, LDA.	10/05/2021	25 560	Aquisição de Serviços de Técnicos Responsáveis pelas Instalações Elétricas – Lote 2
BORREGO ENGENHARIA, LDA.	10/05/2021	38 310	Aquisição de Serviços de Técnicos Responsáveis pelas Instalações Elétricas – Lote 1
SETCONTROL - PROJECTO E CONTROL INDUSTRIAL, LDA	11/05/2021	39 000	Aquisição de caudalímetros eletromagnéticos - lote 2
APCER - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CERTIFICAÇÃO	12/08/2021	27 824	Prestação de Serviços de Renovação e Auditorias de Acompanhamento da Certificação do Sistema de Gestão Integrado em Qualidade, Ambiente e Segurança
GR4PT, S.A.	02/02/2021	7 498 000	Empreitada de Conceção-Construção de Ampliação e Adaptação da ETA do Enxóe
PROGESTEAM ENGINEERING, LDA	02/11/2021	158 080	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Ampliação e Adaptação da ETA do Enxóe
ENVIESTUDOS, S.A.	19/07/2021	66 060	Aquisição de Serviços de Segurança e Higiene no Trabalho (SHT)
TECNIQUEL - SOCIEDADE DE EQUIPAMENTOS TÉCNICOS, S.A.	24/08/2021	17 813	Aquisição de calçado de segurança
NOS COMUNICAÇÕES, S.A.	13/10/2021	153 926	Contrato de Aquisição de serviços de comunicações de voz e dados móveis e voz fixa
ACÇÃO CONTÍNUA - SAÚDE E PREVENÇÃO	20/10/2020	57 600	Aquisição de Serviços no âmbito da Medicina no Trabalho
AQUALOGUS - ENGENHARIA E AMBIENTE, LDA	10/11/2021	15 250	Aquisição de serviços para elaboração de Projeto de Execução da Adução a Grândola 2ª Fase
AQUASIS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	15/09/2020	13 500	Manutenção evolutiva de produtos de software da solução G/InterAqua
QUIMITEJO - PRODUTOS QUÍMICOS, LDA	08/11/2021	236 000	Fornecimento de Policloreto de Alumínio para as Estações de Tratamento de Água da AgdA
CTGA-CENTRO TECNOLÓGICO DE GESTÃO AMBIENTAL, LDA	21/10/2021	1 333 709	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA – Lote 4
CTGA-CENTRO TECNOLÓGICO DE GESTÃO AMBIENTAL, LDA	21/10/2021	840 084	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA – Lote 2
CTGA-CENTRO TECNOLÓGICO DE GESTÃO AMBIENTAL, LDA	21/10/2021	1 439 442	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA – Lote 1
CTGA-CENTRO TECNOLÓGICO DE GESTÃO AMBIENTAL, LDA	20/10/2021	969 403	Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA – Lote 3

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Entidade	Data	Valor Adjudicado	Contrato
INETUM ESPAÑA, S.A.	10/11/2020	85 771	Subscrição de licenças de software Microsoft e serviços conexos para as empresas do Grupo Águas de Portugal
IBERLAB & IMUNOREAGE - SOLUÇÕES PARA LABORATÓRIOS, LDA	17/01/2021	12 685	Aquisição de Reagentes e Material para Análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 1
VODAFONE	12/03/2021	11 070	Aquisição de Serviços de Geolocalização de Viaturas
FRANKLAB PORTUGAL - MATERIAL DE LAVAGEM, DESINFECÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO, LDA	26/03/2021	17 927	Aquisição de Reagentes e Materiais de Análise de Águas - lote 7
ET-EMPRESA DE EXPORT- IMPORT E COOPERAÇÃO INDUSTRIAL, LDA	23/03/2021	68 689	Fornecimento de Fardamento
LEASE PLAN PORTUGAL, LDA.	18/06/2020	121 966	Aluguer Operacional de Veículos e Serviços Associados para a AgdA - Lote AQ59
SAPEC QUÍMICA, SA	27/09/2021	11 520	Aquisição de Sulfato de Alumínio pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 2
ENZYMATIC, S.A.	29/11/2021	884	Aquisição de Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 8
FRILABO II, LDA	29/11/2021	737	Aquisição de Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 7
LABINOX	29/11/2021	21 471	Aquisição de Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 10
VWR INTERNATIONAL - MATERIAL DE LABORATÓRIO, LDA	29/11/2021	8 676	Aquisição de Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 5
VWR INTERNATIONAL - MATERIAL DE LABORATÓRIO, LDA	29/11/2021	35 028	Aquisição de Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 4
VWR INTERNATIONAL - MATERIAL DE LABORATÓRIO, LDA	29/11/2021	13 925	Aquisição de Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 3
LEASE PLAN PORTUGAL, LDA.	10/11/2021	22 121	Aluguer Operacional de Veículos Operacionais e Serviços Associados para Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 10, Comercial Ligeiro - Pick-up 4x2 e cabine extra
DETAILNUMBERS COPIERS, S.A.	29/12/2020	25 000	Aquisição de Serviços de Impressão
INFORMANTEM - INFORMÁTICA E MANUTENÇÃO, S.A. /// MEO- SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA, S.A.	08/02/2021	19 054	Aquisição de Equipamento Informático para as empresas do Grupo Águas de Portugal
A20 - ÁGUA, AMBIENTE E ORGANIZAÇÃO, LDA	24/03/2021	122 250	Aquisição de licenças e suporte para plataforma de Gestão Operacional
ALGARDATA - SISTEMAS INFORMÁTICOS, S.A.	24/05/2021	30 361	Aquisição e instalação de servidores
GONÇALO LEITE DE CAMPOS & ASSOCIADOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL,	30/03/2020	36 000	Aquisição de Serviços de Mandato Forense
Total		32 370 793	

Nota 33. Ativos e Passivos Contingentes

Nota 33.I Garantias prestadas

GARANTIAS PRESTADAS

Emitente	Nº/Identificação	Descrição	Beneficiário	Início	Prazo	Valor
NBanco	N00379525	Suspensão de processo executivo	AT	10/10/2012	Sem prazo	13 508
NBanco	N00375956	Suspensão de processo executivo	AT	21/05/2012	Sem prazo	534 602
NBanco	N00381686	Suspensão de processo executivo	AT	14/01/2013	Sem prazo	4 696
NBanco	N00381685	Suspensão de processo executivo	AT	14/01/2013	Sem prazo	5 116
NBanco	N00381687	Suspensão de processo executivo	AT	14/01/2013	Sem prazo	11 319
NBanco	N00382515	Suspensão de processo executivo	AT	18/02/2013	Sem prazo	158 949
NBanco	N00389042	Suspensão de processo executivo	AT	29/10/2013	Sem prazo	186 115
NBanco	N00390293	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	23/12/2013	Sem prazo	1 000
NBanco	N00394601	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	29/08/2014	Sem prazo	1 000
NBanco	N00388657	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	04/10/2013	Sem prazo	5 000
NBanco	N00388883	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	18/10/2013	Sem prazo	10 000
NBanco	N00394853	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	25/09/2014	Sem prazo	10 000
NBanco	N00396353	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	04/03/2015	Sem prazo	1 090
NBanco	N00396254	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	23/02/2015	Sem prazo	10 000
NBanco	962300484018339	Suspensão de processo executivo	AT	16/11/2015	Sem prazo	106 516
Santander	N00408057	Suspensão de processo executivo	AT	22/06/2018	Sem prazo	136 089
NBanco	N00408058	Suspensão de processo executivo	AT	22/06/2018	Sem prazo	188 251
NBanco	N00408059	Suspensão de processo executivo	AT	22/06/2018	Sem prazo	360 671
NBanco	N00408060	Suspensão de processo executivo	AT	22/06/2018	Sem prazo	81 251
NBanco	N00408546	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	03/08/2018	Sem prazo	15 000
NBanco	N00408682	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 000
NBanco	N00408683	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 000
NBanco	N00408684	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Sem prazo	1 150
NBanco	N00408685	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 180
NBanco	N00408686	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	3 000
NBanco	N00408687	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Sem prazo	5 150
NBanco	N00408688	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 000
NBanco	N00409051	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	24/09/2018	Sem prazo	1 450
NBanco	N00409343	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	25/10/2018	Sem prazo	1 000
NBanco	N00409342	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	25/10/2018	Sem prazo	1 000
NBanco	N00409677	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	26/11/2018	Sem prazo	4 960

GARANTIAS PRESTADAS

Emitente	Nº/Identificação	Descrição	Beneficiário	Início	Prazo	Valor
NBanco	N00409870	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	13/12/2018	Sem prazo	1 000
NBanco	N00410135	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	14/01/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	44 280
NBanco	N00410474	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	19/02/2019	Sem prazo	1 600
NBanco	N00410723	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	14/03/2019	Sem prazo	1 827
NBanco	N00410775	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	20/03/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000
NBanco	N00410637	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	04/03/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	2 000
NBanco	N00410955	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	08/04/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000
NBanco	N00410956	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	08/04/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 750
NBanco	N00411179	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	30/04/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 500
NBanco	N00411444	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	27/05/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000
NBanco	N00411740	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	24/06/2019	Sem prazo	1 850
NBanco	N00411823	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	01/07/2019	Sem prazo	1 800
NBanco	N00411822	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	01/07/2019	Sem prazo	5 200
NBanco	N00412387	Suspensão de processo executivo	AT	29/08/2019	Sem prazo	411 107
NBanco	N00412647	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	02/10/2019	Sem prazo	1 000
NBanco	N00413901	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	27/02/2020	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000
NBanco	N00414088	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/03/2020	Sem prazo	1 250
NBanco	N00415025	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	22/07/2020	Sem prazo	1 000
NBanco	N00415026	Suspensão de processo executivo	AT	22/07/2020	Sem prazo	185 906
NBanco	N00415834	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	29/10/2020	Sem prazo	1 450
NBanco	N00416154	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	02/12/2020	Sem prazo	2 250
NBanco	N00416155	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	02/12/2020	Sem prazo	20 000
Total de Garantias Bancárias Emitidas						2 552 833

Nota 33.2. Processos judiciais

1. APA – EEAR Alcáçovas / Viana do Alentejo

Processo n.º 00576.2014-DJUR.DCCO, contraordenação ambiental, a decorrer os termos na APA.

2. IGAMAOT – ETAR da Bacia do Sado – Beja

Processo n.º CO/898/19,9T8BJA, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT.

3. CCDR Alentejo – E.E. de Odemira

Processo n.º 36/14.EPNA, contraordenação ambiental, a correr os termos na CCDR Alentejo.

4. CCDR Alentejo – Fossa de S. Teotónio

Processo n.º 68/15, contraordenação ambiental, a correr os termos na CCDR Alentejo.

5. IGAMAOT – ETAR de Odemira

Processo n.º CO/001192/14, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT.

6. ERSAR, I.P.-2

Processo n.º 20395/2013, contraordenação ambiental, a correr os termos na Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, despacho de 14 de março de 2013

7. IGAMAOT – ETAR da Bacia do Guadiana – Beja

Processo n.º CO/000119/16, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT.

8. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 97.12.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo.

9. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 280.12.9BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo.

10. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 375.15.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

11. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 23.16.8BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

12. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 450.16.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

13. Particular

Processo n.º 193/15.2T8MRA, constituição de servidão de aqueduto público subterrâneo;

14. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 431.17.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

15. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00034.2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

16. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00100.2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

17. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00474.2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;



18. IGAMAOT – ETAR de Sobral da Adiça

Processo n.º NUI/CO/001291/17.3.CAJ, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT;

19. IGAMAOT – Emissário da ETAR de Barranco

Processo n.º NUI/CO/001195/17.0.CAJ, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT;

20. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Emissário de Ciborro

Processo n.º DJUR.DCCO.00294/2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

21. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00215/2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

22. IGAMAOT – ETAR de Boavista do Pinheiro

Processo n.º NUI/CO/001187/17.9.CAJ, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT;

23. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 477.18.8BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

24. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Emissário de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00373/2018, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

25. IGAMAOT – ETAR de São Luís

Processo n.º NUI/CO/001488/18.9.CGI, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT;

26. Particular

Processo n.º 6.18.3BEBJA, processo comum movido por Maria Germina Raposo Loureiro contra a AgdA e Município de Santiago do Cacém;

27. IGAMAOT – ETAR de Cavaleiro

Processo n.º NUI/CO/001078/19.9.CAJ/C, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT

28. Habitâmega

Processo n.º 2032/19.6BEBJA - Ação administrativa comum intentada por Habitâmega, pedindo o reconhecimento de direito a compensação por sobrecustos na execução de empreitada

29. Associação de Beneficiários do Roxo

Reclamação dos atos de liquidação da TEC por parte da Associação de Beneficiários do Roxo

30. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 215.20.5BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

31. Particular

Processo n.º 146/12BEBJA, Pagamento de renda dos furos da Bica Fria entre 2010 e 2016;

32. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 274/21.3BEBJA, Impugnação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

33. IGAMAOT – ETAR de Vendas Novas

Processo n.º NUI/CO/000635/21.8.CGI, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT

34. ERSAR

Processo n.º 27024/2021, contraordenação a correr termos na ERSAR

35. IGAMAOT – ETAR de Saboia

Processo n.º NUI/CO/001423/21.7.CGI, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT

Nota 34. Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a AgdA, não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais

A AgdA, não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Nota 35. Rendimento garantido

RENDIMENTO GARANTIDO		
	31.12.2021	31.12.2020
Capital social realizado	9 053 000	9 053 000
Reserva legal	110 931	82 900
Base de incidência	9 163 931	9 135 900
Taxa de juro OT	3,65%	3,88%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
Total de Taxa de Remuneração	6,65%	6,88%
Remuneração accionista do ano	622 714	560 638

O contrato de gestão determina que a remuneração dos capitais próprios (remuneração accionista) a recuperar por via tarifária seja estimada em resultado da aplicação ao capital social de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de um spread máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Uma vez que em 2021 não ocorreu nenhum fator que tivesse reduzido o risco do capital social investido, foi mantido neste exercício o prémio de risco de 2020, ou seja, 3 pontos percentuais.

Nota 36. Eventos Subsequentes

À data de assinatura do Relatório & Contas de 2021 não existem Eventos Subsequentes a identificar.

Pese embora o referido, é expectativa do Conselho de Administração que o Desvio de Recuperação de Gastos reconhecido em 2021 seja aprovado pela Comissão de Parceria em 2022.

Nota 35. Outros assuntos – COVID-19

Os anos de 2020 e 2021 ficam fortemente influenciados pela infeção pelo novo coronavírus COVID-19, que foi marcante para a atividade socioeconómico do país, com impactos ainda não integralmente quantificados quanto às respetivas magnitudes. Portugal, em linha com a União Europeia tem adotado várias medidas que vão no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional deste evento. De entre estas medidas destacam-se as de apoio à tesouraria das empresas, que se espera apresentem consequências positivas ao nível da manutenção do emprego e dos rendimentos, como forma de tentar sustentar a procura interna e manter a economia em funcionamento.

Inserem-se também nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento. Âmbito em que se inserem as atividades da AgdA. No dia 22 de março de 2020, o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática determinou a forma como os serviços essenciais devem ser assegurados neste período (Despacho 3547-2020).

Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, foi determinado que as entidades e empresas gestoras dos sistemas deveriam definir as equipas necessárias para assegurar a continuidade e a ininterruptibilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano

Ao nível de impactos nas demonstrações financeiras do ano 2021 verificaram-se como principais:

- Rácio GO/VN
 - o Quanto ao Volume de Negócios

No que diz respeito ao Volume de Negócios, e pese embora o Litoral Alentejano disponha de alguma sazonalidade na atividade corrente, não se verificaram alterações significativas que possam ser justificadas pela Pandemia por Covid-19.

- o Quantos aos Gastos Operacionais

Ao nível dos gastos operacionais decorrente da estratégia de aquisição de bens e serviços para proteção dos trabalhadores e da continuidade dos serviços essenciais prestados pela empresa e pela necessidade de realização de trabalho suplementar para assegurar a capacidade de resposta das equipas verificou-se um aumento de encargos. Assim, pela aquisição de equipamentos de proteção individual, reforço dos serviços de higienização e limpeza, aluguer de viaturas para deslocações individuais de trabalhadores foram registados em FSE 50 286 euros. Relativamente a trabalhadores, houve necessidade de recorrer a trabalho suplementar para suprir ausências motivadas pela Pandemia e pela necessidade de reforçar equipa, tendo sido registado em gastos com o pessoal 68.706 euros que inclui o trabalho suplementar e respetivos encargos sociais.

3. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da AgDA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. (a Entidade) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Entidade e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) a demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Entidade evidenciando os aspetos mais significativos; e
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras; e
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

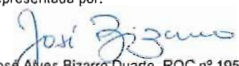
PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1050-316 Lisboa, Portugal
Ramoção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 508 628 752, Capital Social Euros 314 000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Prezado Senhor Acionista, este documento contém informações confidenciais e/ou privilegiadas. Não deve ser divulgado a terceiros sem a autorização expressa da PwC. A PwC não se responsabiliza por danos ou prejuízos decorrentes do uso indevido deste documento.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Entidade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

9 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957
Registado na CMVM com o n.º 20200003


Relatório e Parecer do Fiscal Único
31 de dezembro de 2021

AgDA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.
PvC 2 de 2



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AgDA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 176.059.937 euros e um total de capital próprio de 10.775.163 euros, incluindo um resultado líquido de 622.714 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AgDA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Tal como divulgado nas notas 1.2 e 2.4 do Anexo, as demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a parceria, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo da parceria, caudais e as próprias tarifas aprovadas. Os pressupostos utilizados são parte integrante do estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF), associado ao Aditamento ao Contrato de Parceria e Gestão assinado em 22 de dezembro de 2015. A revisão dos pressupostos do EVEF, que deveria ocorrer numa base quinzenal nos termos da Cláusula 20ª do Contrato de Parceria e da Cláusula 17ª do Contrato de Gestão, ainda se encontra em curso não tendo sido objeto de aprovação até à presente data.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
 Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1009-316 Lisboa, Portugal
 Recção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
 Tel: +351 213 509 000. Fax: +351 213 509 599. www.pwc.pt
 Matriculada na CRC sob o NIPC 500 628 752, Capital Social Euros 314.000
 Inscrição ex-lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CIVA sob o nº 20161455

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. não assume qualquer responsabilidade legal ou económica por danos resultantes da utilização das demonstrações financeiras auditadas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

9 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003





Beja, 8 de março de 2022



Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)



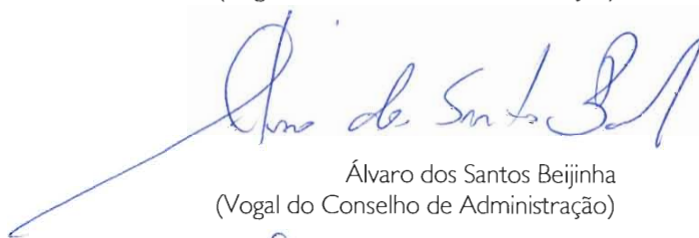
Francisco José Pinto Silva Narciso
(Presidente do Conselho de Administração)



Simone Ferreira Pio
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)



João Manuel Galhardo Maurício
(Vogal do Conselho de Administração)



Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)



Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

